

**Universidade Federal da Grande Dourados**  
**Faculdade de Ciências Humanas**  
**Programa de Pós Graduação de Geografia**  
**Mestrado em Geografia**

**MARCELO MATIAS DE ALMEIDA**

**CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONSTRUÍDA NO  
PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
GRANDE DOURADOS (UFGD)**

**Dourados – MS**  
**2012**

**MARCELO MATIAS DE ALMEIDA**

**CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONSTRUÍDA NO  
PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
GRANDE DOURADOS (UFGD)**

Dissertação apresentada Programa de Pós Graduação –  
Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da  
Universidade Federal da Grande Dourados como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Adauto de Oliveira Souza

**Dourados – MS  
2012**

## FICHA CATALOGRÁFICA

### Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

378.1098171 Almeida, Marcelo Matias.  
A447c            Concepção de desenvolvimento regional  
                  construída no processo de criação e implantação da  
                  Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) /  
                  Marcelo Matias de Almeida. – Dourados, MS : UFGD,  
                  2012.

169 f.

Orientador: Prof. Dr. Adauto de Oliveira Souza.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) –  
Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Universidade Federal da Grande Dourados –  
Dourados. 2. UFGD – Criação. 3. Ensino superior. I.  
Título.

**MARCELO MATIAS DE ALMEIDA**

**CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONSTRUÍDA NO  
PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
GRANDE DOURADOS (UFGD)**

**COMISSÃO JULGADORA**

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

Presidente e Orientador:

Prof. Dr. Adauto de Oliveira Souza (UFGD) \_\_\_\_\_

1º Examinador:

Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira (UFGD) \_\_\_\_\_

2ª Examinadora:

Profª. Drª Giselle Cristina Martins Real (UFGD) \_\_\_\_\_

Dourados – MS, 06, de setembro de 2012.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha esposa, Mônica Pezarine da Silva Matias, que sempre esteve presente no decorrer desta caminhada, apoiando, incentivando e demonstrando confiança no sucesso e conclusão deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir que eu conclua este trabalho de dissertação, pesquisa que exigiu esforço, dedicação e, sobretudo saúde para conciliar as atividades familiares, profissionais e educacionais.

Agradeço à minha família, pelo apoio e confiança no sucesso em mais uma etapa da minha vida. Agradeço em especial ao companheirismo, confidencialidade e amor da minha esposa Mônica Matias, que esteve presente em todos os momentos desta trajetória. Agradeço a minha mãe Francisca e meu pai Edesom, pela educação e esforço em mim depositados, que me formaram como cidadão. Ao meu irmão Ricardo por sempre se orgulhar do irmão que tem, pois este sentimento é recíproco.

Aos colegas técnicos administrativos da UFGD, sobretudo os da Coordenadoria Especial de Gestão de Pessoas, colegas que convivi nestes dois anos e meio aproximadamente, dividindo minhas angústias, desejos e forças positivas para conseguirmos chegar em nossos objetivos. Aproveito para realizar um agradecimento especial às minhas chefias imediatas, que sempre foram compreensivas e apoiadoras durante o período do mestrado, a senhora Regina Flores (antiga chefia) e o senhor Amilton Novaes (atual chefe).

Ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD, na pessoa do Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva, atual coordenador, que sempre esteve disposto a orientar nas dúvidas relativas à caminhada no PPGG. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flaviana Nunes, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lisandra Lamoso e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana de Abreu, que durante as disciplinas que cursei no programa, que sempre envidaram esforços para a transmissão do conhecimento, sempre estimulando a produção científica e a discussão sobre os temas discutidos, momentos estes que contribuíram muito no nosso aprendizado e possibilitaram a realização do nosso trabalho.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Cristina Martins Real e ao Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira, pela participação no exame de qualificação, oportunidade na qual propuseram, sugeriram e apontaram caminhos que possibilitaram a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Wilson Biasotto, pela receptividade e simpatia que nos atendeu, fornecendo dados históricos de grande relevância para a compreensão da criação da UFGD.

E por fim, um agradecimento especial ao Prof. Dr. Adauto de Oliveira Souza, não somente pela disciplina que cursei durante o programa, mas, sobretudo por toda a orientação na realização deste trabalho, pois o mesmo sempre se mostrou disposto a elucidar as dúvidas e propor caminhos para chegarmos até este momento. Prof. Adauto, com certeza não foi apenas um orientador, mas uma pessoa muito atenciosa e compreensiva durante esta trajetória,

mostrando que além do imenso conhecimento que possui, tem também o dom de ensinar, dom este que nem todos os profissionais o possuem.

Obrigado a todos.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS E FOTOS</b>	<b>09</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS</b>	<b>09</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	<b>10</b>
<b>RESUMO</b>	<b>14</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>15</b>
<b>1 – NOTAS INTRODUTÓRIAS</b>	<b>16</b>
<b>2 – BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA EDUCACAO SUPERIOR</b>	<b>27</b>
2.1 – As mudanças no papel do Estado brasileiro	<b>31</b>
2.2 – Políticas de Ensino Superior do Governo Lula	<b>44</b>
<b>3 – O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</b>	<b>68</b>
3.1 – Criação da UFGD: parte histórica do processo	<b>71</b>
3.2 – Processo de implantação: a participação Universidade Federal de Goiás e Grupos de Trabalho	<b>73</b>
3.3 – Expansão da UFGD	<b>75</b>
<b>4 – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA UFGD – CONCEPÇÕES E CAMINHOS APONTADOS</b>	<b>79</b>
4.1 – Projeto de Criação e Implantação	<b>79</b>
4.2 – Projeto e Lei de Criação	<b>93</b>
4.3 – O Estatuto Jurídico	<b>97</b>
4.4 – Regimento Geral	<b>100</b>
4.5 – Plano de Ação 2007-2011 da UFGD	<b>101</b>
4.6 – PDI UFGD 2008-2012	<b>103</b>
4.7 – Plano de Ocupação Física da Unidade II – 2008-2012	<b>120</b>
4.8 – Diretrizes da UFGD no REUNI – 2008-2012	<b>123</b>
4.9 – Carta de Serviços da UFGD	<b>130</b>
<b>5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>139</b>
<b>6 – SITES CONSULTADOS</b>	<b>142</b>
<b>7 – BIBLIOGRAFIA</b>	<b>143</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>147</b>

## LISTA DE FIGURAS E FOTOS

Figura 1 – Região da Grande Dourados.....	18
Foto 1 – Unidade I da UFGD.....	116
Foto 2 – Unidade II da UFGD.....	117
Foto 3 – FAECA.....	118
Foto 4 – FADIR.....	119

## LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

Gráfico 1 – Linha do Tempo de Criação das Universidades Federais.....	45
Gráfico 2 – Número de Matrículas em Graduação e Pós Graduação em IFES.....	57
Gráfico 3 – Número de matrículas em universidades federais.....	59
Gráfico 4 – Orçamento das Universidades Federais .....	61
Gráfico 5 – Recursos do MEC para a educação superior .....	62
Tabela 1 – Expansão da Rede Federal de Ensino Superior.....	59
Tabela 2 – Cursos de Graduação UFGD – 2011.....	76
Tabela 3 – Cursos de Pós Graduação da UFGD – 2011.....	77
Tabela 4 – Convênios UFGD 2009.....	133
Quadro 1 – Documentação Interna da UFGD.....	16
Quadro 2 – Investimento PNAES.....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABRE – Agência Brasileira de Estágios  
BBC – Brazil Business Consultoria  
BIRD - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul  
CAD – Coordenadoria Especial de Administração Universitária  
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CC – Conselho de Câmpus  
CD – Cargo de Direção  
CDR – Centro de Documentação Regional  
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica  
CEUD – Centro Universitário de Dourados  
CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
COAMO – Cooperativa Agropecuária Mourãoense  
CPD – Centro Pedagógico de Dourados  
CPDO – Câmpus de Dourados  
DCA - Departamento de Ciências Agrárias  
DCB - Departamento de Ciências Biológicas  
DCH - Departamento de Ciências Humanas  
DCM - Departamento de Ciências Médicas  
DCO - Departamento de Comunicação e Expressão  
DCS - Departamento de Ciências Sociais  
DED - Departamento de Educação  
DEX - Departamento de Exatas  
EaD – Educação a Distância  
EES – Empreendimentos de Economia Solidária  
EM – Exposição de Motivos  
EMPRAPE – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EUA – Estados Unidos da América

FACALE – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras  
FACE – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia  
FADIR – Faculdade de Direito e Relações Internacionais  
FAECA – Fazenda Experimental de Ciências Agrárias  
FAED – Faculdade de Educação  
FAEN – Faculdade de Engenharia  
FCBA – Faculdade Ciências Biológicas e Ambientais  
FCH – Faculdade de Ciências Humanas  
FCS – Faculdade de Ciências da Saúde  
FG – Função Gratificada  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica  
FUNDEF - Fundamental e de Valorização do Magistério  
GERES – Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior  
GT – Grupo de Trabalho  
HU – Hospital Universitário  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IEL – Instituto Euvaldo Lodi  
IES – Instituição de Ensino Superior  
IFE – Instituição Federal de Ensino  
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior  
IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul  
IMASUL – Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas  
IPES – Instituição Privada de Ensino Superior  
IPLAN – Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul  
ITESS – Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MEC – Ministério da Educação  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MS – Mato Grosso do Sul  
NCA – Núcleo de Ciências Agrárias  
NEFF – Núcleo de Estudos da Faixa de Fronteira  
NPAJ – Núcleo de Prática e Assistência Jurídica  
OCDE - Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PARFOR – Plano Nacional dos Professores da Educação Básica  
PDE – Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PPA – Plano Plurianual de Investimentos  
PRODEGRAN – Programa Especial da Região da Grande Dourados  
PROEP – Projeto de Extensão da Rede Federal  
PROEXT – Programa de Apoio à Extensão Universitária  
PROGRAD – Pró Reitoria de Ensino de Graduação  
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro  
PT – Partido dos Trabalhadores  
REUNI – Plano de Reestruturação das Universidades Brasileiras  
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica  
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
UAB – Universidade Aberta do Brasil  
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco  
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
UEMT – Universidade Estadual de Mato Grosso  
UFG – Universidade Federal de Goiás

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados  
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
UFU – Universidade Federal de Uberlândia  
UILA – Universidade de Integração Latino Americana  
UNAH – Universidad Agraria de la Habana  
UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso  
UNIDERP – Universidade para Desenvolvimento da Região do Pantanal  
UNIFENAS – Universidade Federal José do Rosário Vellano  
UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados  
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
ZEIU – Zona de Interesse Urbanístico

## RESUMO

Neste trabalho apresentamos uma análise da concepção de desenvolvimento regional, presente no processo de criação, implantação e expansão da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), expressa através da documentação interna desta instituição de ensino, pesquisa e extensão. Criada em 2005, foi implantada a partir de janeiro de 2006, sob a tutoria da Universidade Federal de Goiás (UFG). Tal criação foi justificada através do discurso de que esta instituição seria potencializadora do processo de desenvolvimento regional, tendo em vista o reconhecimento histórico por parte do Estado, em considerar Dourados como uma cidade-pólo. Além disso, a proximidade com a faixa de fronteira justificam também diversos estudos e problematizações que possibilitam o desenvolvimento da Região da Grande Dourados. Por fim, a presença da população indígena na região também justifica a demanda de uma instituição federal de ensino superior que atenda suas reivindicações, e como já observamos, inclusive com a criação de uma Licenciatura Intercultural denominada Teko Arandu. Discutimos a questão do Estado buscando compreender que o estabelecimento de uma política é resultante das contradições de classes e suas frações, assim como das contradições inseridas no seio do próprio Estado. Abordamos o posicionamento do Estado brasileiro a partir do Governo do Presidente Lula, no qual podemos observar uma nova postura no que tange às políticas públicas, sobretudo na educação superior. Em seguida fizemos uma contextualização histórica da criação, implantação e expansão da UFGD. Como procedimentos de pesquisa analisamos dez documentos internos, produzidos na própria UFGD, relativos ao período analisado. Constatamos que a concepção do desenvolvimento regional, está presente em todos os documentos, visto que no discurso institucional é uma prática presente nas ações da Universidade, como por exemplo, na criação de cursos de graduação e pós-graduação, pois segundo a instituição, são consideradas as demandas de profissionais, da região, visando o preenchimento destas necessidades e possibilitando desta forma o desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Estado, Educação Superior, Concepção de desenvolvimento regional, Universidade Federal da Grande Dourados.

## ***ABSTRACT***

We present an analysis of the concept of regional development, in this process of creation, deployment and expansion of the Federal University of Grande Dourados (UFGD), expressed through the internal documentation of this institution for teaching, research and extension. Created in 2005, was implemented in January 2006, under the mentorship of the Federal University of Goiás (UFG). This creation was justified through discourse that this institution would be powerful mechanism for regional development, in view of the historical recognition by the State, to consider Dourados as a city-center. Furthermore, the proximity to the border strip and several studies also justify problematizations that enable the development of the Grande Dourados. Finally, the presence of indigenous people in the region also justifies the demand for a federal institution of higher education that meets their demands, and as already noted, including the creation of a Bachelor Intercultural called Teko Arandu.

We discussed the question of the state trying to understand that the establishment of a policy is the result of the class contradictions and its fractions, as the contradictions embedded within the state itself. We address the positioning of the Brazilian state from the government of President Lula, in which we see a new attitude when it comes to public policy, especially in higher education. Then we made a historical overview of the creation, deployment and expansion of UFGD. As research procedures analyzed ten internal documents produced in the UFGD for the period analyzed. We note that the concept of regional development, is present in all documents, as discourse in institutional practice is present in the actions of the University, such as the creation of undergraduate and graduate, because according to the institution, are considered the demands professionals from the region, in order to fill these needs and thus enabling regional development.

**Keywords:** State, Higher Education, Design of regional development, Federal University of Grande Dourados.

## 1 – NOTAS INTRODUTÓRIAS

Neste trabalho analisamos os projetos de criação, implantação e expansão da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), investigando a concepção de desenvolvimento regional construída no bojo desse processo e expresso na documentação interna desta instituição de ensino superior.

<b>Quadro 1 - Documentação Interna da UFGD</b>		
	<b>Documento</b>	<b>Ano de Publicação</b>
1	Projeto de Criação e Implantação da UFGD	2004
2	Projeto de Lei e Lei de Criação da UFGD	2005
3	Plano de Ação para Implantação da UFGD	2005
4	Estatuto da UFGD	2006
5	Regimento Geral da UFGD	2006
6	Plano de Ação 2007-2011 da UFGD	2007
7	Plano de Desenvolvimento Institucional da UFGD 2008-2012	2008
8	Plano de Ocupação Física da Unidade II - 2008-2012	2008
9	REUNI - Diretrizes Gerais da UFGD 2008-2012	2008
10	Carta de Serviços da UFGD	2010

Organização: Almeida 2012

Portanto, um conjunto de 10 documentos históricos produzidos por diferentes sujeitos – da comunidade acadêmica interna e também da tutoria – que se constituem em fonte indispensável no sentido de alcançarmos os objetivos delineados nesta pesquisa.

A UFGD foi criada em 2005 no contexto de expansão do ensino superior brasileiro, a partir de deliberada política governamental - capitaneada pelo Ministério da Educação – com o escopo de criar novas universidades, novos cursos e, conseqüentemente novas vagas no ensino público.

Igualmente analisamos os projetos – de expansão física, do quadro de pessoal e de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação – implementados, relacionando-os com o discurso de desenvolvimento regional. Em outras palavras, como a UFGD é concebida tendo como instrumento de análise a sua documentação interna, pelos diferentes sujeitos (políticos, econômicos e sociais) que a compõem sob a ótica da busca do desenvolvimento na escala da chamada região da Grande Dourados.

Vários motivos nos levaram a definição desta temática. De início destacamos dois: pessoalmente, tivemos a oportunidade histórica de participar do processo de implantação da UFGD, a partir do desmembramento da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, mais

especificamente do Campus de Dourados na condição de integrante do quadro de servidores desta instituição.

Segundo, certamente mais importante que o anterior, é o fato de que, durante o trabalho da elaboração da Monografia (2009) “*A Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal da Grande Dourados*”, já tivemos um contato inicial com o tema proposto nesta pesquisa. Nesse sentido, a problemática aqui proposta pode ser entendida como um desdobramento da pesquisa monográfica. Tal realidade é importante porque de certa maneira já existe um alicerce teórico sobre análise de políticas públicas, discussões sobre o papel do Estado e da Universidade na Sociedade.

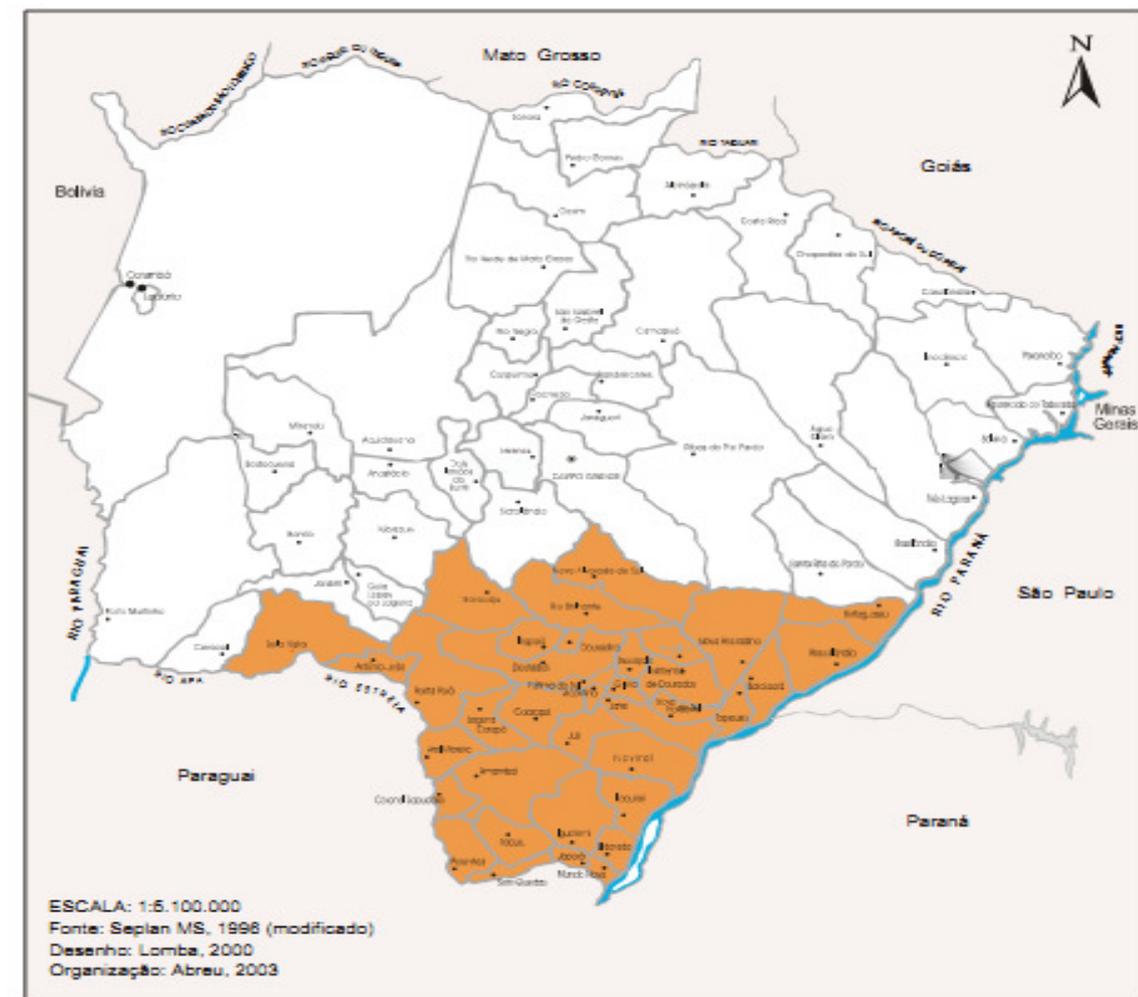
DI GIOVANNI (2009) afirma que é mister destacar que os fatos históricos devem ser considerados no tratamento das políticas públicas.

“... considerações de natureza histórica contribuem para ampliar a visão empirista sobre políticas públicas que têm sido dominante nos modelos analíticos disponíveis. A introdução de uma perspectiva que considere essa historicidade, também é importante para compreender não apenas a natureza do fenômeno estudado e seu conceito, mas também abre a possibilidade de um avanço no plano da teorização...” (DI GIOVANNI, 2009, p.18).

Segue afirmando que a observação histórica das políticas públicas possibilita a identificação de elementos invariantes em todas elas, embora cada uma delas tenha ocorrido de maneira singular e única. A questão principal, nesse caso, é como identificar tais elementos. Logo o autor considera que toda política pública baseia-se numa teoria, ou seja, num conjunto de asserções de origem diversa – racional ou não – que dá sustentação às práticas da intervenção, em busca de um determinado resultado. Esta observação histórica mostra que teoria, práticas e resultados, são elementos primários que estão presentes em todas as políticas públicas.

Acerca da contextualização histórica e geográfica da Região da Grande Dourados, ABREU (2005) corrobora com nossa discussão apresentando-nos o processo de “construção” da mencionada região.

**Figura 1 – Região da Grande Dourados**



Segundo ABREU (2005) a “Região da Grande Dourados” é uma realidade construída no/para imaginário político-econômico regional/nacional, apoiada numa verdade estabelecida cientificamente: ao Sul do então Mato Grosso, os solos são férteis, com grandes faixas de basalto – “terra roxa” – para produção de arroz, milho, soja, amendoim, feijão, trigo etc, o que consolidava esse território, de cerca de 6 milhões de hectares, como “uma região” produtora de alimentos. Tal concepção era sustentada teoricamente no ideário desenvolvimentista<sup>1</sup> que

<sup>1</sup> Sobre o conceito de desenvolvimentismo, nos apoiamos em BIELCHOSKY (1996, p.7), o qual assevera que: “Entendemos por desenvolvimentismo, (...), a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a vida de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através de forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando

incorporava as chamadas regiões polarizadas, comandadas pelas chamadas cidades-pólo<sup>2</sup>, como válidas no processo de consolidação do projeto de integração nacional, nos anos setenta e oitenta, do século passado.

Nesse contexto e sustentando essas diretrizes teóricas ABREU (2005) destaca o Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN)<sup>3</sup>, que visava ao aproveitamento da potencialidade agrícola de que dispunha a então região sul do Estado de Mato Grosso, envolvendo, em 1976, 22 municípios<sup>4</sup> – uma área de 84.661 km<sup>2</sup> – a ser polarizada por Dourados.

Portanto, segundo ABREU (2005), a Região da Grande Dourados tem sua gênese como construção teórico-metodológica, oficialmente, como uma “área-programa” definida pelo Governo Federal, através da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), no contexto do nacional desenvolvimentismo.

ABREU (2005) destaca ainda que segundo a SUDECO, a Região da Grande Dourados, tratava-se de uma área com elevada produtividade e que se encontrava sob o impacto direto da influência do Estado de São Paulo, em virtude das inter-relações comerciais com as áreas de mercado do Centro-Sul do país.

Argumenta, igualmente, a mencionada autora que no interior do PRODEGRAN havia um subprojeto relacionado à formação de profissionais para fomentar o processo de modernização da agricultura em curso, de modo que previa a criação da Escola de Agronomia de Dourados, na época, dentro da Universidade Estadual de Mato Grosso, atualmente Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Obviamente, segundo ABREU (2005), que a localização dessa faculdade se transformou em luta política “do interior”, em que empenharam-se as forças políticas de Dourados e Campo Grande. O desdobramento (político) prático seria a criação do curso de veterinária, em Campo Grande, e agronomia, em Dourados no ano de 1979. Aspectos do planejamento que busca conciliar os interesses políticos, econômicos e técnicos para viabilização dos objetivos propostos. Podemos inferir nesse processo o início do histórico da criação da atual Universidade Federal da Grande Dourados,

---

os recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa seja insuficiente.”

<sup>2</sup> Sobre a teoria dos pólos de desenvolvimento, ver PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia regional. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos)

<sup>3</sup> O PRODEGRAN era coordenado pela então SUDECO – Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste, autarquia vinculada ao Ministério do Interior.

<sup>4</sup> Compreendendo esses 22 municípios: Amambai, Anaurilândia, Antonio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia. Vale dizer, alguns desses municípios passaram por processos de divisão político-administrativo, de tal forma que esta região hoje – respeitada essa delimitação geográfica da SUDECO – tem um conjunto bem superior a 22 municípios de então.

pois neste momento constatamos o início do funcionamento/oferta do Ensino Superior em Dourados aliada a uma preocupação regional: a atividade agrícola.

ABREU (2005) relaciona este processo com a conjuntura nacional na qual, em sua concepção o endividamento externo e inflação alta, o País adentrou a penúltima década do século XX, trazendo em seu bojo a crise do planejamento desenvolvimentista e o despertar de movimentos populares e de conceitos “adormecidos” que envolviam direitos humanos e sociais como: a democracia, a reforma agrária e, igualmente, a polêmica ambiental.

Segue argumentando ainda que esta crise potencializou ainda, uma nova configuração territorial, com a divisão do antigo Mato Grosso em duas novas Unidades da Federação. Em sua opinião a SUDECO incorporará o discurso de Nova Fronteira, em que se inseriu o desmembramento político-administrativo do Mato Grosso. A Nova Fronteira impõe a pauta da “especialização” e a “descentralização” como uma nova roupagem e direcionamento para as ações de planejamento no Brasil e no Mato Grosso uno, que deveria ser dividido dentro da lógica espacial proposta. Para o Sul, atual Mato Grosso do Sul, foi definido o aprofundamento do processo agroindustrial com a possibilidade de atrair unidades industriais para efetivar a desconcentração industrial, vastamente propalada como uma política de planejamento do desenvolvimento regional e da distribuição da riqueza via implantação de distritos industriais.

Nesse contexto, afirma ABREU (2005) que a Região da Grande Dourados, mais especificamente a cidade de Dourados, receberia melhorias urbanas (por exemplo, através da sua inserção no Programa Nacional de Cidades Médias)<sup>5</sup>, serviços, cursos universitários, hospitais, agências bancárias e comércio diversificado, uma vez que era considerada, dentro do próprio Mato Grosso do Sul, estratégica pela sua capacidade produtiva e pela incorporação de novas tecnologias e insumos: máquinas, implementos agrícolas e tratores, agrotóxicos, enfim o pacote tecnológico derivado da “Revolução Verde”.

ABREU (2005) adverte que nos anos noventa chegamos a um “novo” conceito de Estado – o Estado-Nação entra em crise de significado –, alimentados pelo discurso neoliberal e de globalização. Nesse sentido, os conglomerados de capital industrial nacional e/ou multinacional assumiriam, explicitamente, a (re)organização do processo de produção, em Mato Grosso do Sul, imprimindo diversificação e nova dinâmica espacial, até pela impossibilidade do Estado continuar conduzindo o processo dentro dos seus interesses:

---

<sup>5</sup> Sobre essa temática SOUZA (2005, p.1) afirma que o objetivo fundamental era dar condições – através de investimentos setoriais - às referidas cidades de se transformarem em pólos de desenvolvimento, tendo como instrumento fundamental a implantação de distritos industriais. Enfim, são medidas governamentais que objetivavam garantir e/ou dar sustentabilidade às necessidades de desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista, através de novas formas de intervenção na (re)produção da cidade. De qualquer modo, são investimentos considerados de “natureza estruturante” visam evitar o quadro de problemas característicos dos centros de maior porte.

estamos falando da suinocultura, da avicultura, da helicicultura, fruticultura, horticultura etc, instaladas no Sul do estado e que mudariam completamente a paisagem, inserindo, inclusive novas relações e ritmos de trabalho, em grande parte calcado na pequena e média propriedades, no trabalho familiar, de modo que a família será incorporada ao ritmo de produção do grande capital industrial.

A lógica de ocupação, produção territorial e de estruturação econômica que se impõe, a partir dos anos noventa do século XX, vai definir, ao agora Mato Grosso do Sul e à Região da Grande Dourados, novos papéis no âmbito da economia regional e nacional, qual seja, intensificar a verticalização da produção ligada principalmente a atividade agropecuária, bem como criar condições favoráveis para a desconcentração industrial. (SOUZA, 2002)

ABREU (2005) argumenta que nesse período histórico é possível observar a retomada do discurso regional, já nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), mas que vai encontrar no Governo Estadual (José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT), respaldo mais expressivo e particular. Trata-se da retomada, por exemplo, dos chamados pólos de desenvolvimento, na política estadual de desenvolvimento econômico, entre eles Dourados. O governo estadual procura conciliar o projeto do Estado Mínimo, por exemplo dos Eixos Nacionais<sup>6</sup> do Governo Federal (Fernando Henrique Cardoso), com o discurso de polarização, do Estado Provedor, de modo que ressurgir o discurso de Dourados como pólo de desenvolvimento agroindustrial, aspecto que retoma a Região da Grande Dourados, que é redefinida nesse processo, assumindo uma outra delimitação geográfica, agora em extensão territorial menor<sup>7</sup>.

Nesse sentido, ABREU (2005) reporta-se a Gomes (1995, p.72) quando analisa que a palavra região tem em sua etimologia o sentido de domínio (*regere*), “de relação entre um poder central e um espaço diversificado”. De modo que toda proposição regional e/ou afirmação de uma regionalidade “tem uma proposição política, sob um angulo territorial”.

Assim, na concepção da mencionada autora, o termo região passa a ter uma relevância maior, um significado. É o caso da Região da Grande Dourados. Trata-se, ao mesmo tempo, de retomar a identidade regional subtraída pela dimensão político-econômica, que inclusive tem excluído-a dos projetos estruturantes do Governo Federal, e de fortalecer um outro poder político regionalista, baseado tanto nos movimentos sociais, como é o exemplo do movimento para a criação da Universidade Federal da Grande Dourados, como na construção de uma

---

<sup>6</sup> Sobre os eixos nacionais de desenvolvimento e integração ver: ARAUJO (2000), SOUZA (2002) entre outros.

<sup>7</sup> Neste contexto são 13 os municípios que dela fazem parte: Dourados, Itaporã, Douradina, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis, Juti, Caarapó, Nova Alvorada do Sul, Maracaju, Rio Brillhante. Mapa em anexo.

identidade que permita fazer frente (para se inserir) aos grandes empreendimentos agroindustriais e de infraestrutura econômica.

É nesse contexto histórico, de retomada da identidade regional que se insere o projeto de desmembramento da UFMS – particularmente do seu campus de Dourados, em 2005 e a criação da UFGD<sup>8</sup>.

Segundo ABREU (2005) um processo histórico de partilha mas sobretudo de criação de uma nova universidade que encontra forte apelo político, mas que se justifica na pesquisa produzida pelo conjunto de professores do Câmpus de Dourados, na prestação de serviços (educação e saúde) e na sua “área de influência”, mas igualmente em uma identidade cultural e territorial construída sob a influência dos paraguaios, indígenas, nordestinos, gaúchos, paulistas etc.

Como já realizamos uma contextualização do conceito da Região da Grande Dourados, necessitamos também de uma reflexão acerca da temática de políticas públicas, para então nos debruçarmos na análise particularmente daquela efetivada na educação superior brasileira a partir do Governo Lula e em decorrência a criação e implantação da Universidade Federal da Grande Dourados.

DI GIOVANNI (2009) afirma que, em primeiro lugar, para compreendermos uma política pública temos que entender que tal conceito vai além da idéia de que trata-se simplesmente de uma intervenção do Estado numa situação considerada problemática. Mais do que isso o autor pensa a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade<sup>9</sup>.

Outro fator importante para a compreensão da política pública segundo este autor é a idéia de forma política. Entende essa expressão como uma configuração específica de relações de poder, que seja institucionalizada, recorrente e estruturada, no sentido de se constituir, de modo próprio, numa probabilidade de ação coletiva. Na situação da criação e implantação da UFGD, entendemos que esta configuração política foi de fundamental importância para a oficialização desta instituição federal de ensino superior, tendo em vista que no ano de sua criação, havia nos governos municipal, federal e estadual um alinhamento político em prol da institucionalização da UFGD.

---

<sup>8</sup> Projeto aprovado através da Lei nº 11.153/2005 do Governo Federal.

<sup>9</sup> Em suas palavras, DI GIOVANNI (2009, p.11) afirma que “... é um conceito evolutivo, na medida em que a realidade à que se refere existe num processo constante de transformações históricas nas relações entre Estado e sociedade, e que essa mesma relação é permeado por mediações de natureza variada, mas que, cada vez mais estão referidas aos processos de democratização das sociedades contemporâneas.”.

Portanto as políticas públicas em geral, mas particularmente na educação precisam de mecanismos integrados para o seu sucesso. Há que se ter uma convergência dos interesses dos sujeitos envolvidos no processo de formulação e execução da referida política.

Segue o mencionado autor e conclui que os sujeitos são todas as pessoas, grupos ou instituições que, direta ou indiretamente participam da formulação, da implementação e dos resultados de uma política. Por sua vez, os interesses são os objetivos práticos - implícitos ou explícitos – de cada um dos sujeitos ou de grupos de sujeitos. Ainda sobre o jogo de interesses na concepção de políticas públicas, faz-se necessário salientar que existe sempre a probabilidade de superposição de interesses, bem como de surgimento de contradições entre eles.

Desse modo, as políticas de certo modo exigem uma convergência de interesses dos sujeitos envolvidos o que não significa ausência de contradição.

Outro autor que trabalharemos para esta reflexão acerca do termo política pública é MELAZZO (2006). Na sua concepção toda política é, em essência, pública, o que exige um esforço inicial de referenciar conceitos, de modo a estabelecer as bases mínimas para uma discussão.

MELAZZO (2006) elenca três aspectos a serem considerados no que tange à definição e conceituação do termo política pública.

Em primeiro lugar porque, comumente, tal termo pode se referir tanto aos conteúdos particulares que se expressam em diferentes matérias ou campos de atuação governamental, como também pode fazer referência aos processos políticos próprios da ação e, ainda, às instituições políticas. Assim, esta tríplice possibilidade de compreensão do termo deve ser elucidada.

Em segundo lugar, ressalta que este termo implica também que, enquanto curso de ação deliberada, as políticas públicas envolvem preferências, escolhas e decisões, o que remete sua discussão para os mecanismos individuais e coletivos que envolvem sua formação, desde a fase de planejamento, passando por sua execução e, mesmo, na fase de avaliação de seus resultados.

Por fim, mas não menos importante, encontra-se a questão que diz respeito às políticas públicas enquanto espaço de lutas e busca de construção de direitos, afirmando-se uma visão que politiza sua discussão, na medida em que obriga o analista a não mais apenas se referenciar no Estado, isto é, abrir-se para uma concepção que não coloque o Estado como único e inevitável centro possível do debate, mas que incorpore a dimensão essencialmente conflitiva de interesses e grupos de interesses, próprios da dinâmica de uma sociedade caracterizada por lutas de classes, em um primeiro e abrangente plano de análise, mas

igualmente de lutas segmentadas por outros elementos definidores de identidades e interesses na sociedade.

Trata-se aqui da reflexão que também POULANTZAS (2000) elabora quando argumenta que o estabelecimento da política é resultado das contradições de interesses de classes sociais e no interior do próprio Estado.

Além disto, MELAZZO (2006) alerta que conforme já citado anteriormente toda política é necessariamente pública. Porém é *mister* considerar duas questões:

A primeira diz respeito ao “quem” as formula e implementa, ou seja, diz respeito aos autores das políticas públicas. A segunda, por seu lado, relaciona-se aos destinatários, ao público alvo ou à clientela.

Assim, só se justificaria o uso desta expressão política pública quando esta se aproxima dos interesses de uma coletividade, extrapolando os limites de interesses particularistas ou mesmo individuais, na medida em que deve ser expressão de um debate público, aberto à participação de interesses contraditórios dos interessados diretos ou indiretos. Por sua vez, os atores devem possuir graus de legitimidade conferidos pelo processo político para sua formulação e execução. (MELAZZO, 2006, p.29)

O termo política, então, deve lembrar permanentemente que, toda política pública só se constitui enquanto tal na medida em que pressupõe um entrelaçamento entre agentes sociais com sua própria visão de mundo, que por sua vez decorre de sua posição social no interior da sociedade, particularmente em suas dimensões econômicas e políticas.

Quanto à formulação das políticas públicas, MELAZZO (2006) afirma que para os formuladores é necessário ressaltar, ainda, que produzem suas propostas e caminhos para ação a partir de suas leituras do mundo sensível. Isto é, encontram-se necessariamente limitados por um conjunto restrito de possibilidades que se ajustam a suas origens, formações e perspectivas da realidade. Daí, em primeiro lugar, não haver qualquer possibilidade de neutralidade técnica em sua ação e, tão importante quanto, em segundo lugar, existirem constrangimentos de conhecimento sobre a realidade.

Assume-se, então, aqui, segundo MELAZZO (2006) a concepção de que o Estado deva ser considerado não como uma agência a serviço única e exclusivamente da reprodução do capital ou a serviço de elites dominantes. Na realidade, o Estado cumpre funções que vão além de apenas garantir a reprodução do capitalismo, enquanto modo de produção e se coloca sempre a possibilidade de absorver demandas e conduzir ações permeadas por processos decisórios e mediações institucionais mais complexos. Desfaz-se, assim, a visão de que o Estado seria neutro e inerte às injunções de seu quadro de pessoal, a sua institucionalização ou materialização em sua relação com a direção política impressa por cada governo.

Com tais pressupostos, MELAZZO (2006) define políticas públicas como:

“(...) políticas públicas são conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, envolvendo procedimentos formais, informais e técnicos que expressam relações de poder e que se destinam à resolução de conflitos quanto a direitos de grupos e segmentos sociais ou como o espaço em que são disputadas diferentes concepções a respeito da formulação e implementação de direitos sociais, bem como sua extensão a diferentes grupos sociais.” (MELAZZO 2006, p.36)

Trata-se, assim de compreender políticas públicas como expressões do poder<sup>10</sup>, portanto, envolvem tensões, conflitos e contradições, tanto na sua formulação, quanto implementação e avaliação de seus resultados.

Nesse sentido, portanto, é que se enquadram os objetivos da pesquisa. Para tanto, utilizamos como procedimentos de pesquisa desta dissertação uma análise acerca da temática do Estado e seu papel na definição de políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à educação superior.

Com esse pressuposto, é mister destacar, apoiado em POULANTZAS (2000) que a definição da política é resultante das contradições de classe inseridas na própria ossatura do Estado. Em outras palavras, entendemos que a relação do Estado com a Educação Superior é histórica e assume – em cada momento – uma “feição” específica resultante do conflito, das tensões e contradições nos estabelecimentos dessa relação. É nesse sentido que contextualizamos a política pública de Educação Superior, do governo Lula, para entendermos o processo de criação e expansão das universidades brasileiras, em especial da UFGD. A idéia, portanto, foi entender a parte, tomando-se o todo, como referencial analítico.

Concomitantemente realizamos um levantamento de fontes bibliográficas relativas ao tema. A produção científica sobre a problemática é relativamente abundante, mas vale destacar que também a produção oficial, ou seja, os documentos governamentais concernentes aos projetos, ações e avaliações da atuação do Estado na educação foram imprescindíveis para o estudo dessa questão.

Como necessitamos também de construir o debate sobre a Universidade Federal da Grande Dourados, fizemos um exaustivo levantamento documental sobre a criação e a implantação da UFGD. Nesse sentido, como já mencionamos, fizemos a análise de uma dezena de documentos internos/institucionais buscando compreender suas diretrizes e referências, sobretudo aquelas relativas a concepção de desenvolvimento regional, expressa em tais documentos.

Com tal escopo, a presente dissertação está dividida em 3 capítulos.

---

<sup>10</sup> Por poder entende-se baseado em POULANTZAS (2000) que o poder de uma classe significa de início seu lugar objetivo nas relações econômicas, políticas e ideológicas, lugar que recobre as práticas das classes em luta, ou seja, as relações desiguais de dominação/subordinação das classes estabelecidas na divisão social do trabalho, e que consiste desde então em relações de poder.

No primeiro, discutimos acerca do papel do Estado no processo de desenvolvimento regional e na educação superior, visando à contextualização para a compreensão do processo de criação e implantação da UFGD.

No segundo, realizamos a apresentação de como ocorreu à criação e implantação da UFGD, bem como apresentamos um demonstrativo da situação atual da IFES em questão.

Por sua vez no terceiro capítulo enfatizamos a concepção de desenvolvimento regional envolvida no processo de criação e implantação da UFGD, expressa através da análise da documentação oficial interna da instituição.

## **2 – BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA EDUCACAO SUPERIOR**

Para a discussão da criação e implantação da Universidade Federal da Grande Dourados, compreendemos baseado em POULANTZAS (2000) que houve conflitos de interesses e disputas que resultam no estabelecimento da política na área educacional, orientada pelo Estado e implementada pelo então Governo Lula (Gestão 2003 – 2006 e 2007 – 2010).

Com esse pressuposto recorreremos a este autor que faz uma análise geral e atemporal, que abrangem todos os tipos de capitalismo, argumentando que o Estado capitalista deve representar o interesse político em longo prazo da burguesia sob a hegemonia de uma de suas frações, variando conforme a época histórica.

Na sua concepção, o Estado deve ser analisado em termos de dominação política e de luta política. Uma teoria do Estado capitalista deve considerar, além das relações de produção, a reprodução histórica desse Estado e as transformações por que ele passou quanto à constituição e reprodução das classes sociais, de sua luta e da dominação política.

Advoga que o Estado não é um sujeito intrínseco, contrapondo-se, portanto, a noção de Estado como instrumento manipulado e a serviço de uma única classe. Desse modo, para ele, o Estado deve ser concebido:

(...) como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tais como eles expressam, de maneira sempre específica no seio do Estado. (POULANTZAS 2000, p.130).

Fica evidente a noção de Estado como centro de exercício do poder político.

POULANTZAS (2000) refuta a teoria do Estado capitalista que prioriza a análise da estrutura econômica, deixando a luta de classes e a dominação política como causas que explicam àquela. Propõe uma análise no cerne das instituições estatais para, assim, compreender a inscrição da luta de classes, muito particularmente da luta e da dominação política, explicando as formas diferenciais e transformações históricas desse Estado.

Argumenta que o Estado representa e organiza as classes dominantes. O Estado representa e organiza o interesse político em longo prazo do bloco no poder, que é composto de frações de classe burguesas. Organização concebida é:

(...) na perspectiva do Estado da unidade conflitual da aliança do poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o

que se faz sob a hegemonia e a direção, nesse bloco, de uma das classes ou frações, a classe ou fração dominante. (POULANTZAS - 2000, p.128)

LEFEBVRE (1976, p. 314), analisando esta mesma temática argumenta que o Estado, com ou sem planejamento, regulariza as relações que resultam do caráter desigual do crescimento e dos conflitos que dele resultam. Em suas palavras:

“Ele [Estado] transforma os conflitos virtualmente destruidores em estimulantes do crescimento, aí compreendidas as lutas de classe e as lutas nacionais (guerras). Preserva as condições de um equilíbrio precário, sempre ameaçado, sempre restabelecido.”

Apesar de representar a classe dominante, o Estado também se relaciona com a classe dominada. Esse processo ocorre em virtude da sua autonomia relativa<sup>11</sup> devido à materialidade desse Estado em sua separação relativa das relações de produção e à especificidade das classes e lutas de classes sob o capitalismo que essa separação acarreta.

A burguesia, como classe dominante, apresenta-se sempre dividida em frações de classe. Essas frações constituem, em conjunto, o bloco no poder, em graus de desigualdade no campo da dominação política.

POULANTZAS (2000) assevera que a política do Estado em favor do bloco burguês no poder se dá uma de suas frações de classe através da condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe no seio do próprio Estado.

O Estado detém autonomia relativa em relação a fração de classe do bloco no poder, assegurando a organização do interesse geral da burguesia sob a hegemonia de uma das frações, (seja industrial, agrária, financeira ou industrial).

O Estado é constituído e dividido de lado a lado pelas contradições de classe e elas armam, assim, sua organização. Isso implica que o estabelecimento de uma política é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado, como por exemplo a política de expansão do ensino superior, como a verificada a partir do Governo Lula.

Compreende-se então que a política do Estado é constituída por contradições interestatais, ou seja, entre órgãos do Estado. Mais um exemplo: na política de expansão universitária, pode haver contradição, choque entre o “interesse” do Ministério da Fazenda – interessado em conter gastos – e da Educação – interessado na referida expansão.

---

<sup>11</sup> Para POULANTZAS (2000) autonomia relativa quer dizer que o Estado, devido à materialidade do mesmo em sua separação relativa das relações de produção e à especificidade das classes e lutas de classes sob o capitalismo que essa separação acarreta. O Estado detém autonomia relativa em relação a qualquer fração do bloco no poder, assegurando a organização do interesse geral da burguesia sob a hegemonia de uma das frações.

Logo, o capitalismo está longe de ser organizado formalmente. No entanto, essas contradições inerentes ao processo de reprodução e acumulação do capital - e também à estrutura e cerne material do Estado - permitem a organização do bloco no poder e a autonomia relativa do Estado em relação a uma ou outra de suas frações.

As contradições interiores do bloco no poder atravessam a burocracia e o pessoal do Estado, segundo clivagens complexas, ramos e aparelhos do Estado, neste caso os diferentes ministérios<sup>12</sup>.

Com tais referenciais POULANTZAS (2000) afirma que o Estado deve ser entendido como um campo e um processo estratégicos, atravessado por núcleos e redes de poder repletas de contradições internas e compensações. É no bojo dessas contradições que o Estado estabelece suas políticas. Nesse caso, a política para o ensino superior com o avanço das instituições públicas, como a criação da UFGD se dá no interior desse processo contraditório.

O Estado concentra não apenas as relações entre forças do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas<sup>13</sup>.

As lutas populares e os poderes atravessam o Estado e, por mais que elas sejam políticas, não constituem uma força exterior ao Estado, mas intrínsecas a ele.

POULANTZAS (2000) ressalta que a organização hierárquico-burocrática do Estado e sua ossatura concernente às relações de produção visam a reproduzir internamente a relação dominação-subordinação das classes populares, na qual o inimigo destas está sempre dentro do Estado.

Além de exercer hegemonia sobre as demais classes e frações de classes no poder, um aparelho dominante no seio do Estado também detém poderes político-ideológicos sobre as classes dominadas.

Não é possível, argumenta o citado autor, uma relação de duplo poder dentro do Estado (das classes dominantes e das classes dominadas) – no caso de uma fração de classe popular participar do Estado. É preciso, no seu entendimento, transformação radical do Estado para que a classe dominada, adentrando no poder, efetivamente exerça poder real sobre os demais aparelhos. E, mesmo assim, a curto ou longo prazo, o Estado tende a restabelecer a

---

<sup>12</sup> Analisando essa temática, POULANTZAS (2000, p. 138) argumenta que “muito mais que um corpo de funcionários e de pessoal de estado unitário e cimentado em torno de uma vontade política unívoca, lida-se com fendas, clãs, diferentes facções, em suma, com uma multidão de micropolíticas diversificadas”. Parece ter sido este o caso da UFGD. O então reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Manoel Catarino Però, gestão 2000-2005, mantinha relações corporativas com o chamado segundo escalão do Ministério da Educação (MEC) e apesar de , discursivamente, apoiar a criação da UFGD, na escala micropolítica e até das relações particulares/corporativas com o pessoal do MEC, “curto-circuitava” o andamento do processo em Brasília.

<sup>13</sup> Textualmente: “As divisões internas do Estado, o funcionamento concreto de sua autonomia e o estabelecimento de sua política através das fissuras que o caracterizam, não se reduz às contradições entre as classes e frações do bloco no poder. Dependem da mesma maneira, e mesmo principalmente, do papel do Estado frente às classes dominadas.” POULANTZAS – 2000 p.142.

relação de forças em favor da burguesia. A ação das massas no interior do Estado é condição necessária, mas insuficiente.

Há diferenças nas estratégias políticas das diversas frações do capital para com as massas populares, que são fatores primordiais de divisão no seio do bloco no poder. As várias frações do bloco no poder, muitas vezes, tentam assegurar-se no Estado com o apoio de massas populares (ou de frações delas contra outras). Por exemplo, quando a fração do capital industrial se alia aos trabalhadores contra a taxa de juros, portanto, contra a fração dominante do capital financeiro.

Portanto, as lutas populares estão inseridas na materialidade do Estado, não estando, assim, em posição de exterioridade, mas derivam da configuração estatal através da relação existente nos órgãos constitutivo, na sua ossatura material.

No longo prazo, um aparelho dominante passa a ser o próprio aparelho do Estado, estabelecendo-se por toda a cadeia de subordinação dos demais aparelhos interiores, consolidando os interesses hegemônicos, estabelecendo a sua convenção de desenvolvimento<sup>14</sup>.

A organização do Estado burguês permite funcionar por deslocamentos e substituições sucessivas, dando condições do deslocamento do poder da burguesia de um órgão para outro. Assim por exemplo, ao “perder” o Executivo para um governo dito “popular” a burguesia desloca-se, por exemplo, para o Judiciário e a partir dali passa a implementar sua estratégia e tática.

Como o Estado não é um bloco monolítico, as permutações do papel dominante entre os aparelhos (dado que os aparelhos são rígidos) constituem um processo histórico.

A rigidez e ausência de maleabilidade nas trocas entre aparelhos são desfavoráveis à burguesia, abrindo espaço para a esquerda no poder.

As contradições internas e os deslocamentos entre poder real e poder formal<sup>15</sup> estão também no seio de cada aparelho. Logo, com o pensamento de POULANTZAS (2000) corroborando, é preciso raciocinar em termos de núcleos e focos de poder real em lugares estratégicos dos diversos setores e aparelhos de Estado.

---

<sup>14</sup> Para aprofundar a discussão sobre convenções de desenvolvimento ver ERBER, F.S: “*As convenções de desenvolvimento no Brasil*”, artigo apresentado no 5º Fórum de Economia da FGV-SP, Setembro de 2008.

<sup>15</sup> As contradições internas e os deslocamentos entre poder real e poder formal estão também no seio de cada aparelho. Logo, com o pensamento de Poulantzas (2000) corroborando, é preciso raciocinar em termos de núcleos e focos de poder real em lugares estratégicos dos diversos setores e aparelhos de Estado. Não basta para a esquerda, portanto, tomar o poder, controlar o cume da hierarquia formal, mas se faz necessário, ainda, controlar núcleos de poder real. O Estado concentra não apenas as relações entre forças do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas.

## 2.1 – As mudanças no papel do Estado brasileiro

A partir dos anos 2000, é possível notar uma mudança no padrão de atuação do Estado brasileiro. Para que possamos demonstrar esta alternância utilizamos MONTEIRO NETO (2006), no qual temos que no início da década de 1990, os sinais de exaustão e da crise das finanças públicas afirma que a atração estatal não poderia ser conduzida nos mesmos moldes que houvera sido na fase desenvolvimentista: elevados investimentos governamentais em infraestrutura econômica e social e instrumentalização dos gastos das empresas estatais (por exemplo, a SUDECO na região Centro-Oeste) para operar mudanças radicais nas estruturas produtivas e de emprego de várias regiões do país. Foi essa atuação ativa do planejamento do gasto governamental que possibilitou, entre 1960 e 1985, um processo de desconcentração espacial das atividades produtivas no País revertendo uma tendência histórica de concentração e centralização econômica no Sudeste e mais particularmente no Estado de São Paulo.

MONTEIRO NETO (2006) ainda nos coloca que no que se refere à indução do processo da desconcentração produtiva, o desempenho mais fraco no Sudeste parece ter sido em certa medida, benéfico para a diminuição das desigualdades regionais. No entanto, esta redução das desigualdades ocorreu apenas porque, numa realidade muito recessiva para todas as regiões, o setor produtivo da região Sudeste cresceu menos que o das outras regiões do país. Em geral, em uma trajetória de desenvolvimento em que a convergência de renda *per capita* entre regiões e Unidades de Federação se verifica, é sempre desejável – e produz resultados qualitativamente superiores – quando associada ao crescimento econômico positivo, firme e generalizado nas regiões (ou Unidades da Federação) do País. Porém, se a convergência ocorre em um quadro também generalizado de recessão econômica, ela pode significar apenas redução momentânea e não permanente das desigualdades, em vez de configurar fenômeno durável e consistente.

A discussão relacionando a atuação governamental, discutida por MONTEIRO NETO (2006), em um plano geral da economia com a atuação para minorar ou mesmo reverter desigualdades regionais será conduzida de maneira que apresente a desfiguração de um padrão de intervenção governamental – nos países avançados, o Estado do Bem-Estar Social – *Welfare State*; nas economias periféricas, o Estado desenvolvimentista –, o qual tinha como fundamentos, principais: i) a regulamentação dos espaços da produção privada; ii) a administração de política de rendas; iii) a produção direta de bens econômicos; e iv) a elaboração de políticas setoriais de estímulo à atividade produtiva.

MONTEIRO NETO (2006) utiliza BIASOTO JUNIOR. (2004)<sup>16</sup> que identifica o desmantelamento da capacidade de ação do Estado na economia brasileira em duas fases: a primeira, que corresponde ao:

“(...) longo período de vinte anos que nos separa do início das negociações com o FMI durante a crise da dívida dos anos 1980, foi responsável pela substituição da concepção do papel jogado pelo Estado na economia brasileira. Segundo essa concepção, era crucial que o alcance da intervenção estatal devesse ser minimizado. A partir de 1982, uma sucessão de medidas de política, inspiradas pela abordagem de ajuste do FMI, passou a enfatizar a necessidade absoluta de reduzir o déficit público, privatizar empresas estatais, abandonar as políticas de direcionamento de crédito, reduzir incentivos fiscais e cortar subsídios” (p. 75).

A segunda fase, mais recente:

“(...) foi vivida nos anos noventa e teve como principal evento o processo de privatização que transferiu do setor produtivo estatal ao setor privado o comando sobre setores com amplo potencial irradiador sobre a dinâmica econômica”.

Em termos geográficos, a perda de raio de ação do Estado sobre instrumentos de política econômica tem sido muito evidente: implicou a deterioração de sua capacidade para imprimir trajetória positiva para o crescimento da economia do país e um estancamento do processo de desconcentração produtiva, antes verificado e com participação decisiva das superintendências regionais de desenvolvimento, conforme demonstrado por ABREU (2000) para o caso da região Centro-Oeste a atuação da SUDECO<sup>17</sup>.

Ao tomar-se como pano de fundo os elementos antes reunidos, relacionados com a mudança no padrão de financiamento estatal, pode-se avaliar: i) se a experiência de política macroeconômica e de reformas desde 1990 foi capaz de expandir os níveis de investimento da economia em uma trajetória sustentada; ii) como se operou a reorganização da variável investimento público como potencializadora da atividade produtiva em âmbito regional; iii) de que maneira e com que intensidade o mecanismo de oferta de crédito público para o investimento privado tem sido utilizado para fortalecer as economias regionais; e iv) quais foram os impactos das medidas de política que visavam ao estímulo do investimento privado sobre a estrutura produtiva no espaço brasileiro.

A análise centra-se, assim na trajetória do investimento como instrumento que reúne condições para mudar o perfil da atividade produtiva no espaço, dinamizar a demanda agregada e criar trajetórias de crescimento econômico nas regiões. Particularmente, a reflexão

---

<sup>16</sup> BIASOTO, Jr. G. O Estado acorrentado e obstáculos à retomada. Política Econômica em Foco, n. 3, São Paulo: IE-Unicamp, 2004.

<sup>17</sup> Assim como a SUDENE e a SUDAM, respectivamente no Nordeste e no Norte do país.

é como o escopo de obter elementos que caracterizem o papel da atuação governamental na questão regional brasileira nos anos 2000. Seja na direção tomada pela ação direta do governo no investimento (administrações públicas e estatais), seja pela capacidade que o governo tem como ofertante de crédito à iniciativa privada (fundos constitucionais de desenvolvimento regional e os fundos fiscais) e, por via indireta, induzir o investimento total da economia.

MONTEIRO NETO (2006) afirma que as reformas implementadas pelos governos eleitos<sup>18</sup> na década de 1990 – na regulamentação do comércio exterior, liberalização financeira, fiscal, tributária, trabalhista, sindical etc. – visavam fundamentalmente à diminuição dos entraves à entrada (e à saída) dos investimentos externos no país, sinalizando, desse modo, a efetivação de estímulos à elevação da formação de capital em complemento à poupança interna privada.

Esse mesmo autor ressalta ainda que desde 1990 que o rumo foi “perdido” – a abertura comercial, as privatizações, os investimentos diretos externos foram capazes de impulsionar os níveis de formação bruta de capital – e a renda *per capita* brasileira praticamente estagnou, ficando sua taxa média de expansão em 0,3% anuais nos anos 1990-2001.

Tais constatações vão, portanto, na direção oposta ao pensamento vigente no Brasil (mesmo no Governo Lula) acerca das possibilidades de o País ingressar em uma trajetória de crescimento acelerado e contrapõe-se também aos princípios liberais preconizados pelo Consenso de Washington – e largamente implementados pela política brasileira nos anos 1990 –, o qual propôs um conjunto de medidas objetivando produzir mais liberalização comercial e de fluxos de capitais, como também impôs mais restrições à atuação governamental como os instrumentos necessários a atingir-se – se, e somente se, as reformas fossem implementadas – uma trajetória virtuosa de crescimento. Virtuosa, obviamente, sob a ótica do capital.

MONTEIRO NETO (2006) aponta como uma característica marcante neste novo período o gasto público do Estado. Afirma que um dos elementos mais significativos para a ativação da formação de capital na economia nacional da segunda metade do século XX foi, inquestionavelmente, o investimento público. Tanto quantitativo, ou seja, dos volumes empregados para dinamizar a atividade produtiva quanto qualitativo: o gasto público em investimento sempre esteve à frente da demanda agregada provocando, assim, sinalizações indubitáveis para a construção de uma trajetória de crescimento e para a consolidação de áreas produtivas e regiões geográficas nas quais o capital privado teve pouco interesse ou exigiam os montantes elevados de investimentos com retorno lento.

---

<sup>18</sup> Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Nesse contexto, a atuação governamental teve papel crucial, no desenvolvimentismo, para a implantação e a consolidação de setores e espaços na economia brasileira que, de outro modo, se interessaram em instalar somente pela ação do privado.

Ao se resumir esse ponto, há elementos que nos permitem inferir de que as reduções no gasto governamental, entre os períodos de 1991-1995 e 1996-2000, tiveram efeitos propagadores sobre a queda no nível geral de atividade mais que proporcionais ao que se poderia esperar. Esta constatação aponta para o potencial expansivo que os investimentos públicos são capazes de exercer sobre a atual trajetória de crescimento da economia brasileira. Como dissemos não foi essa a escolha política.

Pode-se objetar que a citada relação, está carregada de uma carga pró-intervenção governamental, uma vez que, ao não se fazer considerações sobre a parcela do investimento privado no total da formação bruta de capital, não se ficaria sabendo os mecanismos causais entre o investimento privado e o investimento total. Entretanto, o fato de que a redução da parcela do investimento governamental no total da formação bruta de capital fixo não foi acompanhada pelo aumento, em ritmo superior, do investimento privado, aponta para a existência de relações qualitativamente importantes entre o gasto governamental em investimento e o crescimento econômico, as quais não têm sido devidamente consideradas pela política econômica.

Secundariamente, os desdobramentos da redução do investimento governamental sobre as taxas de crescimento podem ser captados pela diminuição das inversões das empresas estatais – em parte, pelo processo de privatização conduzido ao longo da década de 1990 – nas economias regionais. A montagem de um conjunto importante de empresas estatais no país<sup>19</sup> desde a década de 1960 trouxe benefícios consideráveis à economia nacional, pois, segundo MONTEIRO NETO (2006) contribuiu para: i) a criação de estruturas produtivas novas em regiões de baixo desenvolvimento, modificando as estruturas então existentes; e ii) intensificação da integração regional – mas, basicamente, com o eixo dinâmico representado pelo Sudeste – através de compra e venda de insumos, de máquinas e equipamentos e bens finais. A transferência de ativos governamentais para o setor privado traz, mudanças no processo de integração regional: em muitos casos, as relações, mundiais e de mais intensas ligações com o exterior, se perdem completamente.

A mudança no “modelo” de desenvolvimento a partir da década de 1990 – baseada em mais intensa integração à economia mundial e menor intervenção governamental – e concebida como alternativa para a crise dos anos 1980 – teria sido incapaz de elevar

---

<sup>19</sup> Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943), Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ou BNDE (1952) e a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás (1953).

satisfatoriamente as taxas de crescimento ao ficarem, de fato, em patamares médios inferiores ao período prevalecente. A estabilização econômica, não trouxe crescimento econômico e, sem conseguir imprimir dinamismo à economia como um todo, foi incapaz de garantir que a desconcentração produtiva geográfica, em curso até 1985, pudesse ser retomada com vigor: o processo tornou-se mais instável e os meios para a atuação governamental foram significativamente perdidos. Por exemplo, as superintendências regionais de desenvolvimento foram extintas, a SUDECO, em 1991.

A intervenção governamental, segundo MONTEIRO NETO (2006), não deveria ser concebida como uma panacéia para a resolução de todos os problemas da sociedade e da economia brasileiras. Na verdade, a crise por que passa o Estado brasileiro sugere o contrário: que sua instrumentalização excessiva e não-coordenada tende a exacerbar conflitos entre grupos sociais e regionais pela captura de rendas. Parece-nos que a “guerra fiscal” é um exemplo dessa prática.

Destarte, dever-se-ia evitar, para desdobramentos de políticas de desenvolvimento, raciocínios dualistas do tipo: uma vez que a intervenção governamental em crise propõe o seu oposto, isto é, a sua minimização e o desaparecimento institucional. Para economias que precisam crescer superem à sua condição periférica, a atuação governamental assume papel decisivo visando minimizar as desigualdades na distribuição espacial da atividade produtiva, assim como da enorme desigualdade social.

CANO (2010) estabelece um contraponto a MONTEIRO NETO (2006). Ao afirmar que de 2003 a 2008, novos fatos, com a vitória eleitoral de um partido que tinha por bandeira o progressismo (PT – Partido dos Trabalhadores) e o desenvolvimentismo, mas que continuou a praticar parte da mesma política macroeconômica do governo anterior: superávit fiscal, câmbio valorizado, juros elevados, crédito curto, salvo o do “crédito sem risco”, em que consiste o chamado crédito consignado a trabalhadores e aposentados. Só depois de 2006-2007 é que o crédito público (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) de longo prazo apresentou crescimento mais expressivo, alimentando uma pequena expansão da taxa de investimento. Este, por sua vez, antes centrado na indústria, passou a se concentrar mais em serviços e em projetos para exportações de produtos primários e semimanufaturados. No interior desse processo reconhecemos, como muito positiva, a nova postura do Estado para com a Petrobras – notadamente com as atitudes frente ao pré-sal –, e a criação de um Fundo Soberano<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Fundo Soberano ou Fundo de Riqueza Soberana (em inglês, *Sovereign Wealth Funds - SWF*) é um instrumento financeiro adotado por alguns países que utilizam parte de suas reservas internacionais. Os fundos soberanos administram recursos provenientes, em sua maioria, da venda de recursos minerais e petróleo. Segundo o International Working Group of Sovereign Wealth Funds (IWG), a principal fonte

Argumentando sobre esta temática da política econômica do Governo Lula, ERBER (2008) nos traz a discussão de convenção de desenvolvimento, na qual, afirma que no período de 2003-2007 prevaleceu no governo a convenção neo-desenvolvimentista<sup>21</sup>, expressa, por exemplo, no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Retornado a CANO (2010), o autor ressalta ainda o fortalecimento do mercado interno no Governo Lula. Enfatiza igualmente que este governo teve coragem para ativar algumas políticas sociais, como a da renda mínima (Programa Bolsa Família), da elevação do salário mínimo real e da instituição do crédito consignado aos trabalhadores e aposentados, que culminaram em criar estímulos para o mercado interno. Além das intenções políticas, colaborou para isto o crescimento maior do PIB – notadamente nos setores exportadores e de consumo –, alentado por essas políticas e pelo chamado “efeito China”<sup>22</sup>.

CANO (2010) adverte para que lembremos que inexiste, na história econômica do capitalismo, qualquer experiência de país que tenha se desenvolvido sem o concurso expressivo de seu Estado Nacional. E esse papel, no plano interno, cumpriu-se via indução, estímulos, incentivos fiscais, cambiais e financeiros, compras governamentais, pesquisa e desenvolvimento tecnológico etc. No plano externo, ele se traduz na defesa de sua moeda nacional, de sua força armada e sua diplomacia.

LEFEBVRE (1976) também faz essa reflexão e argumenta que dissipando a ideologia de sociedade liberal, ao tomar como exemplo, os EUA – afirma que – “esta conexão [Indústria-Estado-guerra] dominou a economia e a história política dos grandes países ditos

---

financeira para os Fundos Soberanos é a venda de recursos minerais e os royalties diretamente ligados à atividade de exploração destes recursos. Embora menos representativa, há uma parcela de recursos oriunda de superávits em conta-corrente, sobretudo nos Fundos Soberanos dos países asiáticos, que experimentaram na década de 1990 um incremento no fluxo financeiro e comercial. Entre os mais importantes, figuram os de Dubai, Noruega, Qatar, Cingapura e China, este criado em 2007 com aporte de 200 bilhões de dólares. Essa modalidade de investimento estatal está crescendo de forma considerável e vem sendo utilizada, na maioria das vezes, para adquirir participações em empresas estrangeiras, com objetivos financeiros e estratégicos.

<sup>21</sup> O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal. Em relação ao velho desenvolvimentismo, essa nova política de crescimento apresenta taxas de crescimento econômicos menores, dá importância menor ao mercado interno, é, no tocante à renda, menos distributivo e aceita passivamente o papel subordinado da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Ao contrário de uma idéia corrente, a chamada “globalização” não fundiu a burguesia dos diferentes países numa suposta burguesia mundial. Pois bem, esse setor da grande burguesia brasileira acumulou, ao longo dos anos 90, contradições com aspectos secundários do modelo capitalista neoliberal e passou a reivindicar proteção do Estado – ou seja, justamente aquilo que a burguesia condena no seu discurso ideológico – para não ser engolida pelo grande capital financeiro internacional. A priorização dos interesses dessa fração do grande capital pelo Estado brasileiro aparece em inúmeros aspectos da política econômica dos governos Lula e Dilma. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/armando-boito-jr-as-contradicoes-da-frente-neodesenvolvimentista.html>

<sup>22</sup> O mencionado autor explica que se deve entender que o “efeito China” não se resume apenas ao efeito expansivo (direto e indireto) das exportações de *commodities*, derivado ao aumento do crescimento real da economia chinesa e do comércio mundial, porque esse efeito também se insere num movimento internacional de especulações financeiras sobre títulos e *commodities*, que culminaram na crise internacional eclodida em meados de 2007.

industrializados. As lutas dos Estados-Nações pela dominação mundial e também as lutas de classe estimularam as inovações técnicas nesse campo.”

Por sua vez, OLIVEIRA, F. assegura que “... a formação do sistema capitalista é imprescindível sem a utilização de recursos públicos, que em certos casos funcionavam quase como uma acumulação primitiva...” (1998, p.20).

Em termos ideológicos, objetivos e fins do desenvolvimento, emprego e melhoria de vida, podem até comungar interesses dos diferentes segmentos sociais, geográficos e setoriais. Entretanto quando se explicita que desenvolvimento significa não só crescimento, mas mudanças estruturais que exigem distintas formas de tributação, de apropriação e distribuição da renda e de alocação do excedente, as tensões emergem. Deste modo, essa questão transcende a economia e se insere no campo da política e das relações de poder.

CANO (2010) durante sua discussão nos questiona: O desenvolvimento é possível para todos os povos? Na sua concepção, não. Argumenta que, a partir dos ensinamentos de Furtado que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento e sim, constitui um processo histórico, produzido historicamente a partir da forma como o país foi inserido no capitalismo internacional, como produtores de matérias-primas e alimentos e compradores de manufaturados; como uma economia colonial e, na maior parte dos casos, escravista, características que demarcaram a herança histórica e de poder no país.

CANO (2010) nos informa ainda que no período entre 2002 e 2008, momento em que a economia brasileira conseguiu atingir taxa média de crescimento mais elevada do que a de 1980 a 2002, a ideologia tentou internalizar a idéia de que havíamos “retomado o crescimento”. Contudo, poucos se dão conta de que as novas bases em que se deu essa “retomada”, por meio do “efeito China” e do crescimento do consumo familiar, embora possam resultar taxas mais elevadas num determinado momento, não garantem a permanência da bonança comercial e financeira capazes de manter um crescimento duradouro.

Para o mencionado autor são justamente os momentos de crise que potencializam mudanças mais significativas nas estruturas políticas e nas possibilidades de formulação de novas políticas econômicas. Novas, no sentido de que procurem defender a economia da crise que lhe afeta, e que possibilitem um olhar para o longo prazo e mudar o seu percurso. No caso brasileiro, o caminho em questão tem sido a de uma política econômica que, nos seus fundamentos básicos, tem sido coerente com o neoliberalismo.

A herança social brasileira demonstra expressiva deterioração da saúde pública, educação, moradia, saneamento básico, transporte urbano, além da generalizada violência social.

Porém, CANO (2010) nos apresenta alternativas. Para este autor, uma tomada de atitude que pretenda enfrentar esses problemas econômicos e sociais teria de criar uma estratégia nacional, consubstanciada em dois planos:

I) A estratégia deveria mapear os principais conflitos de interesses decorrentes dessa decisão. Para tanto, há que desenhar uma verdadeira “engenharia política”, para produzir uma nova concertação política nacional, que possa equacionar os conflitos entre os distintos segmentos sociais do país;

II) Dado que o montante de recursos para investimentos é muito grande em relação às possibilidades concretas de financiamento interno e externo, há que fazer uma reforma tributária e fiscal para que se possa elevar a taxa de investimento. (CANO, 2010, p.15).

Ainda assim na sua visão, será necessário priorizar e escalonar temporo-espacialmente esses gastos, pois “não haverá recursos para todos e para tudo, ao mesmo tempo”. Essa estratégia deverá estar respaldada pela definição explícita de quais são os objetivos principais para o país, e pela decisão de retomar os mecanismos de controle nacional para o exercício da política econômica.

Isso significa que é necessário definir uma estratégia que não tenha peso excessivo num setor isolado, e que utilize “de tudo um pouco”. Ela contemplaria da visão de CANO (2010) vários setores ao mesmo tempo, priorizando a atualização tecnológica de segmentos estratégicos, escalonando no tempo o uso dos recursos mais escassos (câmbio e finanças públicas). Mesmo uma combinação “ótima” de setores/tempo/espaço não evitará maiores necessidades de importações e isto, mais o acesso a tecnologias modernas, pressionaria capacidade de pagamentos internacionais, obrigando-a a reforçar uma política de exportações.

Nesse contexto a alternativa proposta priorizará o mercado interno, via crescimento com distribuição de renda, que use e amplie o mercado de massas. As principais atividades contempladas seriam: o setor habitacional, priorizando o segmento popular (parece-nos o caso do Programa Minha Casa, Minha Vida); o saneamento básico (expresso no Programa de Aceleração do Crescimento); educação (Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação e Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais), cultura e saúde públicas; e bens de primeira necessidade.

Tais constatações nos permitem afirmar que nos governos Lula, (2003-2006 e 2007-2010) temos uma perceptível mudança do papel do Estado Brasileiro. Isto posto, recorreremos a FARIA (2010) que se debruça na tarefa de elaborar um diagnóstico sobre o papel do Estado Brasileiro com o Governo Lula.

Este autor inicia contextualizando que quando Lula assumiu o governo em 2003, o país vivia um momento difícil, com ameaça da volta da inflação, de aumento do desemprego,

desprestígio internacional, sob o tacão do FMI. Além disso, para ele, pouco era feito para mudar as condições de vida para a maioria da população, o que agravava a situação de desigualdade social. O Estado Brasileiro estava enfraquecido por anos de desmonte de suas estruturas e a privatização de parte de suas funções.

Afirma que durante o Governo Lula, com tias pressupostos, o Estado retomou importantes funções de indutor do desenvolvimento. Enfatiza que, foram impedidas novas privatizações. A inflação foi contida e o País pode retomar níveis de crescimento econômico que não eram alcançados havia muitos anos, com geração de milhões de novos empregos formais<sup>23</sup>.

FARIA (2010) aponta historicamente as medidas neoliberais adotadas pelo Estado Brasileiro, seguindo uma “regra” do contexto mundial. No governo Sarney (1985 - 1990), foi instituído o Programa Federal de Desestatização, que visava transferir para a iniciativa privada as atividades econômicas exploradas pelo setor público. No governo seguinte, Fernando Collor (1990-1992) sofisticou a agenda privatista com o Programa Nacional de Desestatização, que passava a responsabilidade de sua execução para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Contudo, foi no governo FHC (1995-2002) que a redução do papel do Estado e as privatizações atingiram seu auge. Esta redução consistiu na venda de estatais a preços módicos, além de toda “engenharia financeira” produzida para viabilizar as negociações, danosas aos cofres públicos.

FARIA (2010) considera a mudança do Estado no Governo Lula muito significativa. Em suas palavras:

“Esse panorama começou a mudar no governo Lula. De uma maneira geral, o programa de privatizações foi paralisado, em que pese ter havido concessões de rodovias, por exemplo, em bases distintas das que existiam na gestão anterior. É inegável que ocorreu uma reorientação do papel do Estado, com resgate do planejamento de longo prazo e maior participação do Estado em todas as áreas de atividades, algo fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país. Essa mudança, somada ao fortalecimento das estatais e dos bancos públicos, foi crucial para o Brasil atravessar a crise financeira iniciada em 2008 sem maiores sobressaltos” (FARIA, 2010, p. 7)

---

<sup>23</sup> A geração de empregos formais no governo Lula (2003 a junho de 2010) atingiu a marca de 14 milhões de postos de trabalhos, segundo o então ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. O ministro, o resultado deve-se ao aumento de 12,5 milhões de empregos entre os anos de 2003 e 2009 segundo a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, além dos 1,47 milhão de postos celetistas de acordo com o Cadastro de Geral de Empregados e Desempregados - CAGED no primeiro semestre deste ano. Dados disponíveis em <http://blog.mte.gov.br/>, acessado em 26/08/2011.

Analisando historicamente o papel do Estado Brasileiro, FARIA (2010) afirma que aconteceu após a Revolução de 1930, se dá o início da construção de um Estado desenvolvimentista, que passa a ter uma atuação mais vigorosa no fomento à produção e à industrialização, estimulando a oferta de crédito e opondo-se a ortodoxia econômica que vigorava até então. Salienta que era um modelo distinto dos atuais como os asiáticos, sendo uma espécie de Estado desenvolvimentista “contido”.

Na sua concepção, o que ocorreu de maneira geral, foi à formação de um Estado fragmentado, dividido, com ilhas de excelência não generalizadas por todo o contexto da sua atuação. Tal herança se verifica até hoje em áreas de ensino, aprendizagem e pesquisa, mas, quando se observa a situação da educação básica, não existe o mesmo grau de eficiência e qualidade. Mesmo assim, esse modelo de Estado foi fundamental para o avanço nacional em termos de produtividade, que é um elemento síntese do desenvolvimento econômico. Todavia, nesse período desenvolvimentista, o Estado se restringiu a ser um promotor do desenvolvimento econômico, enquanto a variável social ficou em secundário plano.

Da condição de desenvolvimentista passamos para outro tipo de Estado, até o início do século XXI. POCHMAM (2010) chama-o Estado predatório.

Com a acentuação da dívida externa, o Brasil adotou a “receita” do Fundo Monetário Internacional, com duras medidas como redução das despesas públicas e arrocho salarial.

Desse modo, o Estado predatório é que vai construir a macroeconomia financeira necessária para compensar, por meio de ganhos financeiros, aquilo que não se obtém por meio do investimento produtivo. É esse o contexto do Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002).

Sobre o governo FHC, FARIA (2010) afirma que:

Na segunda metade da década de 1990, o país passa a ter uma brutal ampliação da dívida externa. Como a nova moeda, o Real, ficou sobrevalorizado em quase todo primeiro mandato de FHC (1995-1998), levando a déficits constantes da balança de pagamentos, os juros altos eram a opção para atrair capital estrangeiro para o Brasil. No entanto, essa elevação fez com que as dívidas baseadas em taxas de juros flutuantes explodissem. O segmento produtivo, que tinha recursos, não aplicava em produção porque não estava em condições de ampliar o investimento, já que não tinha para quem vender. Essa soma de recurso apenas gira no mercado financeiro e viabiliza um retorno que depende de um ajuste fiscal permanente. Além do ajuste fiscal permanente, com cortes nos gastos públicos, restrições de oferta de crédito e redução de investimentos, ocorreram às privatizações, que representaram no caso brasileiro, praticamente a transferência de Produto Interno Bruto nacional para o setor privado. Na verdade, o Estado predatório foi à experiência de maior transferência de renda e de patrimônio que se viu num período relativamente curto no Brasil, com exceção da crise do

encilhamento<sup>24</sup>, no final do século XIX. Mas, no século XX, esse é o período em que se tem uma transferência brutal de patrimônio e riqueza por meio do endividamento, do ajuste fiscal e da privatização.

FARIA (2010) observa que o governo Lula, em 2003, é o início do processo de abandono do Estado puramente predatório. Na sua concepção hoje existe um Estado em reconstrução, muito diferente daquele modelo desenvolvimentista do século XX, mais democrático e com forte presença da sociedade. Praticamente todas as políticas públicas em âmbito nacional passaram a ser reformuladas com a participação de conselhos sociais. Essa reconstrução do Estado vem se dando, em primeiro lugar, pelo seu reposicionamento. O Estado predatório pregava que a responsabilidade pelo baixo dinamismo brasileiro era fundamentalmente derivada da intervenção estatal, ao contrário do período desenvolvimentista. O êxito da mudança do papel do Estado foi evidenciado por sua decisiva participação no processo de enfrentamento da crise econômico-financeira iniciada em 2008, no centro do capitalismo.

Para o mencionado autor, com o Governo Lula, não se trata simplesmente de um retorno ao paradigma do desenvolvimentismo, quando em muitas ocasiões não havia uma preocupação com a sustentabilidade econômica das empresas e, portanto, não havia problema em usar uma determinada estatal para contribuir com políticas anticíclicas ou com o desenvolvimento de políticas macroeconômicas, mesmo que isso desse prejuízo ou inviabilizasse a empresa.

Resumindo FARIA (2010) afirma que o modelo de Estado predatório que vinha se operacionalizando nos últimos anos, incentivado e consolidado em especial durante as duas gestões do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi revertido em parte durante o governo Lula. Não só as estatais foram fortalecidas como igualmente se redefiniu o papel do Governo Federal em setores estratégicos, além de terem sido estabelecidos marcos regulatórios que disciplinaram a participação e a atuação da iniciativa privada em diversas áreas da economia.

Refletindo acerca do papel do Estado, FARIA (2010) argumenta que, o Estado precisa aprimorar a capacidade de coordenação e de planejamento, promover o diálogo com os

---

<sup>24</sup> A crise do Encilhamento foi uma bolha econômica que ocorreu no Brasil, entre o final da Monarquia e início da República, estourando durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891), tendo em decorrência se transformado numa crise financeira. Os então respectivos Ministros da Fazenda, Visconde de Ouro Preto e Rui Barbosa, sob a justificativa de estimular a industrialização no País, adotaram uma política baseada em créditos livres aos investimentos industriais garantidos por farta emissão monetárias. Pelo modo como o processo foi legalmente estruturado e gerenciado, junto com a expansão dos capitais financeiro e industrial, vieram desenfreadas especulação financeira em todos os mercados, forte alta inflacionária e, entre outros efeitos, boicotes de empresas-fantasma, causados pelo lançamento de ações sem lastro.

diferentes saberes da sociedade e, não menos importante, estabelecer o desafio de construção desse planejamento em bases democráticas, algo que o Brasil ainda não tem experiências.

Outro ponto evidenciado por FARIA (2010) na gestão do Governo Lula foi o resgate da importância do planejamento estratégico de longo prazo, como pilar fundamental que orienta e sustenta as políticas públicas nacionais, como por exemplo, o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento.

FARIA (2010) argumenta que em linhas gerais, o Brasil ficou anos sem fazer investimentos significativos e as estatais foram sucateadas na década de 1990. Isso não causou apenas um prejuízo, mas provocou a limitação da capacidade do Estado de planejar e pensar o país. No governo FHC, por exemplo, o País era pensado e planejado por grandes consórcios financeiros encarregados de elaborar o PPA (Plano Plurianual de Investimentos). Referimo-nos ao Consórcio Brasileira (SOUZA, 2002).

Talvez, não seja que o Estado brasileiro perca a capacidade de pensar o país, mas passa a pensá-lo a partir da ótica de outros interesses internacionais. Outra convenção de desenvolvimento – enxerga-se um diagnóstico de problemas nacionais e a partir da ótica externa (neoliberal) propõe soluções e logicamente, a alocação de recursos públicos previstos no PPA.

Por fim, FARIA (2010) afirma que um Estado mais atuante, mais democrático e permeável aos anseios da sociedade está em construção. Mas é preciso discuti-lo para que possa ir além.

Contribuindo às idéias apresentadas por FARIA (2010), temos a análise de POCHMANN, acerca do papel do Estado e de sua refundação.

Segundo este autor, com a Grande Depressão de 1929, o Brasil experimentou uma onda de reformas até então inéditas no capitalismo primário-exportador. Pelas mãos de Getúlio Vargas, o país avançou de modo significativo na direção do desenvolvimento de suas forças produtivas urbanas, especialmente industriais, acompanhadas de avanços regulados por políticas sociais e trabalhistas aos ocupados formais nas cidades. Neste momento, em sua visão, temos o início da mudança da visão do Estado acerca do desenvolvimento nacional.

POCHMANN (2010) alerta-nos ainda que na crise atual do capitalismo globalizado, iniciada em 2008, o Brasil voltou a ter condições de protagonizar um novo salto desenvolvimentista, após a passagem de mais de duas décadas da regressão econômica e social e de sua contradição com a vigência do regime democrático sem paralelo em toda a sua história. Para isso, contudo, o país não deveria se perder em aspectos marginais, especialmente quando se trata de convergir para a consolidação de uma nova maioria política, capaz de sustentar o desenvolvimento brasileiro em novas bases econômicas, sociais e

ambientais. Dois aspectos dessa perspectiva são tratados a seguir em relação ao papel do Estado brasileiro, como no caso da presença do país no mundo e da reconfiguração socioeconômica interna. Antes disso, contudo, considera-se o processo de reestruturação no centro do capitalismo mundial.

POCHMANN (2010) afirma ainda que a nova fase do desenvolvimento depende crescentemente da retomada do capitalismo reorganizado, após quase três longas décadas de hegemonia neoliberal. Os quatro pilares do pensamento único (equilíbrio de poder nos Estados Unidos, sistema financeiro internacional fundado nos derivativos, Estado Mínimo e mercados desregulados) tornaram-se cada vez mais desacreditados. A reorganização capitalista mundial pós-crise deve apoiar-se numa nova estrutura de funcionamento. O tripé da expansão do capital consiste: a) na alteração da partilha do mundo em função do policentrismo; b) na era da associação direta da ultramonopolização do setor privado com o Estado supracional e c) na revolução da base técnico-científica da produção e do consumo sustentáveis ambientalmente.

Destaca ainda a inserção no cenário mundial dos BRICS (Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul) e apresenta dados do valor investido pelo governo Lula no aspecto social. Observemos suas reflexões:

Pela primeira vez desde a Depressão de 1929, a recuperação econômica mundial vem se realizando sob liderança de países não desenvolvidos. China, Índia e Brasil promovem cerca de dois terços da expansão econômica mundial desde a crise global em 2008, reafirmando a via já observada desde o início da década de 2000. No caso brasileiro, o Estado apresentou-se como peça fundamental do reposicionamento do país no mundo, seja pela decisiva consolidação do gasto social com nova dinâmica econômica, seja pelo planejamento estratégico de coordenação dos investimentos no país. (POCHMANN - 2010, p.6).

E segue:

Nos dias de hoje, o gasto social agregado aproxima-se a 23% do PIB, quase 10 pontos percentuais a mais do verificado em 1985 (13,3%). Ou seja, de cada quatro reais gastos no país, um vincula-se diretamente à economia social. Se for contabilizado também seu efeito multiplicador (elasticidade de 0,8), pode-se estimar que quase a metade de toda a produção de riqueza nacional encontra-se relacionada de modo direto e indireto à dinâmica da economia social. (POCHMANN - 2010, p.6).

Nesse contexto, afirma que o impacto do avanço recente do Estado de Bem-Estar Social no Brasil não tem sido ainda muito bem percebido. Tanto assim que continua a reinar a visão liberal-conservadora que considera o gasto social secundário, quase sempre associado ao paternalismo de governantes e, por isso, passível de corte. De maneira geral, registra-se que o rendimento das famílias depende, em média, de quase um quinto das transferências

monetárias derivadas das políticas previdenciárias e assistenciais da seguridade social brasileira. Para elucidar estas transferências, POCHMANN (2010) apresenta mais dados:

“Em virtude disso, podem-se tirar algumas conclusões a respeito do impacto das transferências previdenciárias e assistenciais sobre a pobreza. Sem as transferências monetárias, o Brasil teria, em 2008, 40,5 milhões de pessoas com rendimento de até 25% do salário mínimo nacional. Com a complementação de renda pelas transferências, o Brasil registra 18,7 milhões de pessoas com até um quarto de salário mínimo mensal. Em resumo, são 21,8 milhões de pessoas que conseguem ultrapassar a linha de pobreza extrema (até 25% do salário mínimo per capita). Em 1978, o efeito da política de transferência monetária impactava somente 4,9 milhões de pessoas.” (POCHMANN – 2010, p.9).

Procuramos, com a discussão empreendida, demonstrar como atualmente temos uma mudança no papel do Estado Brasileiro, a partir de 2003, com as novas orientações governamentais, dentre elas a política social na qual está inserida a educação, e no caso que aqui nos propomos a discutir, na educação superior com a criação da Universidade Federal da Grande Dourados.

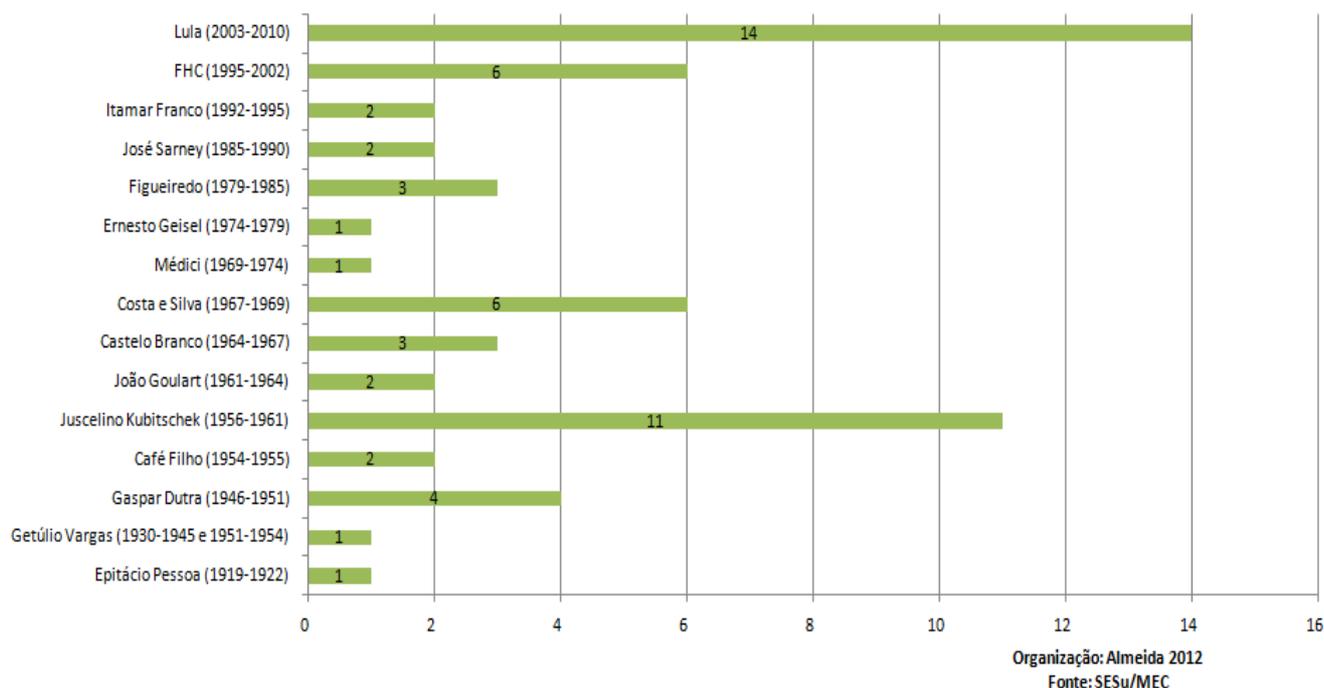
Para tanto, na próxima seção evidenciaremos a política de ensino superior iniciada no período mencionado.

## **2.2 – Políticas de Ensino Superior do Governo Lula (2003-2010)**

Em 2003 assume a presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, com diretrizes programáticas diferentes ao adotado pelos governos anteriores. Portanto, temos a partir deste contexto, o início de um processo de mudança no papel do Estado Brasileiro e conseqüentemente com desdobramento na Educação, englobando neste caso a Educação Superior. Caracterizando esta mudança, mostramos o Gráfico 1, que traz a quantidade de universidades federais criadas, por presidentes.

**Gráfico 1**

**Linha do Tempo da Criação das Universidades Federais**



O gráfico 1 demonstra que o Governo Lula, foi o que mais criou Universidades Federais em toda a história do Brasil, sendo 14 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), dentre elas, a Universidade Federal da Grande Dourados.

ERBER (2008) colabora na contextualização do início do Governo Lula e nos compromissos firmados por este governo. O autor afirma que normalmente todo começo de governo é incerto, mas, no início do primeiro mandato do Presidente Lula, a incerteza era muito significativa. Embora durante a campanha eleitoral de 2002 o candidato Lula tivesse abandonado a retórica radical de “ruptura com o modelo neoliberal” em favor de uma “transição lúcida”, assegurando, na Carta aos Brasileiros<sup>25</sup>, “o respeito aos contratos”, pairavam sobre seu futuro governo as dúvidas decorrentes do seu passado, na qual figurava inclusive a sua defesa do socialismo (por mais indefinido que este fosse), o preconceito social contra um ex-operário e a insistência dos seus oponentes políticos, secundada pela mídia, sobre sua suposta falta de preparo intelectual para o exercício da Presidência.

Segundo ERBER (2008), somava-se a este contexto político a brusca deterioração da economia no segundo semestre de 2002, quando a ação conjunta de vários sujeitos econômicos, temerosos quanto aos resultados das eleições e visando estabelecer condições de barganha vantajosas, produziu elevação da taxa de inflação, desvalorização da taxa de câmbio

<sup>25</sup> Carta aos Brasileiros foi o título dado a um texto assinado em junho de 2002 pelo então candidato à presidência da república do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, assegurando que, em caso de sua vitória, a sua agremiação, o Partido dos Trabalhadores (PT), respeitaria os contratos nacionais e internacionais.

e redução da taxa de crescimento. No âmbito internacional, a conjuntura era sombria: ainda se faziam sentir os efeitos das crises da Argentina e das empresas de energia e tecnologia de informação e uma nova guerra no Golfo avizinhava-se.

Respondendo à incerteza, o discurso de posse de Lula no Congresso, reiterou sua convicção de que o antigo modelo estava esgotado e que “mudança” era a sua referência, mesmo que esta devesse ser gradual, perseguida com paciência e perseverança.

Para tanto, eram necessários um “projeto nacional de desenvolvimento”, apoiado um “planejamento estratégico”.

ERBER (2008) caracteriza da seguinte forma o compromisso do Governo Lula:

“Tal projeto seria dirigido principalmente para as necessidades dos pobres – empregos, educação, saúde e, especialmente, alimentação. Para atingir estes objetivos, Lula enfatizou a necessidade de estabilidade macroeconômica, principalmente a administração responsável das finanças públicas. O crescimento resultaria de um aumento das poupanças e investimentos, com foco no mercado interno, principalmente nas pequenas e médias empresas, infraestrutura e capacidade tecnológica. Uma ampla gama de reformas institucionais era prevista, nos campos fiscal, previdenciário, agrário, da legislação trabalhista e político. Para realizar este ambicioso programa, seria necessário um novo “pacto social”, unindo trabalho e capital produtivo, de forma a gerar uma “energia solidária”.” (ERBER, 2008, p. 8 e 9).

Pode-se interpretar segundo ERBER (2008), tal discurso como o reconhecimento da necessidade de uma nova “convenção de desenvolvimento”, ratificada pelo fracasso do projeto liberal dos governos anteriores.

Já encaminhando a discussão para o ensino superior, iniciaremos a análise de tal temática com CUNHA (2003).

Este autor analisa o ensino superior brasileiro durante o período 1995/2002, para o que são focalizadas, principalmente, as políticas do governo federal<sup>26</sup>.

CUNHA (2003) ressalta que a característica mais marcante da educação como meta prioritária da política do Governo Federal no período de (1995-2002) é o destaque para o papel econômico da educação, como “base do novo estilo de desenvolvimento”, cujo dinamismo e sustentação provêm de fora dela mesma – do progresso científico e tecnológico. Essa indução atuaria no sistema educacional pelo topo, isto é, pela universidade, entendendo-se que a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico, assim como aumentar a qualificação geral da sociedade.

---

<sup>26</sup> Elaborando um balanço dos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso no campo do ensino superior, o qual constata uma intensificação da privatização no período, assim como um deslocamento da fronteira entre o setor público e o privado. Não analisaremos, portanto, as políticas dos governos estaduais que, no regime federativo brasileiro, têm amplas margens de atuação distinta e até contrárias àquele.

Para se conseguir isso, a política afirmava a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira parceria” entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico.

A diretriz política implementada referia-se à rede federal de ensino superior, como algo que “precisaria ser revista”, silenciando-se quanto ao conjunto do ensino privado, que é majoritário e, inegavelmente, de qualidade bem inferior. Assim, dizia ser inaceitável que a rede federal consumisse de 70% a 80% do orçamento do Ministério da Educação (uma estimativa, aliás, bastante exagerada) para atender apenas a 22% dos estudantes de graduação.

Nesta concepção, a política para o ensino superior teria como escopo promover uma “revolução administrativa”: o objetivo seria a administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, visando a generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, sem despesas adicionais. Para isso, as universidades deveriam ter uma “efetiva autonomia”, mas que condicionasse o montante de verbas que viessem a receber à avaliação de desempenho<sup>27</sup>. Nessa avaliação, seriam considerados, especialmente, o número de estudantes efetivamente formados, as pesquisas realizadas e os serviços prestados. A racionalização dos gastos e o aumento da produtividade deveriam se refletir em aumentos salariais de professores e de técnicos administrativos.

CUNHA (2003) assevera que na reconstrução da lógica intrínseca ao processo de reforma do ensino superior no período de 1995 a 2002 no Brasil, os elementos apresentados revelam que há um modelo concebido em meados da década de 1980, cuja versão paradigmática foi expressa pelo Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES)<sup>28</sup>. A continuidade das propostas apresentadas recorrentemente, desde então, deve ser entendida como produto histórico, também, da permanência no governo de dirigentes e quadros técnicos, o que permite traçar um processo de continuidade entre os governos José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, pelo menos no que se refere ao Ministério da Educação.

A atribuição do Estado no âmbito do ensino superior foi reassegurada em novas bases, mediante a dupla reconhecimento/credenciamento e avaliação. A autorização e o

---

<sup>27</sup> CORBUCCI (2007) afirma ainda que a qualidade do ensino tem sido, em geral, avaliada a partir de, pelo menos, três fatores: corpo docente, infraestrutura e corpo discente. Com relação aos dois primeiros, que podem ser considerados requisitos, ou condições prévias, prevalecem as crenças de que maior titulação dos professores e melhor infra-estrutura constituem condições *sine qua non* para se lograr qualidade do ensino.

<sup>28</sup> O Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), grupo interno do MEC, criado -- pela Portaria no. 100, de 6 de fevereiro de 1986, e instalado pela Portaria no. 170, de 3 de março de 1986, era responsável tanto para sistematizar os subsídios espontaneamente oferecidos pelo MEC sobre as questões suscitadas no relatório, como para convocar a comunidade ao debate e preparar as medidas administrativas e legais de reformas necessárias.

reconhecimento de cursos, bem como o reconhecimento de instituições de ensino superior, passaram a ter prazos limitados, sendo renovados periodicamente, após processo regular de avaliação. Caso existissem deficiências, a legislação prévia<sup>29</sup> que, no caso em que a avaliação fosse negativa, o curso ou a instituição receberiam um “prazo de saneamento”, após o que nova avaliação mostraria a reabilitação do curso ou da instituição, caso contrário haveria intervenção na instituição, suspensão temporária da autonomia (se tratasse de universidade) ou, ainda, o descredenciamento.

As universidades públicas estariam submetidas a um regime jurídico especial, o qual, ao contrário das demais autarquias, permitir-lhes-ia grande flexibilidade na organização do quadro de pessoal docente e administrativo, tanto quanto no emprego de recursos financeiros. Mas, como esse regime jurídico não foi definido, as universidades públicas, especialmente as federais, permaneceram submetidas a uma série de regulamentos que “engessam” demasiadamente suas gestões.

Das 156 universidades brasileiras em 2001, a maioria é privada (85 x 71). Historicamente foi muito rápido o crescimento das universidades privadas: no primeiro ano do octênio (1995-2002), elas eram 63. As universidades públicas ficaram estacionadas numericamente no mesmo período. Mas o dinamismo do setor privado expressou-se, igualmente, na categoria centros universitários, que não existiam em 1995 e já eram 66 em 2001, dos quais apenas dois públicos. Constatamos que essa condição de centro não lhe impõe a necessidade de pesquisa, dentre outros aspectos no seu processo avaliativo.

O número de alunos de todos os cursos de graduação ultrapassou um pouco os 3 milhões, 67% superior aos praticamente 1,8 milhão de 1995. O contingente em 2003 de alunos divide-se entre as instituições públicas e privadas à razão de 31% para 69%, respectivamente. Em 1995, essa razão era de 39% para 61%, respectivamente, o que mostra o aumento do tamanho relativo do setor privado, no que concerne ao alunado.

Apesar da grande demanda no ano de 2003 não atendida, haviam vagas não preenchidas, seja na esfera pública quanto na privada. Nas instituições públicas, 12 mil vagas permaneceram desocupadas em 2002, por falta de candidatos que preenchessem os requisitos mínimos de admissão, fenômeno concentrado em apenas algumas carreiras. Mas as instituições privadas, que adotam critérios bem mais tolerantes, apresentaram 360 mil vagas

---

<sup>29</sup> O Exame Nacional de Cursos, o “Provão”, foi instituído pelo MEC, em 1996, com a finalidade de avaliar, através do desempenho do aluno, a qualidade de ensino das instituições de nível superior. Esse exame tem como função principal induzir a qualidade de ensino dos cursos de graduação. É uma prova aplicada todos os anos nos alunos que estão concluindo o curso de graduação. O exame mede as habilidades e as competências adquiridas pelo aluno durante o curso. O aluno é obrigado a fazer a prova, sob pena de não receber o diploma de conclusão de curso. As comissões que elaboram os exames definem os objetivos, o perfil ideal do graduando, as habilidades exigidas ao longo do curso e os conteúdos que o estudante precisa dominar ao fim da graduação.

não preenchidas, nesse ano. A razão aí é de outra natureza: elas ampliam, artificialmente, o número de vagas solicitadas ao MEC, de modo que se pratique uma espécie de “reserva de mercado futuro”, segundo CUNHA (2003).

No interior desse processo, urge mencionar as mudanças nos instrumentos de acesso ao ensino superior, que, ao eliminar a obrigatoriedade dos exames vestibulares, objetivaram resolver dois problemas, simultaneamente. Primeiro, estabelecer um padrão de qualidade do ensino médio em rápido crescimento, o que pode influenciar na qualidade da demanda de ensino superior. Segundo, reduzir os custos de seleção dos candidatos aos cursos superiores, especialmente das IES privadas, que se vêm na contingência de realizar vários vestibulares anualmente para preencher as vagas disponíveis, situação essa que tende a ficar mais crítica por causa do acirramento da concorrência intra-setorial.

No que concerne à proposta, relativa ao primeiro mandato do presidente FHC, ficou evidente que a relação entre o desenvolvimento científico e tecnológico (no qual a universidade teria papel estratégico), de um lado, e o desenvolvimento econômico, de outro, não foi estabelecida. Este, ao contrário, ficou subordinado a importação de capital financeiro e de tecnologia embutida em equipamentos e em processos licenciados.

CUNHA (2003) afirma que a redução das despesas governamentais das universidades federais, por outro lado, só foi alcançada mediante a compressão dos salários e dos orçamentos, assim como pela não reposição dos quadros de servidores. A “efetiva autonomia”, que seria base da “revolução administrativa”, não foi realizada, embora tivesse sido tentada.

A privatização do ensino superior, isto sim, foi acelerado no período em análise. Como vimos, o número de instituições privadas aumentou consideravelmente, em especial na categoria universidades e na dos centros universitários, o que resultou na ampliação do alunado abrangido pelo setor. Conforme adverte CUNHA (2003), tal crescimento fez-se com a complacência governamental diante da qualidade insuficiente do ensino ministrado nestas instituições e até mesmo com o benefício do credenciamento acadêmico e do crédito financeiro.

Se, de um lado, as IES federais padeceram de recursos para continuarem a funcionar nos termos históricos que antes faziam, e, de outro, as IES privadas recebiam as benesses, como deixar de pensar que o sucateamento do setor público do ensino superior correspondia a política deliberada. Sem outra referência empírica, esse foi o pensamento dominante naquelas instituições durante as duas gestões do Presidente FHC.

CUNHA (2003) ressalta ainda que o escopo das regulamentações implantadas na gestão FHC foi o de estabelecer um capitalismo concorrencial, no qual o investimento

realizado em instituições de ensino deixe de usufruir de condições acintosamente privilegiadas quando comparadas com as de quaisquer outros setores econômicos. Vale dizer, procura estabelecer a equalização das condições da concorrência. Assim, uma instituição lucrativa não pode estar isenta de impostos e contribuições que incidem sobre todas as outras. As empresas de ensino superior devem trabalhar em regime de transparência, no que se refere à oferta de sua “mercadoria”, informando aos seus “consumidores”, ao início de cada ano letivo: (i) a qualificação de seu corpo docente, a descrição dos recursos materiais à disposição dos alunos; (ii) o elenco dos cursos reconhecidos e dos que estejam em processo de reconhecimento, assim como o resultado das avaliações realizadas pelo MEC; (iii) o valor dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis durante o período letivo<sup>30</sup>.

Tratando da relação educação e desenvolvimento CORBUCCI (2007) afirma que os países que ascenderam ao topo da hierarquia mundial da riqueza ancoraram-se na melhoria generalizada do perfil educacional de seus cidadãos. A universalização da educação básica e a erradicação do analfabetismo foram conquistas comuns a todos eles. À educação superior coube não apenas a tarefa de prover os meios para que fossem logrados esses intentos, mas igualmente a de colocar essas nações na vanguarda do desenvolvimento científico-tecnológico.

Com estas contribuições de CORBUCCI (2007) podemos constatar que um maciço investimento na Educação, em todos seus níveis, é um instrumento possível para a transformação social, econômica, tecnológico, e cultural de um país.

O mencionado autor apresenta um debate acerca do papel e das perspectivas da educação superior, frente ao complexo desafio de se promover o desenvolvimento da sociedade brasileira. O autor entende que, para tanto, caberá à educação superior ampliar e qualificar a formação de quadros técnico-profissionais demandados pelos setores de ciência e tecnologia, educacional, governamental e produtivo, de modo a oferecer ao país os profissionais demandados por um modelo de desenvolvimento que promova a geração de emprego e renda, de natureza redistributiva.

Com o pressuposto de que, a educação superior, deve dar suporte ao desenvolvimento do país no intuito de oferecimento de mão-de-obra qualificada, que entra em ação a política do Ministério da Educação de implantação e reestruturação das universidades, sendo contemplada neste universo, a cidade de Dourados-MS com a criação da Universidade Federal da Grande Dourados, em 2005.

---

<sup>30</sup> As penalidades para as instituições transgressoras são as previstas pelo Código de Defesa do Consumidor, que veda a propaganda enganosa e prevê a possibilidade de intervenção pelo Poder Público.

CORBUCCI (2007) contextualiza o cenário mundial argumentado que a indústria nacional teria se acomodado, sem estímulos para inovar e diferenciar produtos, tendo em vista que à ela caberia substituir importações em um mercado interno protegido e, assim, livre da concorrência, motivo pela qual teria tido dificuldades para inserir-se mundialmente, com a abertura econômica iniciada em fins dos anos 1980. Todavia, o acirramento do processo de interdependência dos mercados, nos anos 1990, potencializou o desmonte de cadeias produtivas tradicionais, em nome de uma maior racionalização e, conseqüentemente, do aumento da lucratividade. Isso não apenas gerou desemprego no território que não conseguiam manterem-se competitivos, ou seja, que não apresentavam vantagens comparativas no que se refere aos custos de produção, como também concentrou as unidades de concepção de bens e produtos em uns poucos países.

O mencionado autor continua contextualizando afirmando que, em face dessa nova configuração dos sistemas produtivos, de operar sob o formato de um sistema globalizado, intensificada nas últimas décadas do século XX, caberia à maioria dos países tidos como subdesenvolvidos desempenhar o papel de consumidores de conhecimento e tecnologias, ainda que no limite das reduzidas e desiguais capacidades de consumo de suas sociedades, ou, quando muito, de responderem pela montagem de bens industrializados, com o correspondente baixo valor que essa etapa do processo produtivo agrega ao preço final do produto. Como alternativa a essa tendência imposta pela atual divisão internacional do trabalho, caberia a países como o Brasil a implementação de políticas públicas de incentivo à produção do conhecimento científico e de fomento à sua transformação, pelo setor produtivo, em tecnologias e bens de elevado valor agregado.

CORBUCCI (2007) pondera que isso leva a crer que o Estado brasileiro estaria cumprindo parcialmente sua tarefa, a de financiar e estimular a produção de conhecimento científico, ao mesmo tempo em que não estaria favorecendo, em virtude do modelo de política macroeconômica, ou devido à insuficiência de incentivos setoriais, a transformação desse conhecimento produzido em bens e produtos de natureza econômica. Outros países ditos “emergentes” como China e Coréia do Sul, que ascenderam vertiginosamente no comércio mundial, no último quartel do século XX, o fizeram mediante presença ativa do Estado enquanto formulador de políticas nas áreas educacional, de ciência e tecnologia, assim como na intermediação entre estas e o setor produtivo.

Portanto, CORBUCCI (2007) alega que além de gerar conhecimentos, caberia à educação superior oferecer a um país como o Brasil, que tem historicamente o desafio de promover o crescimento econômico com redução da pobreza e das desigualdades sociais, profissionais socialmente críticos e tecnicamente capacitados a atuar como sujeitos dessa

transformação. Para tanto, faz-se necessária à reformulação curricular, a começar pela inclusão de um núcleo comum de conteúdos que seriam compartilhados por todas as áreas de formação. Em um segundo momento, viria à formação específica que, sendo subsidiada por aquele núcleo comum, poderia conferir maior efetividade à sua aplicação em contextos sociais muitas vezes impermeáveis até mesmo à intervenção de profissionais com elevada qualificação técnica, dado o grau de esgarçamento do tecido social. Assim, não se trata apenas de formar profissionais em número suficiente e tecnicamente habilitados para o desempenho de funções específicas, mas igualmente preparados para atuar em contextos sociais significativamente adversos.

Esta preocupação constatada por CORBUCCI (2007) parece-nos inserida no interior do REUNI (Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Brasileiras), neste programa, acadêmicos das mais diversas áreas estão estudando matérias em comum, para que possam além dos profissionais habilitados através de sua graduação, sejam profissionais preparados para o enfrentamento das mais diversas questões sociais<sup>31</sup>. Portanto com um ensino que traz um componente curricular multidisciplinar, o objetivo governamental e das IFES é que se tenha um profissional consciente das questões sociais.

Destarte, na visão do mencionado autor, a formação de professores para os demais níveis do ensino, que constitui uma das principais atribuições da educação superior, reforçada com a vigência da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), a qual estabelece que, ao final da Década da Educação (2001-2011), só serão admitidos para atuar na Educação Básica professores com formação em nível superior. Mesmo considerando que parcela dos professores não habilitados tenha pequena probabilidade de conseguir um diploma de nível superior, seja por desinteresse ou pela proximidade temporal da aposentadoria, caberia ao Estado incentivar a formação daqueles que, por outros motivos, não tenham conseguido obtê-la.

A respeito da oferta de cursos superiores e expansão desta rede, CORBUCCI (2007) afirma que se, por um lado, a dimensão e o perfil dessa oferta de profissionais podem resultar de demandas de mercado e do nível de atividade econômica, há também que se considerar a capacidade de oferta das instituições de ensino e os interesses econômicos que condicionam a expansão do sistema da educação superior. Mais que induzir o crescimento econômico, o fluxo de concluintes da educação superior, nas duas últimas décadas, tem sido caudatário do

---

<sup>31</sup> O REUNI orienta que grandes áreas são entendidas como campos de saberes, práticas, tecnologias e conhecimentos, definidos de modo amplo e geral, em termos de “(...) afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais”. Constituem exemplos de grandes áreas: Artes; Ciências da Vida; Ciência e Tecnologia; Ciências Naturais e Matemáticas; Ciências Sociais; Humanidades e outros.

comportamento da economia e, talvez, tenha refletido expectativas acerca de sua capacidade de ascensão social que confere, no Brasil, um diploma de formação em nível superior.

Outra questão relevante apontada por CORBUCCI (2007) é sobre o ingresso na universidade. O acesso à educação superior, no Brasil, ainda é bastante restrito, quando comparado ao de outros países, inclusive os latino-americanos. O caráter seletivo e excludente desse nível de formação tem início muito antes dos exames vestibulares, a começar pelo fato de que quase a metade dos estudantes que iniciam a primeira série do ensino fundamental não consegue concluí-lo, em virtude dos altos índices de reprovação e repetência que culminam com a evasão escolar. Por sua vez, dos poucos que concluem o ensino médio, pré-requisito de acesso à educação superior, a maioria não dispõe de condições mínimas para disputar uma vaga com os que cursaram a educação básica em condições mais favoráveis. Por fim, parcela considerável dos concluintes da educação básica o faz em idade avançada, o que os leva a não prosseguir nos estudos devido à necessidade de ingressar no mercado de trabalho.

Neste contexto, o autor destaca que com a ação governamental no intuito de facilitar o acesso ao ensino superior, com a implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) é possível que seja ampliada a presença de estudantes pertencentes aos estratos inferiores de renda, no âmbito das instituições privadas, uma vez que esse Programa tem nesse segmento social o seu público-alvo, o que pode ser inferido pela pequena inflexão na tendência assumida pelo índice de aproveitamento das vagas ofertadas por essas instituições que, desde 1998, vinha apresentando redução contínua. Com a política de expansão da educação superior, implementada pelo MEC no período 1995/2002, que favoreceu a proliferação de universidades e centros universitários privados, tendo estes prerrogativas semelhantes às das primeiras, houve aumento da oferta de vagas pelas instituições privadas da ordem de 241%, no período 1997/2003. No mesmo período, a expansão das vagas ofertadas pelas redes públicas de ensino limitou-se a 45%, (CORBUCCI - 2007).

Porém, no Governo Lula (2003-2010), constatamos que houve uma mudança neste cenário, pois neste período o MEC investiu na expansão da rede pública do ensino superior, como falamos anteriormente, com implantação e reestruturação de várias universidades federais.

CORBUCCI (2007) afirma que devido à incapacidade do Estado fazer frente à demanda por educação superior, desde o início dos anos 1980, momento este que coincide com o fim do chamado “milagre brasileiro”<sup>32</sup>, abriu-se a possibilidade de atendimento da

---

<sup>32</sup> Pela expressão “milagre brasileiro”, BRUM (1999) entende que se trata de um período de vários anos consecutivos em que a economia do país, favorecida por vários fatores e circunstâncias, teve um crescimento acelerado, com taxas médias anuais superiores a 10%, enquanto a inflação apresentava índices relativamente

demanda represada pela via privada, viabilizada mediante certa desregulamentação do setor, ocorrida em meados dos anos 1990, no que se refere à flexibilização dos requisitos para a criação de cursos e instituições.

CORBUCCI (2007) explica o aumento das instituições privadas de ensino superior sob o argumento de que havia uma demanda reprimida, devido fundamentalmente ao fato de as IES públicas responderem apenas parcialmente pelo seu atendimento, estimulou-se a expansão da oferta de vagas pela iniciativa privada. Desse modo, foram agilizados e facilitados os processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições do setor privado, por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE). Paralelamente a essa expansão do setor privado, houve aumento de eficiência das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sem que tivesse sido ampliada sua capacidade instalada. Ao contrário, não houve reposição dos quadros docentes e de servidores técnico-administrativos, na mesma proporção que se deu a corrida às aposentadorias, motivada pela mudança das regras de concessão de benefícios aos servidores públicos, ocorrida no governo de Fernando Henrique Cardoso. A redução dos investimentos em infraestrutura e capital, nas IFES, na segunda metade dos anos 1990, também pode ser concebida como outro indício da disposição do Governo Federal de deixar para o setor privado o atendimento da maior parte da demanda por educação superior.

Tal autor discute ainda o ensino superior apontando que a legitimidade do financiamento público à educação superior voltou à baila nos anos de 1990, sob a influência da agenda neoliberal. Apesar de ter sido reconhecido seu papel crucial para o desenvolvimento nacional e a inserção competitiva do país no mundo globalizado, nos planos de governo da época, o aporte de recursos públicos a esse nível do ensino não foi condizente com o teor dos discursos oficiais. Segundo CORBUCCI (2007) isso ficou evidenciado pela análise dos gastos do MEC com as IFES, realizados ao longo da segunda metade dessa década, na qual prevaleceu forte contingenciamento orçamentário, tanto para fins de expansão dessa rede de ensino, quanto para sua própria manutenção.

CORBUCCI (2007) coloca os argumentos do governo à época, que fundamentavam essas críticas giravam em torno da desproporção entre os gastos *per capita*, com esse nível de ensino, e aqueles despendidos com a educação básica. Também se elegia como agravante o fato de esses recursos públicos estarem sendo apropriados pelos segmentos privilegiados da sociedade. O gasto *per capita* na educação superior tende a ser, em qualquer país, sempre maior que o da educação básica. Mas, no caso brasileiro, essa diferença se torna mais

---

baixos, com média anual inferior a 20%. Esse período estendeu-se de 1968 a 1973. O termo “milagre” justifica-se pelo fato de fenômenos idênticos terem ocorrido em décadas anteriores na Alemanha (Occidental) e no Japão.

acentuada pelo fato de os dispêndios com a educação básica serem insuficientes para assegurar um ensino de qualidade. Assim sendo, quando se compara esse valor *per capita* com os dispêndios médios na educação superior, tende-se a concluir que o gasto com a educação superior pública é elevado e incompatível com as condições socioeconômicas brasileiras.

No entanto, CORBUCCI (2007) afirma que essa desproporção do gasto com a educação pública, no Brasil, entre os níveis de ensino, se explica mais pelo fato de o dispêndio com a educação básica ser insuficiente, do que pelo gasto com a educação superior ser excessivo. Ao analisar os dispêndios educacionais dos países-membro da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Almeida (2001) mostra que os gastos com a educação básica, nesses países, correspondem a 1/3 do valor despendido com a educação superior, enquanto que, no Brasil, a proporção é de 1/14. De acordo com dados da OCDE, cerca de 78% dos gastos realizados pelos membros da OCDE, na área da educação superior, são de natureza pública. Esse padrão de financiamento se aplica, inclusive, àqueles países que ostentam menor nível de desenvolvimento socioeconômico.

CORBUCCI (2007) aponta que apesar de ter sido reconhecido, nos planos de governo da época, o papel da educação superior para o desenvolvimento nacional, a tendência assumida pelos gastos federais com esse nível de ensino não ratificava os discursos oficiais e tampouco algumas das metas contidas no Plano Plurianual (PPA) 1996-1999, o que fica evidenciado pela análise dos gastos do MEC com as IFES, realizados ao longo da segunda metade dessa década, na qual prevaleceu forte contingenciamento<sup>33</sup> orçamentário, tanto para fins de expansão dessa rede de ensino, quanto para sua própria manutenção. Posteriormente, os vetos impostos a algumas das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em 2001, também reiteraram o descompasso entre o discurso oficial e as ações realizadas.

Os anos 1990 foram marcados por intensos debates, acerca do financiamento da educação superior pública, em especial das IFES. De um lado, os segmentos vinculados a estas instituições – docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes –, de outro, o Ministério da Educação e a mídia em geral. Para os docentes, estaria havendo ação deliberada do Governo Federal de sucatear essas instituições, pela asfixia orçamentária. Para o MEC, as IFES seriam pouco eficientes, o que significava dizer que, com os recursos financeiros que

---

<sup>33</sup> O contingenciamento consiste no retardamento ou ainda, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária. Em geral no início do exercício, freqüentemente em fevereiro, o Governo Federal emite um Decreto limitando os valores autorizados na Lei Orçamentária, relativos às despesas discricionárias ou não legalmente obrigatórias (investimentos e custeio em geral). O decreto de contingenciamento apresenta como anexos limites orçamentários para a movimentação e o empenho de despesas, bem como limites financeiros que impedem pagamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar, inclusive de anos anteriores. O poder regulamentar do Decreto de Contingenciamento obedece ao disposto nos Artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

vinham sendo aportados, maiores e melhores resultados poderiam ser oferecidos à sociedade. Outro argumento que respaldava a orientação da política do MEC para a educação superior era que o gasto com este nível de ensino seria desproporcional em relação ao da educação básica.

Sem aprofundar no mérito de cada uma dessas linhas de argumentação, o que se pôde observar, ao longo da segunda metade da década de 1990, conforme mostra estudo realizado por CORBUCCI (2007) é que, a despeito de ter havido redução relativa dos recursos aportados pelo MEC às IFES, melhorou o desempenho dessas instituições no que se refere ao número de estudantes atendidos e à produção científica. No entanto, o que não se pode inferir é quão diferente poderia ter sido esse desempenho, caso as IFES não tivessem sido submetidas a essa contenção orçamentária. Uma possível explicação para esse paradoxo – melhoria de desempenho *vis-à-vis* a redução dos gastos –, é que os investimentos no passado teriam permitido um ganho de eficiência à IFES, uma vez que, em educação e ciência, os retornos dificilmente aparecem no curto prazo.

Mais do que assumir uma dessas posições extremas, à universidade brasileira urge promover a reflexão e agir em favor de uma sociedade menos desigual, mais justa e solidária, o que se coloca na contramão de uma tendência mundial de aprofundamento e cristalização das desigualdades sociais. Para tanto, há que se reorientar o tripé – ensino, pesquisa e extensão –, em prol do desempenho dessa complexa “missão” histórica.

Após este período de regulação de recursos para a educação no país, passamos a presenciar a partir de 2003, com a ascensão do Governo Lula, uma retomada nos investimentos relacionados aos assuntos educacionais. Para consolidar as ações das duas gestões do Governo Lula, apresentaremos um documento oficial do Governo Federal, que também nos auxilia em nosso trabalho. Trata-se da *Sinopse das Ações do Ministério da Educação 2003 – 2010* produzido pelo MEC em 2010, que aborda os principais resultados das iniciativas governamentais no tocante à educação brasileira. Para discussão, utilizaremos os pontos específicos da Educação Superior.

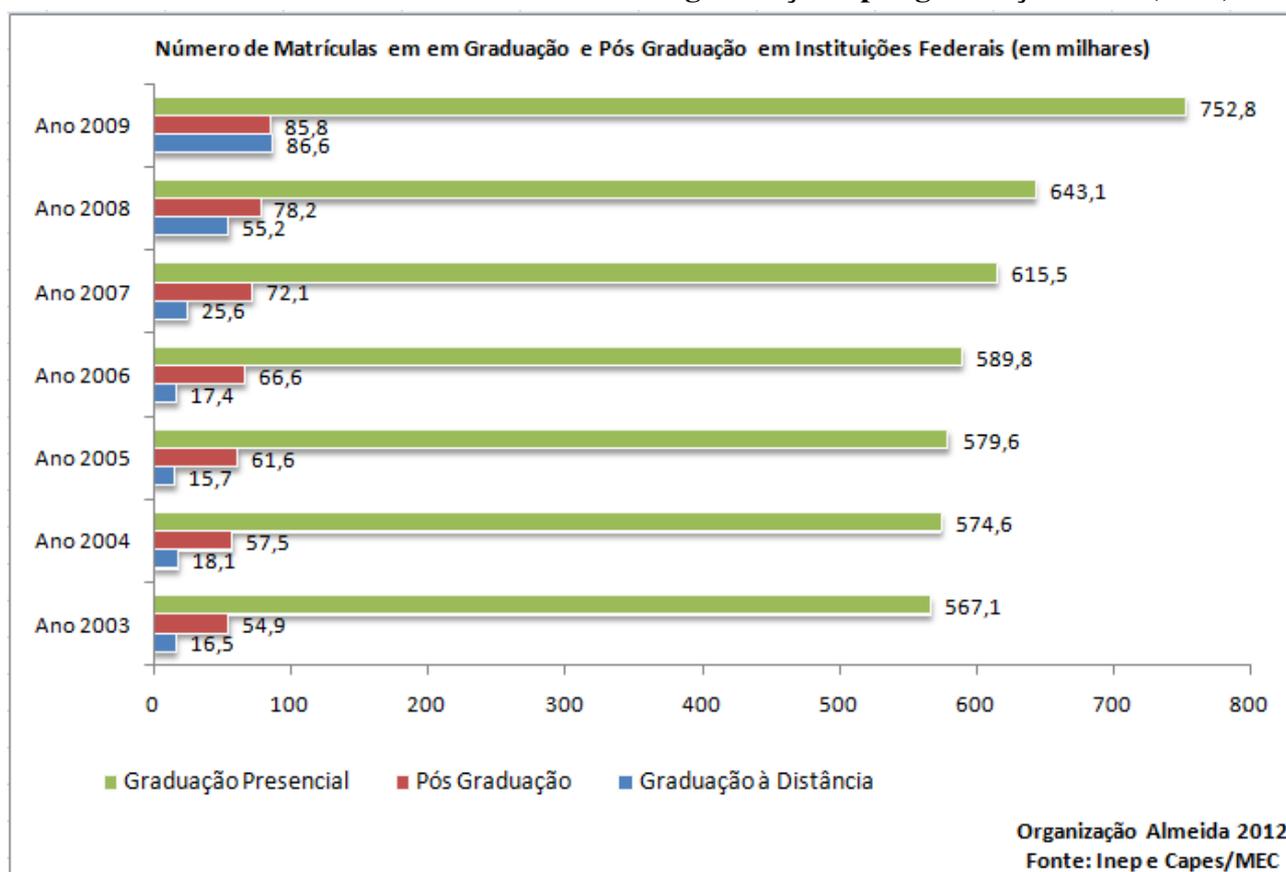
No mencionado documento concebe-se a educação, como processo de socialização e individuação voltado para a autonomia e que, não pode ser artificialmente segmentada de acordo com a conveniência administrativa ou fiscal. Ao contrário, tem de ser tratada com unidade, da creche à pós-graduação, ampliando o horizonte educacional de todos, independentemente do estágio em que se encontre no ciclo educacional.

Segundo MEC (2010), no âmbito da educação superior, houve expansão de cursos e vagas nas universidades federais, interiorização dos câmpus universitários, oferecimento de bolsas de estudos, reformulação das práticas de financiamento e redefinição das formas de

ingresso, buscando a democratização do acesso. Na pós-graduação, bolsas de estudos no mestrado e doutorado foram ampliadas e tiveram seus valores reajustados, como veremos no Gráfico 1. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)<sup>34</sup> expressa a responsabilidade do Estado pela educação formal e pública. É essencial o debate em torno do desenvolvimento da educação, respeitando-se a diversidade inerente a uma sociedade democrática. É preciso também que haja transparência por parte dos agentes executores, em todos os níveis.

No âmbito do ensino superior, houve ênfase na expansão da educação de qualidade, democratização do acesso em instituições públicas e privadas, reformulação da avaliação e das ferramentas de coleta de dados, bem como ampliação dos cursos e vagas da pós-graduação, conforme verificado no Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Número de matrículas em graduação e pós graduação IFES (2010)**



Como podemos observar no gráfico 2, há uma evolução crescente no número de matrículas no ensino superior, sobretudo na graduação presencial durante o período 2003 a

<sup>34</sup> O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi aprovado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação Fernando Haddad em 24 de abril de 2007, com o objetivo de melhorar a Educação no País, em todas as suas etapas, em um prazo de quinze anos. A prioridade é a Educação Básica, que vai do Ensino Infantil ao Médio. Prevê várias ações que visam identificar e solucionar os problemas que afetam diretamente a educação brasileira, mas vai além por incluir ações de combate a problemas sociais que inibem o ensino e o aprendizado com qualidade, como os programas *Luz para todos*, *Saúde nas escolas* e *Olhar Brasil*, entre outros.

2009. Temos também o aumento da oferta de vagas na pós-graduação e também o aumento considerado da graduação à distância.

Considerando a necessidade de inclusão de considerável parte da população nesse nível de ensino, as medidas foram adotadas tanto no âmbito do ensino público quanto das instituições privadas, tendo sempre como referencial, segundo o discurso governamental, o processo de expansão, a qualidade no ensino oferecido. No âmbito do ensino público federal, o Governo criou o Programa de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>35</sup>. Tais iniciativas resultaram na implantação de 14 novas universidades federais e 126 novos câmpus universitários espacialmente distribuídos no conjunto do território nacional.

Em relação à ampliação de ingresso e permanência nas instituições privadas, foram adotadas duas vertentes principais:

- A concessão de bolsas de estudo, por meio do Programa “Universidade para Todos (PROUNI)<sup>36</sup>”;
- A concessão de financiamento estudantil reformulado, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

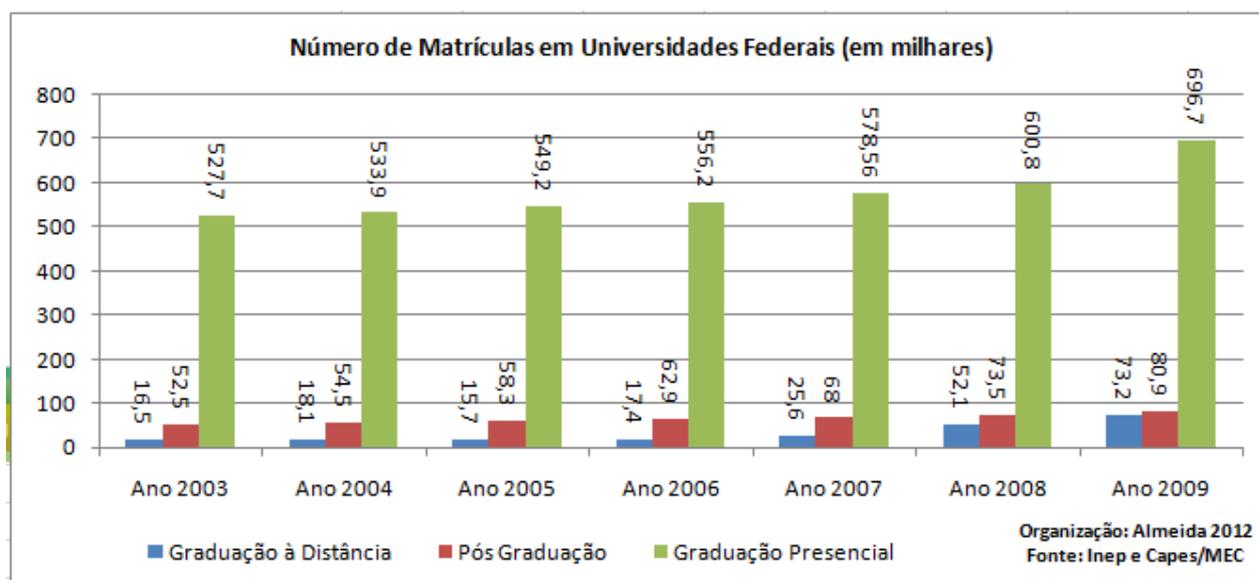
A concepção atribuída à educação superior para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico levou o governo a implementar programas que tivessem como finalidade a ampliação da oferta de vagas nesse nível de ensino, assim como a adotar medidas que viabilizassem não só o ingresso, mas também a permanência dos estudantes na educação superior. Como decorrência dessa compreensão é o importante aumento do número de matrículas em educação superior conforme demonstrado no Gráfico 3.

---

<sup>35</sup> Falaremos sobre o REUNI na análise do documento Diretrizes do REUNI para a UFGD último capítulo.

<sup>36</sup> O Prouni - Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, o Prouni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

**Gráfico 3 – Número de matrículas em universidades federais**



Ao analisarmos o gráfico 3, notamos um elevado aumento no número de matrículas nas universidades federais, devido à expansão do ensino superior com a criação de novas universidades e novos campus. Na graduação presencial temos um aumento de 42% no número de matrículas no comparativo de 2003 a 2009. Neste mesmo período temos um aumento de 54% no número de alunos matriculados na pós-graduação. E ainda é possível observar, que a partir de 2008 temos um aumento vertiginoso nas matrículas de alunos nas graduações a distância.

A expansão e interiorização das redes federais de educação profissional e tecnológica e educação superior, assim como a ampliação da oferta de bolsas de estudos em nível de mestrado e doutorado, estão resultando em relevante aumento do número de matrículas em graduação e pós-graduação. De 2003 a 2009, ocorreu aumento de quase 50%, conforme demonstrado na tabela 1.

**Tabela 1 – Expansão Rede Federal de Ensino Superior**

	2003	2010	2012
<b>Universidades</b>	45	59 (14 novas)	59
<b>Câmpus e Unidades</b>	148	274 (126 novos)	293 (19 novos)
<b>Municípios Atendidos*</b>	114	230	246

\*Municípios atendidos por mais de um câmpus foram contados somente uma vez

Organização: Almeida 2012  
Fonte: Sesu/MEC

Notamos que na coluna Universidades, temos a UFGD. Temos também, como expansão da rede federal de ensino a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) que faz parte do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Ministério da Educação.

A rede integra 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet); 24 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

De acordo com a legislação, os institutos federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com forte na área de pesquisa aplicada e na extensão.

Possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, com estrutura de organização e funcionamento semelhantes.

O projeto de implantação do IFMS teve início em outubro de 2007, quando foi sancionada a Lei nº 11.534, que dispõe sobre a criação das escolas técnicas e agrotécnicas federais. A partir desta lei, foi instituída a Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, com sede na capital Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina.

Em dezembro de 2008, o governo decidiu reestruturar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando 38 institutos federais pela lei nº 11.892.

Surge então o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, que integrou a escola técnica que seria implantada em Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina, que fazia parte do Projeto de Expansão da Rede Federal (Proep) em parceria com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (BIRD).

As duas unidades a serem implantadas passam a ser denominadas *Campus* Campo Grande e *Campus* Nova Andradina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. O novo projeto da rede federal incluiu ainda a implantação de outros cinco *campi* nos municípios de Aquidauana, Coxim, Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas, consolidando o caráter regional de atuação.

Para sua implantação, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul conta com o apoio da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), por meio das Portarias nº 1.063 e nº 1.069, de 13 de novembro de 2007, do Ministério da Educação, que atribuíram à UTFPR adotar todas as medidas necessárias para o funcionamento do IFMS.

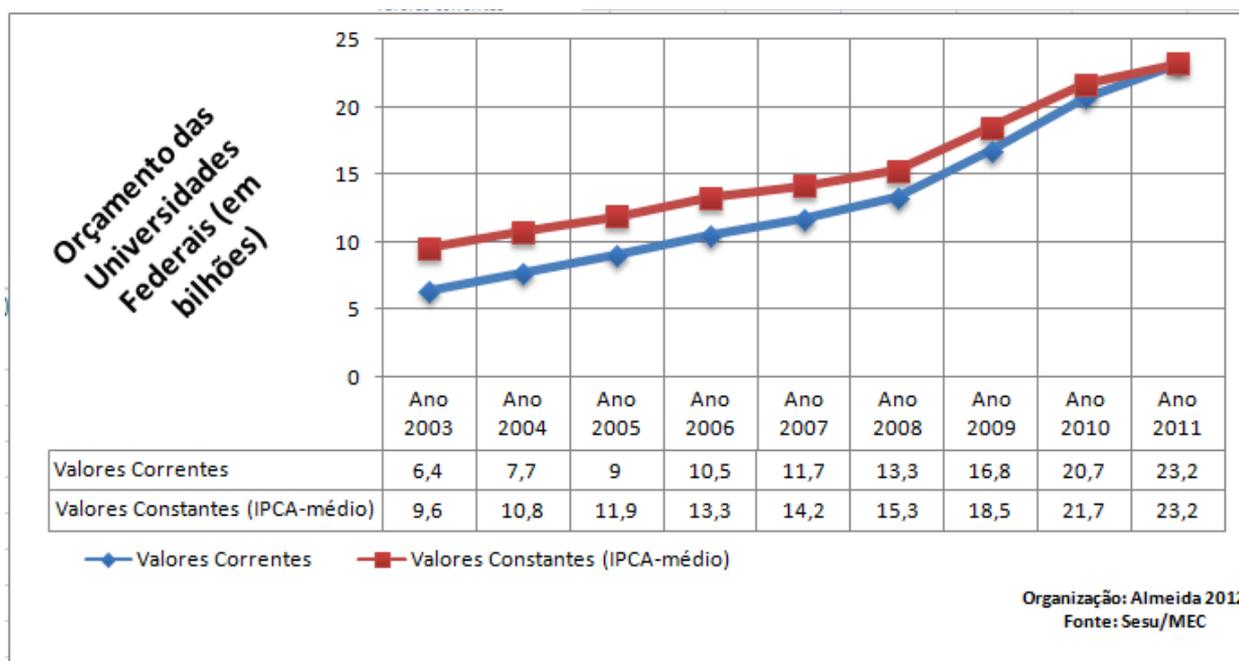
Em fevereiro de 2011, todas as unidades do IFMS entraram em funcionamento com a oferta de cursos técnicos em sete municípios. Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, deverão ser implantadas mais três unidades, em Dourados, Jardim e Naviraí.

Nesse contexto, o discurso oficial é que desde 2005, a expansão da rede federal de educação superior visa a ampliar a democratização do acesso ao ensino superior de qualidade. No interior desse processo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007, prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. O resultado dessas iniciativas já pode ser observado no aumento da oferta de vagas em graduação presencial.

As universidades federais foram “chamadas” a interagir com as vocações, a identidade e as culturas regionais, repartindo o saber e a tecnologia com a sociedade. A interiorização foi uma das principais diretrizes referenciais do processo de expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. Neste contexto é que a UFGD encontra-se inserida pois foi concebida visando responder as necessidades da Região da Grande Dourados, assim como sua condição de espaço fronteiriço.

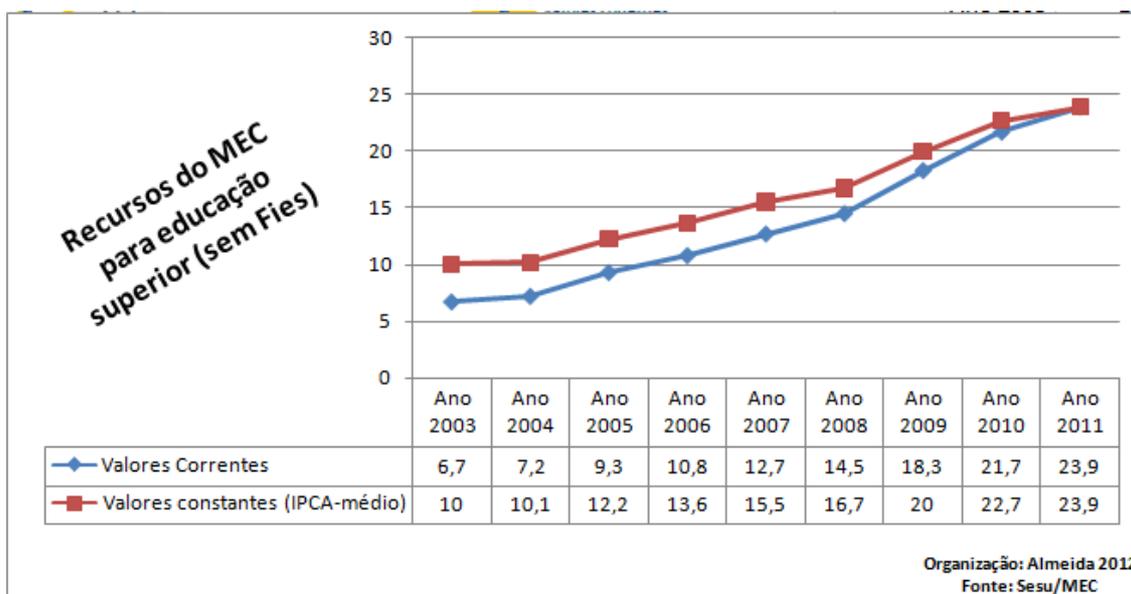
Parece-nos que nesse processo o fortalecimento da educação superior passa necessariamente pelo reconhecimento da importância das universidades federais, que receberam nova visibilidade e a partir das políticas implementadas pelo Governo Lula. Isso pode ser constatado através dos Gráficos 4 e 5. O orçamento das universidades federais mais que duplicou de 2003 a 2010.

**Gráfico 4 – Orçamento das Universidades Federais**



Podemos perceber neste Gráfico que de ano em ano, desde que o Governo Lula assumiu, temos um aumento do orçamento das universidades federais que se manteve constante. No período apresentado destacamos também que houve grande quantidade de investimento também no setor privado da educação, como por exemplo, através do Programa Universidade para Todos – PROUNI.

**Gráfico 5 – Recursos do MEC para a educação superior**



Além do aumento de recursos das universidades federais houve também um aumento dos recursos do MEC para a educação superior, o gráfico evidencia que o aumento foi da ordem de praticamente quatro vezes mais em relação a 2003 no comparativo a 2011.

Ainda como ação política relacionada ao ensino superior, o MEC (2010) cita o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, criado em 2007, visa segundo o governo democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e reduzir as taxas de retenção e evasão, por meio de assistência a estudantes de graduação presencial. São contempladas ações como moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. O Quadro 2 permite-nos visualizar as variáveis deste Programara relacionados ao número de benefícios concedidos e o volume de recursos investidos.

**Quadro 2 – Investimentos PNAES – Fonte: SESu/MEC**

	2008	2009	2010
<b>Número de benefícios (mil)</b>	<b>198,2</b>	<b>408,5</b>	<b>734,3</b>
<b>Recursos (R\$ milhões)</b>	<b>125,3</b>	<b>203,8</b>	<b>304,0</b>

Percebemos ao analisar o quadro 2, que o número de benefícios concedidos através do PNAES mais que triplicou no período de 2008 a 2010. Já o valor investido no referido programa, quase triplicou, chegando ao valor de mais de 300 milhões de reais no mesmo período. Sobre as ações do PNAES na UFGD, o trabalho de ALMEIDA (2009) traz uma análise do PNAES na UFGD, como se dá e as políticas que estão sendo implantadas na instituição, como por exemplo, o processo de concessão de bolsas permanência, bolsa alimentação e o processo para construção da moradia estudantil, dentre outras ações.

Outro documento governamental trata-se da coleção de volumes *Brasil em Desenvolvimento* do IPEA, – (Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas), realizado 2009.

Segundo o mencionado documento, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até aproximadamente o começo dos anos 1970, a concepção dominante de desenvolvimento confundia-se com crescimento econômico, pois era entendido, fundamentalmente, como o processo pelo qual o sistema econômico criava e incorporava progresso técnico e ganhos de produtividade no âmbito, sobretudo, das empresas. Entretanto, com a constatação de que processos de industrialização, por si sós, haviam sido insuficientes para produzir processos socialmente includentes, capazes de eliminar a pobreza e combater as desigualdades, foi buscando-se – teórica e politicamente – estabelecer diferenciações entre crescimento e desenvolvimento e, ao mesmo tempo, incorporar qualificativos que pudessem dar conta das deficiências deste conceito. No Brasil, exemplo sintomático deste movimento foi a inclusão do “S” na sigla do BNDE em meados dos anos de 1970, com o que o órgão mudou para o nome Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O IPEA (2009) expressa ainda o entendimento de que a promoção de situações socialmente ótimas do ponto de vista do pleno emprego dos fatores produtivos (a terra, o capital, o trabalho e o conhecimento) requer a presença ativa do Estado. Isto é particularmente axiomático em economias periféricas, tais como a brasileira, em que emergem problemas como altos níveis de desemprego e de precarização do trabalho, heterogeneidade estrutural, degradação ambiental, inflação e vulnerabilidade externa. Tais questões convertem-se em interesse e objetivo coletivos, apenas possíveis de ser enfrentados com políticas públicas que articulem os diversos sujeitos sociais em torno de projeto de desenvolvimento.

O IPEA (2009) ressalta que as atividades de produção de conhecimento, tecnologia e inovação são concebidas como fundamentais para a redução das desigualdades e o desenvolvimento nacional<sup>37</sup>.

Reforça-se a idéia de que as políticas de desenvolvimento produtivo e tecnológico precisam ser econômica, social e ambientalmente sustentáveis, além de relacionadas às diferentes realidades regionais do país, sendo necessária que o governo priorize políticas de fomento, incentivo e regulação em favor da articulação de sujeitos e regiões visando garantir direitos, promover a proteção social e gerar oportunidades de inclusão como condições necessárias a qualquer projeto nacional em tal sentido.

Em perspectiva histórica, percebe-se que a civilização ocidental constituiu conjunto de parâmetros fundamentais de convívio e sociabilidade, em torno dos quais passaram a se organizar certos direitos civis, políticos e sociais, referenciais da moderna convivência social. Condensado na idéia de cidadania, este conjunto de direitos e as oportunidades de acessá-los passam a operar como demarcadores dos processos de inclusão ou exclusão dos diferentes segmentos da sociedade em cada país, funcionando, assim, como critérios complementares de aferição do grau de desenvolvimento nacional em cada caso histórico.

Nesse sentido o estudo realizado por IPEA (2009) reafirma que o engajamento do Estado, é fundamental para promoção de cidadania, inclusão e proteção social, elementos cruciais de estratégias de desenvolvimento. Assim, a perspectiva da expansão e consolidação dos direitos civis, políticos e sociais exige a presença do Estado no que tange ao planejamento e à implementação das políticas públicas de saúde, educação, transferência de renda, cultura, dentre outras. Afinal, a atuação exitosa do Estado no processo de desenvolvimento nacional passa pelo planejamento adequado de políticas, programas e ações de governo. Assim, é fundamental ressignificar – tal qual sugerido em relação à categoria desenvolvimento – os termos pelos quais deve ser compreendido o conceito de planejamento governamental na atualidade.

Nesse contexto, as tendências governamentais sobre o planejamento governamental na atualidade aparecem de maneira expressiva, embora ainda não estejam bem delineadas. Por essa condição, demandam reflexão.

Desse modo, reconhecemos que o Estado brasileiro desempenha papel precípuo e indelegável como forma institucional ativa no processo de desenvolvimento do país.

Assim as dimensões da ação do Estado ganham materialidade por meio de amplo espectro de políticas e programas que, provendo bens, serviços e benefícios aos cidadãos,

---

<sup>37</sup> Para mais informações acerca do assunto de desenvolvimento nacional e regional, ver BOISIER, Sérgio. *Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político*. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas – IPEA, nº 13, Junho de 1996.

promovem a distribuição e a redistribuição de recursos, como renda, saúde, educação, cultura, entre outros, contribuindo para configuração de uma das faces mais evidentes do desenvolvimento de uma sociedade: a sua melhoria da qualidade de vida.

O IPEA (2009) ressalta que a afirmação da educação como direito de todos e obrigação do Estado, das famílias e da sociedade e a fixação do ensino fundamental como etapa de frequência obrigatória são aspectos essenciais na delimitação da atuação pública no que concerne à promoção social e à geração de oportunidades aos cidadãos. A vinculação constitucional de recursos públicos para o setor – que foi significativamente ampliada no caso federal, passando de mínimo de 13% para o de 18% – e a criação de fundo para integrar recursos dos diversos entes federados com o escopo de financiar a manutenção e o desenvolvimento do ensino – o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) – refletem o compromisso com o princípio da garantia de oferta universalizada de serviços nesta área.

Sobre essa questão SEN (2005) destaca que o desenvolvimento humano é primeira e primariamente um aliado dos pobres, mais do que dos ricos e abastados. Um país que garante a todos os cuidados de saúde e educação pode conseguir resultados notáveis em termos de duração e qualidade de vida da população. A autora afirma ainda que as oportunidades sociais estão relacionadas com os dispositivos que as sociedades organizam em favor da educação, dos cuidados de saúde, etc, que tem influencia na liberdade concreta dos indivíduos viverem melhor.

É importante notar que, concomitante a tais ações, novas questões e tensões surgem na pauta política impondo mediações por parte dos gestores públicos. Temas como inclusão previdenciária de novos grupos, melhoria da qualidade dos serviços educacionais e de saúde, reforma urbana, necessidade de garantir segurança pública com cidadania, incorporação do combate às desigualdades de raça e gênero na concepção e na implementação das políticas públicas e históricas, combate à pobreza foram inseridas com força considerável na agenda pública. Juntos, somam novos desafios a um projeto de desenvolvimento do país que se pretende verdadeiramente inclusivo.

Outra questão relevante contemplado no estudo de IPEA (2009) refere-se à estratégia governamental de priorizar determinadas ações, o que permite tratar diferenciadamente aquelas que efetivamente têm peso maior na condução do governo, merecendo monitoramento próximo pela Presidência da República e gozando de poder de barganha distinto na negociação de contingenciamentos orçamentários. Entretanto, IPEA (2009) indica que tal estratégia está diretamente relacionada às limitações da metodologia adotada para

elaborar os PPAs, que, desde o PPA 2000-2003 (Avança Brasil), congregam em seus programas todas as ações correntes do governo federal. Assim, deixam de apresentar o caráter seletivo que a idéia de “plano de governo” sugere e assemelham-se mais a orçamento plurianual. Com isso, as opções estratégicas de direcionamento da atuação federal, como a do governo Lula, em seu segundo mandato, de promover o “desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade”, permanecem relativamente ofuscadas no PPA (2008-2011) em meio ao amplo conjunto das ações que dinamizam a esfera pública. Por sua vez, o próprio plano perde eficácia como instrumento de planejamento e orientação do governo.

O IPEA (2009) indica que o equacionamento destas questões é um desafio incorporado na política que vem sendo implementada pelo governo federal, destacando duas iniciativas. A primeira delas é o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), de 2007, que relaciona ações voltadas para educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização de jovens e adultos com a intenção de potencializá-las e reforçá-las reciprocamente. A segunda, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, também de 2007, é concentração de ações e metas entre União e entes subnacionais por meio da qual são transferidos recursos financeiros adicionais e assessoria técnica aos aderentes subnacionais.

O IPEA (2009) reúne vários indicadores, desagregados por diferentes dimensões, na tentativa de apresentar um diagnóstico da situação educacional brasileira quanto aos três temas em foco e de apontar possíveis linhas de ação.

No que se refere à taxa de analfabetismo entre jovens e adultos, por exemplo, aponta-se que o declínio observado entre 2004 e 2007 foi bastante lento, de apenas 1,4 p.p. Elucidativamente, o estudo apresentado indica que a idade mais elevada, a localização do domicílio no meio rural e a condição de renda, nesta seqüência, são variáveis importantes na compreensão das dimensões deste problema. Estas informações permitem identificar sobre que grupos e em quais espaços o Estado deve atuar na busca de atingir seus objetivos nesta área.

Na análise sobre o desempenho das redes públicas de educação básica por meio do.p. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>38</sup>, observa-se leve elevação do indicador entre 2005 e 2007 – abaixo de 0,4 p na média nacional –, embora tenha havido redução do número absoluto e da proporção de escolas com baixo índice de desempenho. Indica-se que, apesar de ter havido melhoria geral na perspectiva nacional, foram

---

<sup>38</sup> O Ideb foi criado pelo Inep em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB e a “Prova Brasil”.

aprofundadas as diferenças regionais, em especial entre Sul, Sudeste e Nordeste. Outra constatação de IPEA (2009) é a de que o desempenho das redes estaduais foi superior ao das municipais, com exceção do Sudeste, onde se observou o contrário, especialmente em escolas de 5ª a 8ª série.

Os dados levantados também indicam que o rendimento dos alunos que logram concluir o ensino fundamental público está aquém do que seria desejado tendo em vista as metas estabelecidas para 2021. Em linhas gerais, ficam as sugestões de que os esforços voltados à equalização das condições de ensino precisam ser ampliados, de que o “sucesso” da municipalização do ensino fundamental depende do “fortalecimento” dos municípios e de que fatores próprios do espaço escolar precisa ser objeto de atenção pública, tal como já previsto no PDE.

Em relação ao tema do acesso dos estudantes ao nível superior, o IPEA (2009) revela dinâmicas diferenciadas entre a rede pública e a privada, no período recente, com desaceleração do crescimento da oferta de vagas e do número de novos estudantes na segunda. Observe-se, por exemplo, que, enquanto entre 2001 e 2004 o ingresso de novos estudantes aumentou 1,4% na rede pública e 28,3% na rede privada, de 2004 a 2007 os índices foram de 23,4% e 16,5%, respectivamente.

Para explicar tais fenômenos, o IPEA (2009) destaca dois fatores. De um lado, indica o novo dinamismo conferido à rede federal de ensino superior pelo Ministério da Educação no período recente, o que possibilitou a criação de novas universidades e o aumento da capacidade instalada das já existentes. Atente-se para o fato de que foi estabelecida a meta de dobrar o número de estudantes matriculados em cursos de graduação nas universidades federais em prazo de dez anos. Isto referenciou a criação, em 2007, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e vem impulsionando também o aumento da oferta de vagas na modalidade de educação a distância, especialmente para professores da educação básica.

De outro lado, o IPEA (2009) sinaliza para saturação do modelo de expansão do ensino superior via rede privada, o que ocorreu ao longo da década de 1990 especialmente nas áreas que demandavam menores aportes de recursos em infraestrutura e equipamentos. Merece atenção o fato que a situação da rede privada de ensino superior poderia ser ainda pior no que se refere ao número de estudantes matriculados, não fosse o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), linhas de financiamento que, juntas, viabilizaram o acesso de cerca de 780 mil estudantes – ou 20% do total – em suas instituições em 2007. Ainda assim, ocorreu variação negativa de 6 p.p. no

aproveitamento das vagas ofertadas pela rede privada de ensino superior entre 2004 e 2007, ficando o índice abaixo de 48% no último ano.

Tendo realizado estas discussões que permitirão a compreensão da criação, implantação e expansão da UFGD, discussões estas sobre o Estado, políticas governamentais, educação superior, passaremos a analisar a implantação da IFE em questão e posteriormente a análise dos documentos da UFGD, visando à observância da concepção de desenvolvimento regional na documentação oficial da instituição.

### **3 – A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

A Universidade Federal da Grande Dourados tem sua origem a partir da estrutura física, patrimonial e do quadro de pessoal do Campus de Dourados, então Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), tendo sido idealizada para ser um instrumento social e político-institucional para responder aos desafios da educação superior brasileira, em articulação com as outras instituições federais de ensino superior e do Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente a conhecida região da Grande Dourados, no que tange ao desenvolvimento de sua economia, de sua cultura, das políticas públicas, das relações sociais, de preservação do meio ambiente, enfim, da melhoria da qualidade de vida da população<sup>39</sup>.

Com tais pressupostos, a UFGD foi criada em 29 de julho de 2005, pela Lei nº 11.153. Como já mencionado tem sua origem a partir da transformação do Campus de Dourados e do Núcleo Experimental de Ciências Agrárias da UFMS na cidade de Dourados. Essas unidades da UFMS, na citada cidade tiveram sua origem em um conjunto de medidas relativas ao ensino superior, editadas pelo governo do Estado de Mato Grosso (ainda uno) entre os anos de 1969 e de 1970. A Lei estadual nº 2.972, promulgada pela Assembléia Legislativa em 2 de janeiro de 1970, dispôs, entre outras coisas: a criação de *Centros Pedagógicos* nas cidades de Corumbá, Três Lagoas e Dourados; e a criação, em Dourados, de um curso de Agronomia.

Os referidos Centros foram efetivamente criados, sendo o *Centro Pedagógico de Dourados* (CPD) inaugurado em dezembro de 1970. O *Centro* foi logo incorporado à recém-criada Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), instalada oficialmente em novembro de 1970, com sede em Campo Grande, abrigando os primeiros cursos: Letras e Estudos Sociais (ambos de Licenciatura Curta).

A partir de 1973 passaram a funcionar as Licenciaturas Plenas em Letras e História e, a partir de 1975, a Licenciatura Curta em Ciências Físicas e Biológicas. O curso de Agronomia passou a funcionar em 1978.

---

<sup>39</sup> Plano de Desenvolvimento Institucional 2008-2012 da UFGD.

Os centros pedagógicos da UEMT passaram a ser denominados “centros universitários” surgindo assim a sigla *CEUD* (Centro Universitário de Dourados). No interior desse processo, após a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, efetivada em 1979, a então UEMT foi federalizada, transformando-se na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que veio a adotar posteriormente a designação *campus* em detrimento de *centro universitário*, para todas as suas unidades situadas fora da capital Campo Grande desta nova Unidade da Federação.

Ainda na década de 1970 constata-se o início do processo de qualificação dos docentes do Centro, de modo que, já na década seguinte, o CEUD passava a contar, entre seus quadros, com vários mestres e alguns doutores. Entraram também em funcionamento os cursos de Pedagogia (Licenciatura Plena, como extensão do Centro de Corumbá, e a partir de 1982 como realizações do próprio CEUD); Geografia (Licenciatura Plena, em 1983, e Bacharelado, em 1986); Matemática (Licenciatura Plena, 1987); Ciências Contábeis (Bacharelado, 1986); Ciências Biológicas (Bacharelado).

O Centro começou também nessa época a oferecer cursos de Pós-Graduação, em nível de Especialização, dos quais o primeiro foi de *Língua Portuguesa*. Na década de 1990 essa atualização foi ampliada significativamente com o oferecimento de outros cursos de Especialização nas áreas de Educação, Letras, História e Ciências Contábeis. Tal processo decorreu em virtude do crescente índice de qualificação de seus docentes que o destacou dentre vários Centros da UFMS. Na trajetória do Centro/Campus, um dos aspectos mais significativos é o início de sua atuação no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, com o funcionamento do Mestrado em Agronomia (na área de Produção Vegetal) em 1994; do Mestrado em História (área de concentração em História, Região e Identidades) em 1999; do Mestrado em Entomologia (Conservação da Biodiversidade) em 2002; e do Doutorado em Agronomia em 2003.

Outro aspecto igualmente significativo foi a ampliação da oferta de cursos de graduação, que prosseguiu com a implantação da Licenciatura Plena em Biologia (1991), do Bacharelado em Análises de Sistemas (1997) e, no ano 2000, com o funcionamento dos cursos de Medicina, Direito e Administração, bem como do Bacharelado em Letras (com quatro Habilitações: Secretariado Bilíngüe – Português/Inglês e Português/Espanhol; Tradutor e Interpretador Português/Inglês e Português/Espanhol).

Nesse contexto histórico, o CEUD destacou-se entre os outros *campi* da UFMS, pelo volume de sua produção científica, notadamente em atividades de qualificação docente, mas também na execução de projetos de Iniciação Científica (prática cada vez mais disseminada

no campus) e no oferecimento de vários cursos de Especialização, como podemos verificar nos documentos oficiais da universidade.

Na década de 1990 também foi retomada a prática de publicação de periódicos científicos. Nesse contexto se inserem a *Revista de Geografia* (desde 1994, conjunto com a AGB/Dourados); a revista de História *Fronteiras* (desde 1997) e a revista de Ciências Agrárias, *Cerrado* (desde 1998).

É importante reconhecer que a criação e a condição particular conquistada pelo Campus de Dourados é um produto histórico relacionado à luta cotidiana dos servidores docentes e técnico-administrativos e do corpo discente do *campus*, apesar das dificuldades conjunturais do país, no âmbito da educação superior pública.

Com a universidade criada em 2005, passou-se então, a sua efetiva instalação. Dentro desse processo de implantação, em julho de 2005, a convite do Ministério da Educação (MEC), ocorreu o envolvimento da Universidade Federal de Goiás (UFG), designada oficialmente em 28/12/2005 (Decreto nº 5.643/2005), para a condição de Tutora<sup>40</sup> da UFGD. Sua implantação aconteceu em janeiro de 2006 sob a tutoria da UFG, que permaneceu até o mês de julho deste mesmo ano, quando foram nomeados o reitor e o vice-reitor *pró-tempore*. Já em 2007 foi eleito o reitorado para sua administração para o quadriênio 2007-2010.

A UFGD, como já mencionamos está inserida na Região da Grande Dourados. Esse espaço geográfico corresponde a 55.944,59 km<sup>2</sup>, com um total de 778.718 habitantes, segundo o Censo de 2010. Em outras palavras, a Região da Grande Dourados corresponderia a 15,6% do território estadual e a 41,52% da população de Mato Grosso do Sul<sup>41</sup>. (Ver figura 1).

Para a criação da UFGD, constatamos que uma das justificativas apresentadas pelo então Ministro da Educação - Tarso Genro - ao Presidente da República no seu Projeto de Lei<sup>42</sup>.

Um outro aspecto singular da Região da Grande Dourados consiste no fato de grande parte dos municípios que a compõem estarem situados na fronteira com a República do Paraguai, o que lhe confere características econômicas, sociais, políticas e culturais que exigem atenção especial do ponto de vista científico e acadêmico, considerando-se que os espaços fronteiriços são áreas privilegiadas para estudos sistematizados que contemplem a diversidade cultural. Há que se registrar, ainda, a presença da população indígena Guarani (Kaiowá/Ñandeva), que constitui a maior população indígena do Estado, com aproximadamente 25 mil indivíduos, e representa, historicamente, importante papel na construção da identidade socioeconômica e cultural da Região.

---

<sup>40</sup> A instituição tutora é a instituição designada pelo MEC para orientar a universidade recém criada, enfim, orientar/monitorar o processo inicial de sua operacionalização administrativa.

<sup>41</sup> Dados obtidos no Projeto de Criação da UFGD, disponível em <http://www.ufgd.edu.br/sobre/projeto-criacao-ufgd.pdf>

<sup>42</sup> Projeto de Lei sancionado pelo Presidente pela Lei nº 11.153/2005 . In: <http://www.ufgd.edu.br/sobre/projeto-lei-ufgd.pdf>

Depreende-se desta justificativa oficial, uma condição geográfica específica da região, a qual se situa maiormente na faixa de fronteira com o Paraguai e com a presença expressiva de indígenas. Portanto, duas particularidades: a fronteira e o índio que, demandariam atenção científica e acadêmica dada a sua diversidade cultural.

### 3.1 – O seu processo de criação

Refletindo acerca do papel que Dourados – porção meridional de Mato Grosso do Sul, ocupa no contexto estadual, SOUZA (1995 e 2002), argumenta que se trata de uma cidade pólo de desenvolvimento atraindo, desde meados da década de 1970, a atenção principalmente do Governo Federal (mas também estadual) em projetos de indução e dinamização do desenvolvimento regional, via implantação de infraestrutura rodoviária, fornecimento de energia elétrica, rede de armazenamento e, principalmente na implantação do distrito industrial<sup>43</sup>, concebido, governamentalmente, como instrumento de promoção do desenvolvimento regional polarizado.

Portanto, Dourados situa-se – oficialmente, desde o II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975/79 - como a cidade-pólo de uma extensa área polarizada, que corresponde grosso modo ao extremo sul estadual e costuma ser referida como *Grande Dourados*.

O Município de Dourados foi criado em 20 de dezembro de 1935, com áreas desmembradas do município de Ponta Porã, tendo sido elevada à condição de cidade-pólo em meados da década de 1970, apresentando em dias atuais uma economia baseada principalmente no cultivo de gêneros agropecuários como, soja, milho e trigo e na criação de bovinos e suínos. E mais recentemente, já neste século, a implantação de usinas de açúcar e álcool.

Assim, no interior dessas diretrizes estratégicas, a ampliação das pesquisas e dos estudos parece inserir-se positivamente, na medida em que produz conhecimento acadêmico sobre essa realidade. Neste início de século já no governo FHC, através de seu PPA (2000-2003) e o programa dele derivado denominado “Avança Brasil” diagnosticou-se que

---

<sup>43</sup> Desde a segunda metade dos anos de 1970, mais especificamente após a implementação do II Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico (II PND, 1975/79), a Região da Grande Dourados passou a ser concebida como produtora de matérias-primas e alimentos, basicamente para exportação, mas também como área alternativa de desconcentração industrial, o que motivou inclusive a implantação do Distrito Industrial de Dourados, em 1982. (Souza, 1995 e 2003).

Dourados e região estavam inseridos no chamado Eixo Sudoeste, este trata-se de um espaço que abriga uma modernização contínua em busca de competitividade.

A partir da década de 1970, a economia regional se transformou numa das mais dinâmicas do País, calcada na produção de grãos e da pecuária. Em dias atuais, o município é um importante centro regional agropecuário, comercial, industrial e de serviços. Segundo o próprio governo estadual:

A Região da Grande Dourados experimentou rápido crescimento econômico ancorado na exploração da grande lavoura (soja, milho e trigo) e na exploração da pecuária. Os índices de desenvolvimento social da Região da Grande Dourados indicam claramente o recente processo de desenvolvimento que os municípios viveram.<sup>44</sup>

Desde a década de 1980, indícios da chegada de uma “nova era”, marcada pela industrialização, notada pela implantação do Distrito Industrial de Dourados e pelo crescente número unidades fabris que, motivadas pelo processo de desconcentração industrial ocorrido, principalmente na região Sudeste, têm se aproveitado das vantagens oferecidas pelo espaço regional como, abundância de matérias-primas e um mercado consumidor consolidado não só pela população douradense, como também dos municípios de entorno que têm Dourados como pólo de desenvolvimento econômico.

Devido à sua importância no contexto regional, o município sempre recebeu atenção governamental no que diz respeito à sua inserção junto a programas de desenvolvimento. Nesse contexto histórico já na década de 1940 esse espaço geográfico foi objeto de ação política do Governo Federal (de Maracaju ao Distrito de Itahum), que considerando sua situação fronteiriça, implantou um ramal ferroviário e de implantar um projeto de colonização conhecido como Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) criada em 1943. Posteriormente também o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), voltado à ampliação/fomento da produção e da produtividade das chamadas culturas comerciais – soja e trigo (Abreu, 2000). Igualmente o Pró-Cidades (Programa Nacional de Cidades de Porte Médio), na qual Dourados foi contemplado com investimentos em equipamentos urbanos (Souza, 2005). Portanto, as experiências de políticas públicas de desenvolvimento regional, historicamente, têm sido múltiplas na cidade de Dourados.

---

<sup>44</sup> MATO GROSSO DO SUL. Março de 2006. No caso da regionalização adotada para a criação da *Grande Dourados*, os órgãos responsáveis pelo planejamento têm utilizado diversas escalas para produzirem suas respectivas delimitações. Como já mencionamos, a referida região foi criada originalmente no bojo do II PND (1975-1979), e desde então foi incorporada no imaginário social. Recentemente, em 2000, o Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul (IPLAN) delimitou, para fins de planejamento, oito regiões, dentre elas a “Grande Dourados”, porém agora contando com outros municípios. Para um aprofundamento desta temática, consultar Abreu (2005).

Com tais pressupostos, a cidade de Dourados apresenta-se como uma das mais estruturadas no Estado de Mato Grosso do Sul em termos de bens e serviços de apoio à produção. Vale mencionar que esta estrutura econômica, vinculada à agroindústria regional, permitiu que Dourados fosse considerada a quarta cidade média brasileira com maior índice de crescimento no País no período de 1996-2000 segundo MS (2006) – documentado citado na nota de rodapé 42.

O ritmo de crescimento do Eixo Sudoeste e especificamente de Dourados, será pautado fundamentalmente na capacidade do governo em seus diferentes níveis de investir na continuação desse processo de desenvolvimento, com destaque para a verticalização do conhecimento e da tecnologia produzida regionalmente.

A partir disso, a expansão do ensino universitário público em Dourados poderá assumir dentre outras, a função, no contexto regional, de laboratório difusor de experiências de alta produtividade no País em termos agropecuários e agroindustriais, em busca de mercados nacionais e internacionais.

### **3.2 – Processo de Implantação: a tutoria da Universidade Federal de Goiás e Grupos de Trabalho**

O processo de implantação da UFGD, foi realizado através de Grupos de Trabalho (GT) para as mais diferentes áreas – planejamento, graduação, pessoal, patrimônio - sob tutoria da Universidade Federal de Goiás, conforme disposto no Decreto nº 5.643, de 27/12/2005, publicado no DOU de 28/12/2005, que delegou a tutoria para a UFG.

Conforme já mencionamos a Universidade Federal da Grande Dourados nasceu da existência do Campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Devido à sua particularidade histórica já apontada, o antigo Campus de Dourados expandiu-se até o limite de suas capacidades funcionais, recebendo destaque científico pela sua atuação no ensino de graduação e de pós-graduação, na pesquisa e na extensão universitária.

Com a universidade criada em 2005, passou-se então, a sua efetiva instalação. Dentro desse processo de implantação, em julho de 2005, ocorreu o envolvimento da Universidade Federal de Goiás (UFG), designada para Tutora da UFGD. Sua implantação oficial aconteceu em janeiro de 2006 sob a tutoria da Universidade Federal de Goiás, que permaneceu até o mês de julho deste mesmo ano, quando foram nomeados o reitor e o vice-reitor pró-tempore.

Ainda em 2006, mais sete cursos de graduação foram criados e implantados: Zootecnia, Gestão Ambiental, Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Química, Ciências Sociais e o curso de Licenciatura Indígena para as comunidades Guarani e Kaiowá.

Nesse período, o mestrado em Geografia foi submetido à CAPES e aprovado, já estando em funcionamento desde 2007. Em 2007, foram submetidos à CAPES os processos para implantação dos mestrados em Educação, em Letras, em Ciência e Tecnologia Ambiental e o de Ensino de Ciências e Matemática (Profissional), sendo aprovado o mestrado em Educação.

A criação dos novos cursos de graduação e pós-graduação fortalece o atual perfil das licenciaturas, dos bacharelados e potencializará o surgimento de uma segunda linha de trabalho, com um perfil mais tecnológico. A ampliação dos grupos e projetos de pesquisa sinalizam um perfil de universidade voltada para fortalecimento da área tecnológica, para o desenvolvimento regional, implantação de novas tecnologias como também para o do desenvolvimento social.

Nesse contexto, é indispensável que a Universidade, no caso a UFGD, assuma o compromisso com a identificação das necessidades e expectativas da sociedade, para incorporar iniciativas que busquem o atendimento destas em seus planos de ação.

Com esse escopo, o trabalho da UFG e destes GT's (Grupos de Trabalho para implantação da UFGD) se iniciou ainda no ano de 2005. Para demonstrarmos este processo de implantação faremos uma análise destas ações constantes no Plano de Implantação da UFGD

45

Neste documento, observamos que foram realizadas reuniões para definição de estratégias de ação, tendo como sujeitos envolvidos o MEC, Reitoria/UFG, Reitoria/UFMS, e a Direção do Campus de Dourados. Estas reuniões realizaram-se no período de julho a dezembro de 2005. De forma condensada apresentamos as ações realizadas neste período:

- Reuniões da Reitoria da UFG com o MEC;
- Contatos da Reitoria da UFG com a Reitoria da UFMS;
- Reuniões da Reitoria da UFG com o Campus de Dourados: Conselho do Campus e Departamentos<sup>46</sup>, com alunos do Campus, Administração do HU, com o então Prefeito de Dourados Laerte Tetila e com os Ministérios Públicos Federal, Estadual e Municipal da cidade de Dourados;
- Estabelecimento de parceria de trabalho e apresentação da UFG e da Coordenação dos trabalhos subsequentes;

---

<sup>45</sup> Plano de Implantação da UFGD – Disponível em <http://www.ufgd.edu.br/sobre/plano-acao-ufgd.pdf>.

<sup>46</sup> Na época havia os seguintes Departamentos no Câmpus de Dourados: DCH (Departamento de Ciências Humanas), DED (Departamento de Educação), DEX (Departamento de Exatas), DCS (Departamento de Ciências Sociais), DCM (Departamento de Ciências Médicas), DCB (Departamento de Ciências Biológicas), DCA (Departamento de Ciências Agrárias) e DCO (Departamento de Comunicação e Expressão).

- Contatos preliminares entre a equipe tutora e os agentes municipais para conhecimento de anseios e necessidades; Assinatura de um Protocolo de Intenções no qual definiu a congregação de esforços no sentido de garantir o funcionamento do Hospital da Fundação Municipal de Saúde e Administração Hospitalar e sua futura transferência para a UFGD, transformando-o em Hospital Escola para atender interesse do Ensino Superior.

Após estas ações preliminares foi criado o Grupo de Trabalho para implantação da UFGD, constituído através da Portaria nº 002/UFG, de 02/01/2006 – publicada no DOU de 04/01/2006. Os sujeitos envolvidos eram basicamente a Reitoria da UFG e da então Direção do Campus de Dourados.

Nesta Portaria foram apresentados oficialmente os membros do Grupo de Trabalho da UFG encarregado de executar às atividades de implantação da nova Universidade considerando a experiência profissional das pessoas, foram escolhidos profissionais que atuavam em cargos de direção ou coordenação na UFG, portanto, com experiência e prática na gestão universitária. Os membros da UFGD foram indicados pelo Diretor do Campus de Dourados, tomando como referência as presidências dos Grupos temáticos constituídos pela Resolução 175, de 4/08/2005, do Conselho do Campus de Dourados, acrescido de representantes de áreas não contempladas anteriormente no Grupo e apoio administrativo local.

Já nos primeiros dias de janeiro de 2006 foi efetuada a inscrição da UFGD no CNPJ, uma ação burocrática indispensável para a sua institucionalização.

Em 2006 foi iniciada a elaboração de proposta de seu Estatuto, bem como sua Estrutura Organizacional, nos termos do Inciso VIII, parágrafo 2º, Art. 1º do Decreto nº 5.643/2005 (27/12/2005) da Presidência da República, tendo como responsáveis por este processo o Grupo de Trabalho e comunidade da UFGD.

Entretanto, assim como o regimento geral é o local no qual se definem os objetivos da instituição, sua estrutura organizacional, enfim seu processo de funcionamento.

Constatamos que na implantação da UFGD, os responsáveis por este processo de início de uma universidade tinham uma visão de futuro, pois neste início já existia a discussão do projeto de expansão da UFGD: criação de novos cursos de graduação e pós-graduação. Para tanto foram estimuladas discussões pela comunidade da UFGD sobre o potencial e missão da nova universidade, bem como foi realizado um levantamento pelo GT de implantação da UFGD das demandas a partir do potencial existente.

### 3.3 – Expansão da UFGD

Ressaltamos que a UFGD logo após o desmembramento da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, possuía apenas doze cursos de graduação, quatro de mestrado e um de doutorado (Ver tabelas 2 e 3). Porém em seguida ao desmembramento, um dos programas de mestrado, no caso o de Geografia, foi transferido pela UFMS ao Campus de Aquidauana.

**Tabela 2 – Cursos de Graduação UFGD - 011**

Curso Existentes	VAGAS	Criado antes da UFGD	Criado pós UFGD
Administração	50	Sim	
Agronomia	50	Sim	
Artes Cênicas	60		Sim
Biotecnologia	55		Sim
Ciências Biológicas	60	Sim	
Ciências Contábeis	50	Sim	
Ciências Sociais	60		Sim
Direito	55	Sim	
Economia	50		Sim
Educação Física	50		Sim
Engenharia Agrícola	50		Sim
Engenharia de Alimentos	51		Sim
Engenharia de Energia	51		Sim
Engenharia de Produção	52		Sim
Geografia	70	Sim	
Gestão Ambiental	50		Sim
História	50	Sim	
Letras	70	Sim	
Matemática	51	Sim	
Medicina	50	Sim	
Nutrição	60		Sim
Pedagogia	50	Sim	
Psicologia	60		Sim
Química	54		Sim
Relações Internacionais	55		Sim
Sistemas de Informação	51	Sim	
Teku Arandu	70		Sim
Zootecnia	50		Sim

Fonte: PROGRAD/UFGD  
Organização: Almeida 2011

Atualmente a UFGD possui 28 cursos de graduação, 15 cursos de mestrado e 3 de doutorado. Estes números evidenciam um expressivo processo de expansão, que significa contratação de novos profissionais qualificados, docentes e técnicos, oferta de novas vagas, ampliação de infra estrutura, enfim, variáveis que interferem e determinam características ao desenvolvimento regional.

**Tabela 3 – Cursos de Pós Graduação - *Strictu Sensu* - UFGD - 2011**

Cursos	VAGAS	Criado antes da UFGD	Criado pós UFGD
<b>Mestrado</b>			
Agronegócios	15		Sim
Agronomia	20	Sim	
Antropologia	10		Sim
Biologia Geral/Bioprospecção	15		Sim
Ciência e Tecnologia Ambiental	20		Sim
Ciências da Saúde	20		Sim
Educação	18		Sim
Engenharia Agrícola	15		Sim
Entomologia e Conservação da Biodiversidade	20	Sim	
Geografia	22	Sim	
História	20	Sim	
Letras	20		Sim
Matemática	15		Sim
Química	20		Sim
Zootecnia	23		Sim
<b>Doutorado</b>			
Agronomia	15	Sim	
Entomologia e Conservação da Biodiversidade	10		Sim
História	10		Sim

Fonte: PROGRAD/UFGD  
Organização: Almeida  
2011

Considerando ainda, a inserção da Universidade Federal da Grande Dourados no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, teremos uma análise também deste processo de expansão, que é dirigido pelo Ministério da Educação e no qual a UFGD está integrada.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) <sup>47</sup> é segundo discurso governamental uma das ações integrantes ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e foi instituído em reconhecimento ao papel estratégico das universidades – em especial do setor público – para o desenvolvimento econômico e social do País. Segundo o Governo Federal, com o REUNI foram adotadas uma série de medidas a fim de retomar o crescimento do ensino superior público, criando um programa multidimensional e, ao mesmo tempo, acadêmico, político e estratégico. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão (conforme visualizado nos Gráfico 2 e 3), iniciada em 2008 e prevista para concluir-se em 2012, e pela oportunidade que representa para a reestruturação acadêmica com inovação que materializará, em curto prazo, um avanço considerável na educação superior pública do país.

Com tais pressupostos, o REUNI constitui, portanto, a segunda etapa do Programa de Expansão da Educação Superior Pública, iniciado em 2003, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo SILVA (2011) REUNI é instituído no cenário nacional num momento em que a expansão das oportunidades de escolarização da população com qualidade se constitui como um dos temas centrais nos debates e nas políticas para educação, tanto no contexto nacional, como no internacional. A autora continua, afirmando que o REUNI foi estabelecido pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo declarado de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007 *apud* SILVA, 2011).

Nesse contexto, SILVA (2011) assegura que segundo o documento intitulado “Diretrizes Gerais” (MEC, 2007), que complementa o Decreto que instituiu o REUNI, as universidades federais que aderiram ao programa receberão, de forma gradual, recursos para ampliação de estruturas física e tecnológica, além da contratação de docentes e técnicos. Como contrapartida aos investimentos, as universidades firmaram compromisso de obter, ao final dos cinco anos da implantação do REUNI, um percentual de 90% de conclusões nos cursos de graduação presencial além da relação de dezoito alunos por professor. Para adesão ao Programa REUNI, as universidades elaboraram seus Planos de Reestruturação e Expansão (Planos Institucionais) de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo decreto, vinculando os repasses dos recursos financeiros às etapas estabelecidas nos Planos Institucionais com vistas ao alcance dos objetivos e metas do programa.

---

<sup>47</sup> Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tem a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, como sua instância maior de gestão.

Portanto, como explicitado na pesquisa de SILVA(2011) o REUNI contou com a adesão de todas as universidades federais brasileiras, que a partir das Diretrizes Gerais estabelecidas pelo Ministério da Educação, elaboraram seus Planos Institucionais.

#### **4 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A CONCEPÇÃO MANIFESTA DOCUMENTALMENTE NA UFGD**

Após o exame de qualificação foi sugerido que a análise deste trabalho se voltasse para a variável documental, através dos documentos oficiais da UFGD desde sua criação, e nestes documentos retrataríamos a importância da questão regional seja na proposta de criação, implantação e execução da nova universidade. Acatando esta pertinente contribuição realizamos a análise de dez documentos da universidade, para retratarmos a concepção de desenvolvimento regional manifesto no interior do processo de criação e expansão da UFGD.

Os documentos analisados foram os seguintes:

1. Projeto de Criação e Implantação da UFGD – 2004;
2. Projeto de Lei e Lei de Criação – 2005;
3. Plano de Ação para Implantação da UFGD – 2005;
4. Estatuto da UFGD – 2006;
5. Regimento Geral da UFGD – 2006;
6. Plano de Ação 2007-2011 da UFGD – 2007;
7. Plano de Desenvolvimento Institucional 2008-2012 da UFGD – 2008;
8. Plano de Ocupação Física da Unidade II – 2008-2012 – 2008;
9. REUNI - Diretrizes Gerais da UFGD 2008-2012 – 2008;
10. Carta de Serviços da UFGD – 2010.

##### **4.1 – Projeto de Criação e Implantação da UFGD**

O primeiro documento analisado nesta pesquisa é o Projeto de Criação e Implantação da UFGD de 2004.

Este inicia demonstrando as resoluções do Conselho do Câmpus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul aprovando o projeto e consolidando a idéia de implantação da UFGD. Este projeto foi aprovado pelo Conselho de Câmpus do Câmpus de Dourados da UFMS, Resolução nº 1 261/03-CC/CPDO de 22/08/2003 e alterado pela Resolução nº 100-CC/CPDO de 27/05/2004.

Para a elaboração do Projeto de Criação e Implantação da UFGD, foi constituído um grupo de trabalho geral conforme podemos observar abaixo, através da Resolução Nº 056, de

07 de abril de 2003 do Conselho do Câmpus de Dourados, da UFMS resolveu no uso de suas atribuições legais e em reunião extraordinária realizada no dia 07/04/2003, abrir o processo de discussão para a possível criação da UFGD. Para o Grupo de Trabalho Geral foram designados os professores Omar Daniel, na função de presidente; Wedson Desidério Fernandes, João Eduardo de Almeida, Kiyoshi Rachi e Jacira Helena do Valle Pereira. Ao mesmo tempo, a resolução definiu que no primeiro momento, temas para discussão nos subgrupos, seriam: patrimônio, orçamento, pessoal, estatuto jurídico, investimento emergencial, conjuntura atual do ensino superior e potencial da Região de Dourados para o ensino superior.

Principalmente com este último grupo temático, ficou evidenciado a valorização do potencial da Região da Grande Dourados para a implantação da UFGD. Em outras palavras se materializa na discussão.

Após os trabalhos concluídos pelo Grupo de Trabalho Geral foi emitida a Resolução nº 101, de 27 de maio de 2004, que se encontra no Projeto de Criação e Implantação da UFGD – 2004, sugerindo que, na eventualidade do preenchimento dos cargos administrativos na Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD ser feito na condição “Pró-tempore”, incluindo os de Reitor e Vice-Reitor, sejam indicados apenas docentes e técnico-administrativos do quadro de pessoal ativo lotado no Câmpus de Dourados. Isso denota uma evidente disputa de poder, trazendo-a para o interior do Câmpus, tendo em vista que pelo alinhamento político em âmbito municipal, estadual e federal havia uma preocupação da direção à época que outro nome externo à comunidade universitária (ou mesmo aposentado) pudesse ser indicado.

Estas resoluções datam do ano de 2004, o que tende a pensarmos que o pensamento para a constituição da UFGD inicia neste ano, o que não é verdade. Neste mesmo projeto de criação e implantação da UFGD verificamos que a luta para implantação da UFGD é anterior.

A documentação mencionada neste projeto remontam ao ano de 1987, nos dando a impressão que a luta e idealização da UFGD, são provenientes deste ano. Contudo, sabemos que não foi assim que aconteceu. A ideia de criação da UFGD inicia-se no início da década de 80, tendo como idealizadores os então professores do CEUD/UFMS, Wilson Biasotto, Laerte Tetila e Sultan Rasslan. A pedido da comunidade universitária, o deputado federal à época Sérgio Cruz, encaminhou à Câmara dos deputados o Projeto de Lei nº 1.320 do ano de 1983. Apesar de ter tramitado em duas comissões da Câmara, o projeto não se efetivou naquele momento, porém já estavam avançadas as discussões a respeito da implantação da UFGD.

Chegou-se a discutir inclusive a fundação de uma universidade denominada UILA – Universidade de Integração Latino Americana, em caráter estadual, proposta encaminhada

pelo então Governador de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda. Contudo esta proposta, não obteve apoio da sociedade. O que aconteceu foi uma defesa e grande luta por apoio, de lideranças da região, como câmara de vereadores, prefeituras e organizações sindicais e estudantis em prol da federalização do CEUD, transformando o então Câmpus da UFMS, na sonhada UFGD.

Retornando ao documento, seguem abaixo as resoluções mais antigas que já pensavam a implantação da UFGD:

- Resolução nº 170/87 – CC/CEUD/UFMS 30/11/1987 - Pronuncia-se favorável à criação e implantação da UFGD por meio da transformação do CEUD.
- Resolução nº 084/88 – Conselho Diretor/ UFMS 04/04/1988 - Pronuncia-se favorável à transformação do CEUD em UFGD.

Essas duas em âmbito do próprio Câmpus, como deliberação da comunidade interna. Por sua vez a Resolução nº 008/88 – Conselho Universitário/ UFMS - 20/04/1988 - Pronuncia-se favorável à transformação do CEUD em UFGD.

Agora, a discussão abrange a escala institucional, ou seja, do Conselho Superior da UFMS.

Destacaremos a justificativa para implantação da UFGD, sobretudo o resultado do grupo de trabalho que tratou acerca do Potencial da Região de Dourados para o ensino superior e Conjuntura atual do ensino superior.

O mencionado documento traz em seu início um contexto histórico da Região da Grande Dourados, afirmando que o antigo sul de Mato Grosso (região que, desde 1977, constitui o Estado de Mato Grosso do Sul) é um território que desde muito cedo, já no século XVI, fez parte do processo de conquista da América do Sul pelos europeus. Do ponto de vista dos luso-brasileiros, esse território adquiriu maior importância no século XVIII, quando ele passou a constituir importante parte da rota clássica das monções, que ligavam São Paulo às regiões (situadas no atual Estado de Mato Grosso) onde se haviam descoberto jazidas auríferas.

UFGD (2004) afirma ainda que a economia regional, entretanto, começaria a ganhar certa importância econômica a partir da primeira metade do século XIX, momento em que começa a desenvolver-se a economia agropastoril, baseada na pecuária bovina. Ao término da Guerra contra o Paraguai (1870), novas perspectivas se abriram para a economia regional, com a definitiva abertura da navegação pelo rio Paraguai, o que passou a permitir a ligação hidroviária entre Mato Grosso e o Atlântico, via rio do Prata. Ao longo da primeira metade do século XX, consolidaram-se as relações diretas entre a região e o Sudeste brasileiro, por meio, inicialmente, do modal ferroviário (E. F. Noroeste do Brasil, 1914) e, em seguida, através das

estradas. Assim, pode-se dizer que esse antigo sul de Mato Grosso, tal como o espaço da Região Centro-Oeste, integrou-se, de modo complementar, à expansão das atividades econômicas sobretudo industrial localizado no Sudeste brasileiro, exercendo, no interior da divisão regional do trabalho, fundamentalmente o papel de fornecedor de bens primários.

Sobre a criação da primeira instituição pública de ensino superior em Dourados – MS, o documento UFGD (2004) menciona que:

O crescimento populacional e o aumento das demandas da sociedade levaram, entre fins da década de 1960 e início da década de 1970, ao estabelecimento da primeira universidade nessa região: a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), sediada em Campo Grande, que se transformaria, após a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, na atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Entre os vários campi dessa Universidade, estava o de Dourados, que começou a funcionar em 1971. Esse campus, inicialmente de dimensões bastante modestas, passou a apresentar um elevado índice de crescimento, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, visivelmente relacionados ao dinamismo econômico da região onde se situa. (UFGD – 2004, p.2)

O documento UFGD (2004) aponta ainda que Dourados situa-se como a cidade-pólo de uma ampla área, que corresponde ao extremo sul do Estado de Mato Grosso do Sul e costuma ser referida como Região Grande Dourados. Trata-se de uma área que foi mais intensamente ocupada por povoadores não índios depois da Guerra do Paraguai, mediante atividades agropastoris e extrativas (erva-mate). Na década de 1940, essa área foi objeto de importantes políticas do governo federal, que, destaca a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). A sua implantação, contribuiu para absorver expressivos contingentes migratórios de outras partes do País, especialmente nordestinos, mineiros e paulistas, entre outros tantos trabalhadores rurais que migraram em busca de oportunidades<sup>48</sup>.

Nessa área formou-se uma rede de núcleos urbanos que tem como centro dinâmico a cidade de Dourados. Atualmente, essa Região, embora mantenha ainda características de policultura, caracteriza-se principalmente pelos elevados índices de produção agropecuária direcionada à exportação, e que historicamente tem recebido investimentos na moderna tecnologia agropecuária, assim como incentivos e financiamentos governamentais.

UFGD (2004) passa a tecer afirmações sobre a consideração do governo federal acerca da importância da Região da Grande Dourados no interior das políticas públicas. Desde a segunda metade da década de 1970, mais especificamente após a implementação do II Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico (II PND, 1975/79), a mencionada Região passou a ser concebida como produtora de matérias-primas e alimentos, basicamente para exportação, mas também como área alternativa de desconcentração industrial, atraindo plantas industriais

---

<sup>48</sup> Para mais informações ver: OLIVEIRA & JUSTINO (2007) e SILVA (2000).

que promovessem cada vez mais a transformação e a verticalização do processo produtivo (frigoríficos, abatedouros, secadores de grãos, esmagadoras de soja, entre outras).

Segundo o projeto de criação e implantação da UFGD (2004), no bojo dessa política, foram implantados vários programas de desenvolvimento regional entre os quais, o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados tendo, inclusive, delimitado geograficamente essa região. Tratava-se de um programa do Governo Federal cujo objetivo principal centrava-se na ampliação/promoção da produção e da produtividade das chamadas culturas comerciais – soja e trigo. Com esse escopo, foram investidos recursos na pesquisa, tendo na época o município de Dourados recebido a instalação de uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e uma unidade da então Universidade Estadual de Mato Grosso, bem como o curso de Agronomia. Portanto, projetos e decisões políticas que se materializam na região.

Na mesma época, a cidade de Dourados foi inserida no Programa Nacional Cidades de Porte Médio, o que lhe propiciou receber recursos para serem investidos em infraestrutura urbana, visando consolidá-la definitivamente como pólo de desenvolvimento regional (cabendo observar que foi a única cidade do sul de Mato Grosso do Sul contemplada no referido Programa) <sup>49</sup>.

Após esta contextualização histórica e geográfica da Região da Grande Dourados, o documento UFGD (2004) destaca a importância do campus de Dourados da UFMS no contexto regional.

UFGD (2004) afirma que o campus da UFMS em Dourados tem sua origem em um conjunto de medidas relativas ao ensino superior, editadas pelo governo do Estado de Mato Grosso entre fins de 1969 e início de 1970. A lei estadual nº 2.972, promulgada pela Assembléia Legislativa em 2 de janeiro de 1970, dispôs sobre o tema, determinando, entre outras coisas: a criação de Centros Pedagógicos nas cidades de Corumbá, Três Lagoas e Dourados, incluindo a criação, nesta última cidade, de um curso de Agronomia. Os referidos Centros foram efetivamente criados, sendo o Centro Pedagógico de Dourados (CPD) inaugurado em dezembro de 1970, atual Unidade I da UFGD. O Centro foi logo incorporado à recém-criada Universidade Estadual de Mato Grosso (instalada oficialmente em novembro de 1970, com sede em Campo Grande), e em abril de 1971 tiveram início as aulas dos primeiros cursos: Letras e Estudos Sociais (ambos de licenciatura curta). A partir de 1973 passaram a funcionar licenciaturas plenas em Letras e História e, a partir de 1975, a licenciatura curta em Ciências Físicas e Biológicas. Desde a época de sua implantação, o CPD recebeu alunos não apenas do município-sede, mas também dos vários municípios da região chamada Grande

---

<sup>49</sup> As outras cidades foram Campo Grande e Aquidauana.

Dourados – cabendo notar que o CPD foi o primeiro (e ainda por muitos anos, até o final da década de 1970, o único) centro de ensino superior existente nessa extensa região.

O mencionado documento UFGD (2004) ressalta que ainda na década de 1970, teve início o processo de qualificação dos docentes do Centro, de modo que, já na década seguinte, o CEUD passava a contar, entre seus quadros, com vários mestres e alguns doutores, formados principalmente em universidades do Centro-Sul do País. Nessa mesma década prosseguiu a ampliação da oferta de cursos de graduação. Assim, entraram em funcionamento os cursos de Pedagogia (licenciatura plena, partir de 1979, como extensão do Centro de Corumbá, e a partir de 1982, como realização do próprio CEUD); Geografia (licenciatura plena, em 1983, e bacharelado, em 1989); Matemática (licenciatura plena, 1987); Ciências Contábeis (bacharelado, 1986). O Centro começou também nessa época a oferecer cursos de Especialização, dos quais o primeiro foi o de Língua Portuguesa, ministrado entre 1984 e 1986.

Na década de 1990, o Centro Universitário de Dourados ampliou significativamente sua atuação na pós-graduação *lato sensu*, com o oferecimento de vários cursos de Especialização nas áreas de Educação, Letras, História e Ciências Contábeis. Tal desempenho foi possível graças ao crescente índice de qualificação de seus docentes (cabendo notar que, em 1998, o CEUD alcançou, dentre os vários Centros da UFMS, o segundo melhor índice de qualificação docente: 2,89, superado apenas pelo Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, de Campo Grande, com 3,08).

UFGD (2004) considera ainda que um ponto fundamental para a consolidação do campus como IFE é o início de sua atuação no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, com a entrada em funcionamento do Mestrado em Agronomia (1994), em História (1999), em Entomologia e Conservação da Biodiversidade (2002) e em Geografia (2002). Em 2003, enfim, entrou em funcionamento o Doutorado em Agronomia – o primeiro do Câmpus.

Outro aspecto igualmente significativo foi a ampliação da oferta de cursos de graduação, que prosseguiu na década de 1990 com a implantação da licenciatura plena em Biologia (1991), do bacharelado em Análise de Sistemas (1997) e, no ano 2000, com o início do funcionamento dos cursos de Medicina, Direito e Administração, bem como do bacharelado em Letras (com duas habilitações: Secretariado Bilíngüe e Tradutor/Intérprete) e o Bacharelado em Ciências Biológicas.

Em face dessa notável ampliação das atividades, tornou-se necessário, promover a ampliação das instalações físicas – sendo que, concomitantemente começou a ganhar corpo a idéia da constituição, em Dourados, de uma cidade universitária, voltada ao ensino superior público.

UFGD (2004) traz outro ponto importante para a compreensão da implantação da UFGD, o destaque do antigo CPDO no contexto da UFMS (tanto do interior como da capital), pelo volume de sua produção científica. Seus docentes demonstraram empenho em suas atividades e qualificação (especialmente em nível de doutorado), no desenvolvimento da Iniciação Científica, no oferecimento de vários cursos de Especialização, na organização de inúmeros eventos científicos, etc. Na década de 1990 o Centro retomou também a tradição da publicação de periódicos científicos. Assim, são preparadas em Dourados, a *Revista de Geografia* (desde 1994, em conjunto com a AGB/Dourados), a *Revista de História, Fronteiras* (desde 1997) e a *Revista de Ciências Agrárias, Cerrado* (desde 1998). Enfim, o Campus da UFMS em Dourados (com cerca de 1600 alunos matriculados em 1999) manteve e ampliou sua função social, qual seja a de atender, principalmente em seus cursos de graduação, estudantes residentes em municípios situados num raio de mais de 100 quilômetros, na porção austral de Mato Grosso do Sul.

Com este pressuposto após estas afirmações a respeito do CPDO/UFMS conclui que:

É possível afirmar que, dadas às condições da região, existe ainda um enorme potencial de crescimento do sistema universitário público federal na Região da Grande Dourados. (UFGD – 2004. p.6)

O documento enfatiza que apesar do crescimento do Campus da UFMS de Dourados e da criação da UEMS com sede também nessa cidade, estas instituições públicas não conseguem atender à imensa demanda da região por ensino superior, justificando assim a implantação de uma nova Universidade.

Isso é comprovado pelo incremento significativo de instituições privadas de ensino superior (IPES) em diferentes municípios da Grande Dourados, somando no ano de 2004 um total de 22 IPES, que oferecem 9.917 vagas, com prejuízos evidentes tanto para a desejável constituição de um sistema de ensino superior público e de qualidade, contemplando a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, quanto para o aspecto financeiro das famílias, haja vista o elevado valor das mensalidades cobradas.

Seguindo esse raciocínio UFGD (2004) argumenta que a cidade de Dourados apresenta-se como uma das mais estruturadas no Estado de Mato Grosso do Sul em termos de bens e serviços de apoio à produção, atendendo a uma dinâmica área geográfica do seu entorno imediato. Como já mencionamos esta estrutura econômica, vinculada à agroindústria regional, permitiu que Dourados fosse considerada a quarta cidade média brasileira com maior índice de crescimento no País no período de 1996-2000.

UFGD (2004) passa então a considerar o olhar do Governo Federal, sendo mais uma vez valorizada a importância da Região da Grande Dourados no contexto nacional, como podemos constatar na afirmação:

Mais recentemente, no contexto do programa federal Avança Brasil (2000/2003), no qual o País foi delimitado geograficamente em 9 eixos nacionais de integração e desenvolvimento, a cidade de Dourados e seu espaço regional foram inseridos no Eixo Sudoeste. Esse Eixo tem como uma de suas funções essenciais permitir a integração territorial com os países limítrofes, por constituir, na visão governamental, um espaço geográfico privilegiado em termos de vantagens locacionais: sendo próximo da dinâmica do Sudeste, não apresenta ainda seus problemas e pode exercer função estratégica no processo de desconcentração da produção, como absorvedor de investimentos que potencialmente poderiam convergir para aquela região (Sudeste).

Além disso, na concepção governamental, o Eixo Sudoeste tem a função estratégica de eficiência e competitividade, capacidade de difusão, importância do setor terciário, desafio do desemprego estrutural e integração com o Mercosul. (UFGD – 2004. P.7)

Assim, conforme orienta UFGD (2004), no interior dessas diretrizes estratégicas, a ampliação das pesquisas e dos estudos parece inserir-se positivamente, na medida em que produz conhecimento acadêmico sobre essa realidade. Trata-se de um espaço que abriga uma modernização contínua em busca de competitividade, que deve ser incentivada pela implantação da Universidade. Acredita-se que o ritmo de crescimento do Eixo Sudoeste e especificamente de Dourados, será pautado fundamentalmente na capacidade do governo – em seus diferentes níveis – de investir na continuação desse processo de desenvolvimento, com destaque para a verticalização do conhecimento e da tecnologia produzida regionalmente.

Diga-se de passagem, esse papel já foi assumido no passado quando a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) planejou a implantação do Centro Pedagógico de Dourados (CPD/UEMT), no início dos anos 1970, justamente com o objetivo de formar professores para atender à demanda regional.

Ainda sobre a cidade de Dourados, UFGD (2004) argumenta-se:

“A cidade de Dourados e seu entorno têm suas potencialidades econômicas representadas pela infraestrutura já instalada, assentada numa malha rodoviária bem estruturada; pela alta produtividade agropecuária e agroindustrial; pelo potencial de profissionais qualificados e mercado regional que devem solidificar a agroindústria e a indústria tradicional. Assim, a expansão do ensino universitário público em Dourados poderá assumir sistematicamente a função, no contexto regional, de laboratório difusor e experiências de alta produtividade no País em termos agropecuários e agroindustriais, em busca de mercados nacionais e internacionais.” (UFGD – 2004, p.8)

Por sua vez, sobre o documento em análise UFGD (2004) fornece um relato histórico da consideração dessa região nos programas governamentais. Segundo o documento desde a delimitação espacial realizada pela SUDECO (PRODEGRAN) e da maciça divulgação desencadeada pelos meios de comunicação, a terminologia Região da Grande Dourados consolidou-se no imaginário popular, abrangendo a porção sul do território que hoje constitui Mato Grosso do Sul.

Em razão disso, o Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul (IPLAN/MS), em 2000, por ocasião da elaboração de seu plano de desenvolvimento regional, dividiu o território estadual em 8 regiões de planejamento, mantendo, nesse conjunto, a denominação Região da Grande Dourados para o espaço geográfico cuja cidade-pólo é Dourados – embora a delimitação proposta pelo referido órgão englobe apenas 13 municípios, não representando, de fato, a área polarizada pela cidade de Dourados no contexto social, econômico e cultural de Mato Grosso do Sul. Uma comprovação dessa afirmação reside no próprio fluxo de acadêmicos que convergia para o Campus de Dourados da UFMS, que extrapolava a “região da Grande Dourados”, tal como definida pelo IPLAN/MS, abrangendo outras regiões definidas pelo mesmo órgão – como é o caso das regiões denominadas Sul-Fronteira e Leste.

Assim, no projeto de criação e implantação da UFGD (2004), foram considerados como componentes da Região da Grande Dourados os 37 (trinta e sete) municípios: Dourados, Itaporã, Maracaju, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul, Douradina, Deodópolis, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Caarapó, Juti, Jateí, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Laguna Carapã, Amambai, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru, Japorã, Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu, Baitaporã, Anaurilândia, Bela Vista, Bataguassu, Nova Andradina e Angélica.

Esse espaço geográfico corresponde a 55.944,59 km<sup>2</sup>, com um total de 688.754 habitantes, segundo o Censo de 2000. Em outras palavras, a Região da Grande Dourados corresponderia a 15,6% do território estadual e a 41,52% da população de Mato Grosso do Sul, naquele momento.

É importante salientar que essa região possui como característica ambiental o fato de contemplar diferentes ecossistemas naturais: a Mata Tropical, o Cerrado e o Campo Limpo. Além disso, está localizada nas proximidades de dois outros ambientes naturais significativos: o Planalto da Bodoquena e o Pantanal.

A formação vegetal que, sobretudo caracterizava, originalmente, a Região da Grande Dourados é a Mata Tropical. Aparecia de forma mais vigorosa no município de Dourados, relacionando-se à presença de solos férteis, tendo sido, o local de implantação da CAND.

Além dela, encontrava-se também a formação Cerrado, constituída por manchas entre a floresta e os campos limpos. Estes últimos, por sua vez, apareciam também em pequenas manchas no extremo-sul da Região, entre a floresta, e em uma área maior, no centro-norte da Região, caracterizando-se por formar um tapete herbáceo, onde tradicionalmente o gado bovino era criado solto, motivo pelo qual, na região, é denominado Campos de Vacaria. Era inclusive o nome do microrregião geográfica estabelecida pelo IBGE.

Essa diversidade natural, formando diferentes ecossistemas, condicionou, historicamente, o aparecimento na Região de processos diferenciados de ocupação produtiva (agricultura ou pecuária).

Nesse contexto, a variável ambiental participa também na consolidação dos processos produtivos da Região da Grande Dourados e das áreas que lhe estão próximas, sendo um dos componentes presentes na definição das políticas de desenvolvimento. A configuração ambiental possibilita a existência de uma biodiversidade relevante e de características únicas, com a presença de ambientes tão diversos como o Cerrado, a Mata Tropical, os Campos Limpos e o Pantanal. Esses ambientes sofrem pressão do sistema produtivo, com a implantação da moderna produção agrícola, que tem como base a monocultura e a utilização de insumos agrícolas em grande escala, o que tem provocado a degradação. Como parte das estratégias governamentais voltados à racionalização do uso dos recursos naturais verificou ao longo da década de 1990, algumas ações, destacando-se a criação e a implantação de Unidades de Conservação. Nesse sentido, constatamos na Região da Grande Dourados a criação do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e nas proximidades da Região, o Parque Nacional da Bodoquena. Estas duas Unidades de Conservação constituem-se em locais privilegiados para pesquisas científicas nas diversas áreas do conhecimento.

Um outro dado relevante quanto ao aspecto natural/regional é a existência do Aquífero Guarani (maior reserva de água subterrânea do mundo), localizado no Centro-Sul do País e que aparece como potencial hídrico para a região – necessitando, entretanto, de conhecimento científico e tecnológico para o seu uso.

Outro dado singular da Região da Grande Dourados, presente no documento (UFGD, 2004) refere-se ao fato de grande parte dos municípios que a compõem estarem situados na fronteira com a República do Paraguai, o que lhe confere características econômicas, sociais, políticas e culturais que exigem atenção especial do ponto de vista científico e acadêmico – inclusive porque o desenvolvimento econômico e populacional dessa República tem sido mais acentuado precisamente nas áreas de fronteira com o Brasil (fenômeno que se tem aprofundado nas últimas três décadas, conforme estudo realizado pelo Governo paraguaio, “Evaluacion del rol de las regiones fronterizas en el proceso de desarrollo económico del

Paraguay”). O estudo em questão assinala que os fluxos migratórios foram estimulados pelo dinamismo do comércio de fronteira e pelas possibilidades apresentadas em face das atividades vinculadas ao mercado dos países vizinhos – mercado internacional.

Tendo em conta tais processos, consideramos que os espaços fronteiriços, como a Região da Grande Dourados, são áreas privilegiadas para estudos sistematizados que contemplem a diversidade cultural própria da formação histórica da sociedade fronteiriça.

Outro aspecto considerado fundamental na justificativa de implantação da UFGD, é que em 17 dos 36 municípios apontados, a presença da população indígena Guarani (Kaiowá/Ñandeva) é expressiva, (com aproximadamente 25 mil indivíduos) e representa, historicamente, importante papel na construção da identidade sócioeconômica e cultural da Região.

No caso, portanto conforme enfatiza UFGD (2004), da faixa fronteiriça entre a Região da Grande Dourados e o Paraguai, trata-se, como se vê, de um espaço que comporta múltiplas características culturais, onde centenas de milhares de cidadãos produzem a sua existência. Considera, assim, imprescindível assumir o pressuposto de que se trata de um espaço de contato – que une os povos, ao invés de separá-los, e que traz à tona características capazes de revelar as singularidades socioculturais do cotidiano dos cidadãos.

Sobre as relações transfronteiriças, CATAIA (2011), afirma que a vida de relações expressas nos espaços de fronteira onde a cidade é apreendida como mercado e este como o centro desta vida de relações, ou, da solidariedade proveniente da contiguidade, da proximidade, porém é uma proximidade cindida em duas ordens, porque cindida por duas formações socioespaciais.

Além disso, UFGD (2004) destaca que, a integração econômica decorrente da operacionalização do Mercosul atribui novos papéis às cidades fronteiriças e impõe às administrações de fronteira, desafios até então não enfrentados. Nesse contexto, também compete à Universidade debruçar-se sobre essa temática, inclusive no sentido de identificar problemas e explorar potenciais. Ademais, é preciso considerar que as redes de ensino fundamental e médio se encontram em expansão na região, sobretudo o segundo, permitindo um prognóstico de novas demandas por vagas no ensino superior nas próximas décadas (sem esquecer que tal atendimento não fica restrito a essa demanda regional).

Feitas estas considerações, é notável também que a Universidade, ao debruçar-se sobre os valores culturais produzidos pela sociedade, processa sua avaliação e sua sistematização crítica, promovendo sua difusão. Nesse processo, contribui significativamente para a construção da identidade territorial. Um país ou uma região, ao produzir conhecimento

científico, diz ao mundo que existe, e contribui, ao expor sua cultura, para a diversidade e para o aperfeiçoamento do espírito humano.

A Universidade desempenha, portanto, uma função social indispensável na reprodução da vida social, não podendo, em nenhuma hipótese, ser reduzida a mera produtora de recursos humanos para o mercado. O quadro de profissionais dela egresso deve permitir à sociedade ter acesso ao patrimônio técnico-científico da humanidade, criticar as produções culturais e desvelar a qualidade dos objetos e a dinâmica complexa da realidade, colocando a sociedade, de maneira atualizada, a par do conhecimento sobre eles. Diante de tais pressupostos, é certo que a sociedade necessita de profissionais que, além de dominarem seus saberes especializados, estejam imbuídos de responsabilidade cidadã e social.

Concebe-se ainda que a produção do saber pela Universidade potencializa as forças produtivas e criativas da sociedade e consolida sua presença no cenário mundial<sup>50</sup>.

Enfim, o citado documento acrescenta ainda que em relação ao ensino superior, na região da Grande Dourados, é notório o crescimento qualitativo, principalmente nas instituições públicas, e quantitativo, sobretudo nas escolas privadas. Apesar desse crescimento quantitativo constata-se uma concentração em determinadas áreas do conhecimento e cursos que são visados pela menor exigência de recursos na sua implantação, aliada à possibilidade de retorno lucrativo imediato. Assim, há possibilidades de políticas de verticalização (pós-graduação) e de horizontalização (graduação), o que resultaria em melhoria na qualidade e na diversificação do ensino e da pesquisa realizados, atendendo às necessidades e às possibilidades apontadas no estudo sobre a caracterização da Região da Grande Dourados;

Em relação aos serviços, aponta-se que na Região da Grande Dourados a cidade pólo adquiriu ao longo das décadas uma função de “gerenciamento” e de disponibilização de serviços que são considerados essenciais para a dinamização produtiva de toda a Região, como, de modo mais geral, para a reprodução da vida social. Pode-se dizer que Dourados exerce um papel de pólo no processo de desenvolvimento regional. Isto significa dizer que a Região é dependente da “cidade pólo” no que se refere à alocação de instrumentos e de serviços necessários à sua dinâmica, implicando aí a presença de profissionais especializados e qualificados para tal. Somem-se a isso as possibilidades futuras no interior de um quadro de

---

<sup>50</sup> UFGD (2004) argumenta ainda que a assimilação e a adaptação de conhecimento disponível é um ingrediente de crescente relevância em qualquer processo de desenvolvimento. Todavia, a Universidade não se restringe a essa instrumentalização. A criação do conhecimento não pode circunscrever-se apenas à problemática imediata: é indispensável o tempo de liberdade para a prospecção inovadora e para construir futuros. Em um movimento dual, a Universidade apóia a ampliação da base material de uma cultura – pelo instrumental – e expande as expectativas e sonhos dos cidadãos e cidadãs. Enfim, a Universidade é, para uma região, uma espécie de atestado de sua co-participação na produção do saber e da cultura mundiais. Essa condição é essencial à dignidade e à identidade nacionais e regionais. Enfim, a produção do saber é uma questão de afirmação cidadã nas diversas escalas, dentre as quais a regional.

integração comercial com outros países da América do Sul. Destarte, o ensino superior na região não atendia naquele momento, 2004, satisfatoriamente a tal demanda, sendo necessária a contínua “migração” de jovens que saem para realizar seus estudos, retornando ao mercado de trabalho na Região ou, ainda, a “importação” de mão-de-obra especializada;

No tocante ao processo de agroindustrialização, o documento UFGD (2004) afirma que desde a década de 1970 tal processo vem sendo construído e crescentemente. A caracterização de tal desenvolvimento econômico foi mediada pela idéia da estruturação da grande produção, voltada para a exportação, sobretudo a cultura da soja.

Relacionados a esta concepção foram criados núcleos de pesquisas (EMBRAPA e NCA-UFMS) que são hoje referências nacionais. Ocorre que, além de manter a referida característica, nota-se uma crescente diversificação e intensificação produtiva no ramo agroindustrial, seja pela manutenção e aumento das pequenas propriedades (efeito do grande número de assentamentos rurais de reforma agrária na Região – o maior de Mato Grosso do Sul e um dos maiores do País), seja em razão do estabelecimento de unidades fabris para a transformação das matérias-primas existentes na Região ou mesmo de outras regiões e países. Desse modo, se faz necessário ampliar os núcleos de pesquisa e de formação de profissionais voltados para o referido ramo da economia regional, que é seguramente um dos mais importantes na geração de riquezas e na criação de empregos na Grande Dourados.

Com relação à diversidade étnica e cultural, a Região da Grande Dourados, a mais povoada de Mato Grosso do Sul, tem como uma de suas peculiaridades marcantes a condição de fronteira e, portanto, de cruzamentos étnicos e culturais. Historicamente, desde tempos coloniais, nesta região viveram índios e seus descendentes, portugueses e espanhóis que disputaram a região, paraguaios, brasileiros vindos de todos os lugares a partir da segunda metade do século XIX, estrangeiros da Europa, Ásia e África. Cada um desses grupos étnicos/nacionais deixou, com suas culturas, marcas na Região, compondo uma diversificada e rica vida social. Tal situação é notória quando se pensa na população indígena aqui residente, mas isto também vale para outros grupos culturais. Não obstante os estudos e as pesquisas realizadas nas áreas de ciências humanas, muito ainda precisa ser feito para compreender tais presenças na sociedade, inclusive com maior horizontalização e verticalização do ensino superior.

Com relação à temática das fronteiras internacionais, argumenta-se que no passado a Região foi motivo de discórdias e até guerra envolvendo os países vizinhos, hoje existe a perspectiva de uma integração com outras nações do continente, o que é possível nos desdobramentos dos blocos econômicos já inicialmente construídos, como o caso do Mercosul. Como foi mencionado, a Região da Grande Dourados deverá, por sua posição

geográfica, exercer função importante na consolidação do referido bloco de países sul-americanos.

Nesse sentido, é preciso ter presente, inclusive, as inflexões positivas recentes em favor do MERCOSUL, derivadas da nova política externa do governo federal no Brasil e da Argentina, não desconsiderando os planos estratégicos do governo paraguaio a esse respeito. Com tais pressupostos se concebe que o papel da Universidade, tanto no que se refere ao desenvolvimento de tecnologia e competitividade quanto nos estudos estratégicos, como também sobre o desenvolvimento e a integração social e cultural das diferentes populações, é crucial.

No tocante à temática da biodiversidade, a Região da Grande Dourados abriga conjuntos específicos de ecossistemas, caracterizando-a por uma rica biodiversidade, paradoxalmente ameaçados pelo processo de modernização econômica na região. Tais conjuntos de ecossistema não foram ainda devidamente estudados, assim como, não foram pesquisados profundamente os processos de degradação ambiental e, por suposto, alternativas mais adequados de uso dos recursos naturais existentes. Sendo assim, os estudos têm, ainda, funções não delegáveis em relação a tais questões, sobretudo no momento atual e que se caracteriza pelas disputas internacionais derivadas, entre outros motivos, do escassear das riquezas naturais, como por exemplo, a água potável.

Já sobre as vagas de ensino superior na Região da Grande Dourados, aponta-se que havia nesta região 22 instituições de ensino superior que ofereciam 9.917 vagas, em 37 diferentes cursos de graduação, sendo 20 particulares e duas públicas, sendo estas a UFMS e a UEMS. As duas universidades públicas da Região dispõem de 2.230 vagas, sendo 690 na UFMS em Dourados. (UFGD, 2004).

Segundo o estudo UFGD (2004) o ensino médio da rede pública da região produz 4.763 egressos, que em geral apresentam baixa renda para ingressarem em instituições de ensino superior privadas, em razão dos elevados custos com mensalidades e outras taxas. Embora simples cálculos levem à conclusão da sobra de vagas no ensino superior, pode-se verificar também que isso ocorre apenas de forma genérica. Uma análise mais sistematizada leva à inferência de que seria necessário mais que o dobro de vagas para atender à demanda por ensino público na Região. A falta de vagas tem produzido acirrada concorrência nos vestibulares das universidades públicas, a exemplo do Curso de Medicina da UFMS em Dourados, que atingiu no vestibular de inverno/2003, aproximadamente 75:1. Isto tem levado os jovens, mesmo os de baixa renda, a tentarem o ingresso nas escolas privadas, sacrificando o orçamento familiar. É, todavia, praticamente a única maneira desses cidadãos realizarem seus estudos superiores.

Segundo o documento UFGD (2004), a UFMS, com sua característica multi-campi, já não conseguia atender à Região da Grande Dourados, encontrando-se limitada nos quadros docente e técnico-administrativo, além da restrita infraestrutura. O déficit de vagas públicas no ensino superior na região foi uma das justificativas para a implantação da UFGD.

O projeto apresenta ainda as diretrizes vocacionais da UFGD. Segundo o estudo, para atender aos anseios da sociedade regional visando ao desenvolvimento sustentável, a UFGD deverá apresentar as seguintes vocações principais, que deverão referenciar a criação de novos cursos e seus currículos:

- 1) responsabilidade cidadã e social, compreendendo atividades de promoção e de inovação do saber e da cultura, em sua diversidade e para o destino democrático de seu uso;
- 2) estudo e preservação dos recursos naturais, incluindo a biodiversidade, estabelecendo uma co-responsabilidade com o futuro do planeta e com a vida das gerações humanas vindouras;
- 3) aplicação do conhecimento científico e tecnológico à exploração do potencial econômico da Região, articulado a um pensamento estratégico de integração continental, ao mesmo tempo promissor para a maioria da população;
- 4) desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria. (UFGD, 2004).

Portanto, estas quatro diretrizes a UFGD, pautou como referencial para suas ações, que sejam criação de cursos de graduação e pós-graduação, desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão. Destacamos a diretriz do ponto 3, na qual destaca que a aplicação do conhecimento científico e tecnológico com vistas a exploração do potencial econômico da região, ressaltando a preocupação da instituição com o desenvolvimento regional.

## **4.2 – PROJETO E LEI DE CRIAÇÃO DA UFGD**

Após esta análise do projeto, que nos deu a idéia do contexto histórico e regional da criação da UFGD, analisaremos dois documentos muito similares, o projeto de lei de criação da UFGD e a referida Lei de Criação, nº 11.153 de 29 de julho de 2005, visando compreender as diretrizes do documento que criou a IFE em questão.

O Projeto de Lei de Criação da UFGD - 2004<sup>51</sup> traz a proposta do Congresso Nacional para implantação da UFGD. Para tanto destacamos alguns artigos do referido projeto para entendermos alguns pontos essenciais que justificaram a criação da citada.

Nos artigos 2º e 3º, temos expressado o objetivo da UFGD e o princípio de universidade:

---

<sup>51</sup> Projeto de Lei de Criação da UFGD. Disponível em <http://www.ufgd.edu.br/sobre/projeto-lei-ufgd.pdf>.

Art. 2º A UFGD terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFGD, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, do seu Estatuto e das demais normas pertinentes.

Parágrafo único. A implantação da UFGD fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Ao final do projeto de lei, segue uma Exposição de Motivos (EM) ao Presidente da República, justificando a criação da UFGD. Destacamos os seguintes pontos desta EM: 1 a 6, 8 e 9.

1. Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, a partir do desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS.

2. A expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia são objetivos centrais do Governo Federal e foco do debate sobre a reforma universitária. O desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, com a criação de uma universidade pública numa região onde as instituições de ensino superior não conseguem atender à demanda, é uma clara demonstração de compromisso com o desenvolvimento da Região da Grande Dourados, que abrange 37 (trinta e sete) municípios, correspondendo a 15,6% do território estadual e a 41,52% da população de Mato Grosso do Sul. A cidade de Dourados e seu entorno têm a sua economia assentada numa malha rodoviária bem estruturada, e caracterizada pela alta produtividade agropecuária e agroindustrial. A expansão do ensino universitário público em Dourados desempenhará a função, no contexto regional, de um verdadeiro laboratório difusor de experiências de alta produtividade no País nos setores agropecuários e agroindustriais, voltados para os mercados nacionais e internacionais.

3. Outro aspecto singular da Região da Grande Dourados consiste no fato de grande parte dos municípios que a compõem estarem situados na fronteira com a República do Paraguai, o que lhe confere características econômicas, sociais, políticas e culturais que exigem atenção especial do ponto de vista científico e acadêmico, considerando-se que os espaços fronteiriços são áreas privilegiadas para estudos sistematizados que contemplem a diversidade cultural.

Há que se registrar, ainda, a presença da população indígena Guarani (Kaiowá/Ñandeva), que constitui a maior população indígena do Estado, com aproximadamente 25 mil indivíduos, e representa, historicamente, importante papel na construção da identidade socioeconômica e cultural da Região.

4. O campus de Dourados da UFMS começou a funcionar em 1971, inicialmente com dimensões bastante modestas, passando a apresentar um elevado índice de crescimento, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. O Curso de Medicina da UFMS, em Dourados, foi implantado a partir de 2000, contando com a ativação da antiga Santa Casa de Dourados e sua incorporação à UFMS, de modo que se desenvolvessem plenamente as atividades práticas de formação de seus alunos. Quando implantado definitivamente e administrado pela Universidade, o Hospital Universitário permitirá o atendimento não só dos alunos da UFGD, como também da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

5. Atualmente, o Campus de Dourados da UFMS oferece doze cursos de Graduação, seis cursos de Especialização, quatro de Mestrado e um de Doutorado, e conta com 125 docentes, 100 dos quais pertencentes ao quadro da carreira da UFMS.

6. Com a implantação da UFGD serão criados vinte e seis novos cursos de Graduação, um de Especialização, três de Mestrado e três de Doutorado, que atenderão a 2.000 alunos, além de concretizar a implantação do Hospital Universitário. O quadro de pessoal previsto para a Universidade compõe-se de 480 cargos de docentes, 96 cargos de médicos, 279 cargos de funcionários administrativos de nível superior e 608 cargos de funcionários administrativos de nível médio.

8. A repercussão financeira anual, quando da plena implantação da Universidade, referente a pessoal e custeio, está estimada na ordem de R\$ 48.027.993,46 (quarenta e oito milhões, vinte e sete mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos). Durante a fase de implantação, que terá a duração de quatro anos, o valor estimado para o primeiro ano é da ordem de R\$ 21.606.998,37 (vinte e um milhões, seiscentos e seis mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos); para o segundo ano é de R\$ 29.013.996,73 (vinte e nove milhões, treze mil, novecentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos); para o terceiro ano é de R\$ 41.020.995,10 (quarenta e um milhões, vinte mil, novecentos e noventa e cinco reais e dez centavos); e para o quarto ano é de R\$ 53.027.993,46 (cinquenta e três milhões, vinte e sete mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos).

9. Acreditamos, Senhor Presidente, que a criação da UFGD trará grandes benefícios para a Região da Grande Dourados. Ampliará a oferta de ensino superior e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem estar de aproximadamente 800.000 habitantes da região, além dos interessados vindos de outras regiões do Estado do Mato Grosso do Sul e do País.

Logo, podemos constatar a importância atribuída à UFGD no processo de desenvolvimento da Região da Grande Dourados. Portanto, caso naquele momento fosse criada, um número considerável de pessoas seria beneficiada com esta nova IFE. Duas situações destacadas foram a proximidade de Dourados com a fronteira com o Paraguai e que possibilitaria diversos estudos neste espaço fronteiro; temos ainda a população indígena presente na Região que chega a aproximadamente 25 mil índios, que ocupam papel importante na constituição e desenvolvimento da região. Portanto, a UFGD será condutora de um desenvolvimento regional que abrangerá cerca de 800.000 habitantes, fora os indivíduos que virão de outras regiões e outros estados.

O projeto de lei foi assinado eletronicamente pelo então Ministro da Educação, Tarso Genro, e Nelson Machado, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Decorrente desse projeto de lei, temos a Lei Nº 11.153, de 29 de Julho de 2005<sup>52</sup>, assinada pelo então Presidente Lula e publicada no Diário Oficial da União, no dia 01 de agosto de 2005. A lei dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

No artigo 4º, a Lei 11.153/2005 dispõe que passam a integrar a UFGD, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis, integrantes do

---

<sup>52</sup> Lei de Criação da UFGD. Disponível em <http://www.ufgd.edu.br/sobre/lei-de-criacao>.

Campus de Dourados e do Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, na data de publicação desta Lei.

No artigo 5º regulamenta-se o processo de redistribuição para a UFGD os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFMS, disponibilizados para funcionamento do Campus de Dourados e do Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, a partir da data de publicação da referida Lei.

Já no artigo 6º temos a criação de:

- I - os cargos de Reitor e Vice-Reitor da UFGD;
- II - 480 (quatrocentos e oitenta) cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior, conforme o Anexo II desta Lei;
- III - 96 (noventa e seis) cargos efetivos de médico;
- IV - 279 (duzentos e setenta e nove) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior; e
- V - 608 (seiscentos e oito) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível médio.

Além destes cargos foram criadas ainda as funções gratificadas (FG) e Cargos de Direção (CD) para a estruturação da administração da UFGD.

O Artigo 8º dispõe sobre o patrimônio da UFGD, e segue literalmente ao proposto no projeto de lei de sua criação, mencionado anteriormente.

Já no artigo 9º temos a regulamentação dos recursos financeiros da UFGD. Segundo este preceito os recursos financeiros da UFGD serão provenientes de:

- I - dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;
- II - doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;
- III - recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais, observada a regulamentação a respeito;
- IV - resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;
- V - receitas eventuais, a título de retribuição por serviços prestados a terceiros, compatíveis com a finalidade da Instituição, nos termos do Estatuto e Regimento Interno; e
- VI - taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância da legislação pertinente.

Parágrafo único. A implantação da UFGD fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Portanto, são aspectos legais que ganham materialidade, que se expressam na constatação do quadro de servidores – docentes e técnicos administrativos – assim como na dotação orçamentária da instituição. Constata-se uma materialização da ação política no espaço regional.

Nesse contexto, o artigo 10º é apresentada a definição do início do exercício contábil da UFGD, se dará no primeiro dia do ano consecutivo ao da publicação da Lei 11.153/2005, logo a UFGD começou a funcionar como IFE em 01 de janeiro de 2006.

Desta forma passaremos para o quarto documento, tendo em vista que o terceiro documento, o Plano de Ação para Implantação da UFGD já foi apresentado no tópico sobre a implantação da UFGD e os Grupos de Trabalhos para Implantação sob tutoria da UFG.

### **4.3 – O Estatuto Jurídico da UFGD**

O quarto documento a ser analisado é o Estatuto da UFGD<sup>53</sup>. Segundo este documento a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), é uma instituição de educação superior vinculada ao Ministério da Educação, com personalidade jurídica de direito pública, com sede e foro no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

O artigo 2º preconiza que a UFGD goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, na forma prevista na Constituição Federal.

Sobre esta autonomia administrativa destacamos os seguintes incisos:

I – estabelecer a política geral de administração da UFGD;

II – aprovar e alterar o próprio Estatuto, o Regimento Geral e demais instrumentos normativos internos;

III – estabelecer políticas, planos e programas de qualificação de pessoal docente e técnico-administrativo; e

IV – estabelecer normas e critérios adequados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, aplicáveis ao pessoal docente, discente e técnico-administrativo.

Portanto, como preconizado constitucionalmente, o mencionado Estatuto faz referência à autonomia universitária.

Seguindo à sua análise, temos o artigo 4º, o qual traz as diretrizes e princípios da UFGD que são:

---

<sup>53</sup> Estatuto da UFGD, disponível em <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/estatuto-ufgd>.

I – a gratuidade do ensino em seus diferentes níveis e modalidades, cuja responsabilidade é da União, e igualdade de condições para ingresso e permanência na Universidade;

II – a proteção da liberdade acadêmica contra o exercício abusivo de poder interno ou externo à instituição, assegurando o respeito à diversidade de idéias, à liberdade de ensinar e pesquisar, de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, sem discriminação de qualquer natureza;

No artigo 5º temos a definição da finalidade da UFGD. Conforme orienta este dispositivo legal a UFGD tem por finalidade ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, com o objetivo de produzir conhecimento, de ampliar e aprofundar a formação do ser humano para o exercício profissional, para a reflexão crítica, redução de desigualdades sociais e para a solidariedade entre os povos.

No artigo 6º temos as ferramentas que a UFGD utilizará para o cumprimento de suas finalidades, que são estas:

I - promoverá todas as formas do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;

II – ministrará o ensino visando à formação de pessoas para o atendimento de necessidades o desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico regional, do mundo do trabalho urbano e do campo;

III – contribuirá para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural e para o desenvolvimento de atividades que promovam a difusão do conhecimento;

IV - constituir-se-á em fator de integração e de promoção da cultura nacional e da formação e cidadãos;

V – promoverá estudos quanto aos problemas socioeconômicos da comunidade, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional, nacional e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;

VI - integrar-se-á às regiões em que está inserida, pela extensão da educação, da pesquisa e de atividades de prestação de serviços;

Constatamos a orientação institucional, no intuito de planejar e direcionar as atividades de ensino, pesquisa e extensão visando a contribuição para o processo de desenvolvimento regional.

Um mecanismo que foi concebido para aproximar a UFGD da sociedade é o Conselho Social<sup>54</sup>. No artigo 10 do Estatuto, a UFGD define que este Conselho é um órgão consultivo, e se constitui em um espaço de interlocução da sociedade nos assuntos relativos ao desenvolvimento institucional da universidade e às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Segue esclarecendo ainda que o Conselho Social reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano ou, extraordinariamente, quando convocado pelo Reitor ou por requerimento da maioria do Conselho Universitário. Com tais pressupostos, o Conselho Social da UFGD tem as seguintes finalidades:

I – conhecer o planejamento das atividades acadêmicas e administrativas da universidade, suas políticas gerenciais, projetos e programas, com vista à avaliação social de sua efetividade enquanto instituição;

II – acompanhar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade;

III – discutir e indicar demandas da sociedade para a fixação das diretrizes e da política geral da universidade, bem como opinar sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos.

Trata-se, portanto, de uma instância institucional na qual a sociedade é chamada a participar, acompanhar e discutir questões pertinentes à relação das universidades com a sociedade.

Já no artigo 51 temos a orientação de como funcionará o Ensino na Fundação Universidade Federal da Grande Dourados. Este será ministrado mediante a realização de cursos e outras atividades didáticas, curriculares e extracurriculares, e compreenderá as modalidades: graduação, pós-graduação *strict sensu* e *lato sensu*, seqüenciais e extensão.

I - Graduação;

II - Pós-Graduação *stricto sensu* e *lato sensu*;

III - Seqüenciais; e

V - Extensão.

O artigo 53 apresenta que o ensino de pós-graduação terá como objetivo a formação de recursos humanos altamente qualificados e compreenderá programas de pós-graduação *stricto sensu* e cursos de pós-graduação *lato sensu*.

No artigo 57, temos o que considero particularmente, a principal ferramenta para interação com a sociedade, a extensão. Segundo este preceito, a extensão terá como objetivo

---

<sup>54</sup> A sua composição prevê a participação de representantes governamentais nos seus diferentes níveis, assim como trabalhadores, empresários, organizações não-governamentais, estudantes, servidores aposentados e ex-alunos.

intensificar relações transformadoras entre a Universidade e a Sociedade, e se desenvolverá de forma articulada com o ensino e a pesquisa.

#### **4.4 – Regimento Geral da UFGD**

Abordado o Estatuto da UFGD, passaremos à análise do Regimento Geral da UFGD<sup>55</sup>. Logo no seu primeiro artigo, apresenta a sua funcionalidade deste institucional, afirmando que o presente Regimento disciplina a organização e o funcionamento da Universidade Federal da Grande Dourados, bem como estabelece a dinâmica das atividades acadêmicas e administrativas e das relações entre os órgãos da instituição.

No artigo 5º temos os princípios da UFGD. São eles:

- I - publicidade dos atos e das informações;
- II - planejamento e avaliação periódica de atividades;
- III - quorum mínimo para funcionamento dos conselhos;
- IV - condições de perda do direito de representação; e
- V – democracia nas discussões e decisões.

Percebemos que são princípios básicos da democracia, além da questão do planejamento das atividades.

Constatamos também que poderão ser instituídos pelo Conselho Diretor da Unidade Acadêmica poderá instituir Núcleos de Estudos e Pesquisas. Trata-se de organismos exclusivamente de caráter acadêmico, que congregam professores, estudantes e técnico-administrativos de uma ou mais Faculdades, visando executar atividades didático-pedagógico, científico, cultural, artístico, tecnológico e de interação com a sociedade.

Constatamos a existência de dois núcleos que se relacionam com os interesses da nossa pesquisa. O NEFF – Núcleo de Estudos da Faixa de Fronteira e o Observatório da Fronteira<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> Regimento Geral da UFGD, disponível em <http://www.ufgd.edu.br/sobre/regimento-geral-ufgd.pdf>.

<sup>56</sup> Com a ampliação do fluxo de pessoas, serviços e comércio pelo interior do país, cada vez mais a região Centro-Oeste tem despertado atenção e interesse de governo e sociedade brasileira. Com efeito, o processo de integração política, econômica e de infra-estrutura sul-americano tem tornado a fronteira oeste do Brasil uma das regiões mais dinâmicas e com maior potencial de desenvolvimento econômico e social. Aliado a isso, as riquezas naturais e culturais da região atraem estudiosos e turistas em número crescentes ano a ano. Nesse sentido, o curso de Relações Internacionais visa contribuir com a sociedade oferecendo uma plataforma que reunirá notícias e análises da conjuntura política, econômica e social da região centro-oeste do Brasil, com foco específico sobre temas que compreendam a dinâmica da fronteira. Assim, questões relativas a Integração Política e Econômica Regional, Desenvolvimento Social e Econômico, questões de segurança, saúde e meio ambiente na Fronteira, e temas que envolvem a Sociedade e Cultura da região como migrações, direitos humanos, povos indígenas, movimentos sociais, entre outros, serão encontrados em nosso site. O Clipping de notícias de veículos

Constatamos também que no artigo 82, os princípios e critérios que devem referenciar a elaboração e reformulação dos projetos pedagógicos na Universidade. São eles: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e a realidade nacional.

No interior desse processo, o Projeto Pedagógico de cada curso explicitará o modo como a ciência e a pesquisa se interligarão, para garantir o avanço da ciência e a transformação social.

No artigo 123 temos mais uma contribuição a respeito da extensão. Neste artigo temos que a extensão terá como objetivo intensificar relações transformadoras entre a Universidade e a Sociedade, por meio de um processo educativo, cultural e científico.

Já no artigo 133 temos que o planejamento institucional considerará as seguintes etapas:

- I - análise do contexto interno e externo à Universidade;
- II - estabelecimento dos compromissos da Universidade: princípios e diretrizes gerais;
- III - estabelecimento de políticas institucionais; e
- IV - estabelecimento de objetivos institucionais.

Para a implementação deste planejamento o artigo 135 esclarece que para tornar eficiente o planejamento institucional, possibilitando uma análise do contexto interno e externo e o estabelecimento de compromissos e políticas que proporcionem a melhoria contínua da Universidade.

#### **4.5 – PLANO DE AÇÃO 2007-2011 da UFGD**

O sexto documento que analisamos foi o Plano de Ação 2007-2011 da UFGD datado de 2007. Neste documento temos a reafirmação das diretrizes políticas que orientaram a implantação da UFGD. Observamos que:

Dentre tais diretrizes fixamos a busca por excelência profissional, o compromisso social, a defesa da democracia, da ética e da transparência como eixos norteadores na constituição de uma “comunidade de sentidos”, enquanto “um conjunto de pessoas que possuem proximidades de avaliação situacional e de projetos futuros”.

Por um lado, temos a idéia de que a UFGD tem o objetivo de trabalhar para auxiliar e mesmo permitir, ao Estado e às forças econômicas, alcançarem um novo estágio de produção de riquezas em nossa região e no Mato Grosso do Sul, com maior verticalização produtiva e agregação de valor por meio de ciência e tecnologia a ser produzida, de modo central ou subsidiário, na Universidade. Por outro, temos a clareza de que os recursos e os esforços públicos despendidos através da academia somente podem ser justificados se for em benefício direto e indireto da maioria da população. Assim, a produção da riqueza vem acompanhada necessariamente do debate a respeito da sua distribuição e sobre os novos aportes de ciência e tecnologia

para a produção econômica se faz mediados por uma renovada consciência social e ambiental. (UFGD 2007, p. 2-4)

Nesta citação, observamos que o discurso institucional prega um desenvolvimento na questão de produção de riquezas na Região e no MS, pois este seria possível por existir uma maior verticalização produtiva e agregação de valor por meio de ciência e tecnologia a ser produzida, pois com o conhecimento da universidade, isto seria um resultado recorrente. Mais uma vez, temos a difusão da ideia de que o conhecimento produzido na academia será elemento condutor do processo de desenvolvimento regional.

Segundo ainda este plano tais tendências são expressões de contradições sociais profundas que se expressam também na Universidade, sem que se consiga uma acomodação, apesar dos esforços conceituais ou representacionais por vezes elaborados. Logo se a UFGD não pode tomar para si, isoladamente, a responsabilidade para superar tais contradições, opta por escolher um caminho que sem deixar de atender o conjunto da demanda social, privilegie o acúmulo de forças das classes não hegemônicas que possuem anseios históricos, que, sem atendê-los minimamente, impossível pensarmos em uma sociedade mais justa e fraterna.

Desse modo, segundo UFGD (2007), embora a IFE tenha conseguido elaborar projetos que poderíamos chamar de maior expressão no sentido da “inclusão social” como o curso de graduação em Licenciatura Indígena, o curso de graduação em Ciências Sociais para os assentados rurais, o curso de graduação em Libras, o projeto de incubadora para economia solidária, falta ainda um projeto de extensão universitária voltada para os setores mais necessitados da sociedade.

O citado documento faz menção ao programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Brasileiras – REUNI.

Acreditamos que o Programa REUNI, ao qual aderimos, pode ser tomado como uma rara oportunidade para o nosso crescimento com inovação, na direção que estamos apontando. Os recursos financeiros e de pessoal colocados à nossa disposição, aliados com as exigências governamentais de maior inclusão social, maior mobilidade acadêmica, novos percursos profissionais, a busca da interdisciplinaridade, a interação da educação superior com a educação básica, da pós-graduação com a graduação, a preocupação com a repercussão social da ciência e da tecnologia, com a evasão e com a assistência estudantil, devem ser tomados como instrumentos para caminharmos na direção que estamos propondo e que em nossa visão constituem compromissos da Universidade e que resultarão, dependendo dos esforços reunidos e das convicções permanentemente pactuadas, em uma Instituição pública e de qualidade. (UFGD – 2007, p.7)

Destacamos que, segundo o documento interno da UFGD, com a adesão ao REUNI, a UFGD terá como uma de suas características, a inclusão social, pois com a criação de novos

cursos, admissão de servidores e expansão da instituição, tal procedimento será possível. Temos ainda que a implantação do REUNI implicará numa repercussão social da ciência e da tecnologia, pois através destas novas vagas, será possível que um número maior de estudantes ingressem no ensino superior, o que em sua grande maioria, beneficia a população da Região da Grande Dourados.

Portanto, o documento Plano de Ação (2007-2011) foi elaborado com o objetivo de sistematizar a proposta de trabalho e ação da UFGD e de promover seu o envolvimento efetivo na busca de soluções para os problemas inerentes à vida acadêmica, sempre buscando resolução destas questões e a IFE em questão pautando suas ações visando o processo de desenvolvimento regional.

#### **4.6 – PDI UFGD 2008-2012**

O sétimo documento que analisamos foi o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFGD (2008-2012)<sup>57</sup>. No início do documento temos uma contextualização histórica desde a implantação da UFGD.

O documento apresenta que a criação da Universidade Federal da Grande Dourados, em 2005, foi idealizada para ser um instrumento social e político-institucional para responder a imensos desafios da educação superior brasileira, em articulação com o Sistema IFES e do Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente da conhecida macro-região de Dourados, no que tange ao desenvolvimento de sua economia, de sua cultura, das políticas públicas, das relações sociais, de preservação do meio ambiente, enfim, da melhoria da qualidade de vida da população.

Em mais um documento institucional da UFGD, constatamos a preocupação no desenvolvimento regional, preocupação ambiental e benefícios sociais com a existência desta instituição.

Segundo concepção institucional o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFGD procurou esboçar de modo coerente e pormenorizado os programas e as ações que a Instituição desenvolverá no quinquênio (2008/2012) e que responderão à demanda social, política e regional.

Nesse contexto, o Plano significa uma perspectiva e um projeto de vida universitária a serem construídos nos anos de 2008 a 2012 e assim, apresenta as diretrizes, objetivos e metas considerados estratégicos, bem vislumbra o seu crescimento com o Programa REUNI, além do término da primeira fase de sua implantação, tornando-se uma Instituição de Ensino

---

<sup>57</sup> PDI UFGD 2008-2012 – Disponível em <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/pdi-ufgd>.

Superior de porte significativo, com 28 cursos de graduação, mais os projetos especiais de inclusão social, e duas dezenas de cursos de pós-graduação.

Ademais, constatamos que o PDI foi pensado por UFGD (2008) como instrumento que aponta o princípio de construção da UFGD, ou seja, a democracia participativa, pois na sua elaboração participaram todos os setores e segmentos, debatendo e avaliando as questões apresentadas, reelaborando o compromisso de construção da Instituição.

O documento contextualiza que nos anos de 2004 a 2008, a sociedade vem passando por gradativas mudanças econômica, social, política, ambiental, cultural, tecnológica, o que desperta cada vez mais a necessidade de se elaborar diretrizes que permitam avaliar o ambiente em que se vive, com o intuito de direcionar os rumos das organizações. Um dessas maneiras é a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual, permite a maximização das oportunidades e a redução dos riscos iminentes.

Sobre a definição e objetivos da elaboração do PDI, constatamos que:

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado para um período de 5 (cinco) anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Ou seja, é um instrumento do planejamento institucional. Ele se presta à formulação coletiva de objetivos e diretrizes claros. Ele é necessário para garantir empenho e perseverança na construção desses objetivos. Sabemos que a construção de uma dada realidade requer, primeiro, a decisão de construí-la e, segundo, a persistência na construção. O PDI é o escalonamento, num dado tempo, de ações que conduzam à consolidação da realidade desejada.

É objetivo do PDI apontar o futuro que a instituição almeja para si, incorporando ao cotidiano acadêmico o planejamento e a avaliação como atividades de responsabilidade coletiva. Uma visão operacional de futuro deve considerar o ideal de universidade que se tem, expresso pela formulação de sua missão e calcado na visão realista dos desafios, das crises e das exigências contemporâneas, traduzindo essa visão em objetivos claros, diretrizes pertinentes e metas exequíveis.

Mais que um documento, o PDI responde a uma necessidade interna. Ou seja, em razão da amplitude e da complexidade da instituição, os desafios que hoje se apresentam requerem um planejamento mais acurado e efetivo para serem enfrentados com eficácia. O atendimento às demandas de novos cursos de graduação, a melhoria da qualidade dos cursos existentes, a ampliação da competência científica para a pesquisa e para a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, o estreitamento das relações com a sociedade são exemplos de desafios cujas respostas dependem do grau de envolvimento da comunidade interna e externa para com eles. (UFGD – 2008, p.5)

Analisando alguns trechos desta citação, constatamos neste documento que fica evidenciado qual é filosofia de trabalho, missão, diretrizes pedagógicas que a instituição desenvolve ou pretende desenvolver. Princípios estes, que identificamos que estão ligados ao processo de desenvolvimento regional, como verão a seguir. Além disso, fica também a perspectiva de futuro da instituição na qual percebemos uma intenção expansionista da IFE.

Conforme orienta UFGD (2008) a Universidade Federal da Grande Dourados é desdobramento de grandes lutas em busca de um ensino superior gratuito e de qualidade. E que, ao se desmembrar da UFMS, cresceu em seu processo de planejamento, gestão e decisão, através da participação dos diversos agentes, quer internos, quer externos à UFGD. Isto pode ser constatado nas suas diversas instâncias que, juntas, constroem, Planos de ações, elegem prioridades enfim, formam um ente comum, amparado nos princípios que regem a Ética e o compromisso com o bem-estar da sociedade.

Após estas considerações, o documento UFGD (2008) apresenta a missão, visão de futuro da instituição. No tocante a sua “missão” é apontado que a IFE deve gerar, sistematizar e socializar conhecimentos, saberes e valores, por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, formando profissionais e cidadãos capazes de transformar a sociedade no sentido de promover justiça social.

A visão de futuro da UFGD está alicerçada em ser uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência na produção do conhecimento e sua visão humanista.

Portanto, observamos que tanto a missão, quanto a visão de futuro da UFGD, possuem proximidade com o discurso do desenvolvimento regional, pois ao falar que a IFE deve gerar conhecimentos para formação de profissionais, logo quando formados estes estarão na sociedade e serão indivíduos capazes de terem uma capacidade crítica diferenciada em relação ao senso comum. Já no tópico visão de futuro, temos que a UFGD pretende ser uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente, fato que passo pelo reconhecimento também na escala regional. Logo, vemos este reconhecimento regional já vem ocorrendo, pois a UFGD, nos últimos quatro anos consecutivos, foi considerada a melhor universidade do Estado de MS, tradicional UFMS, segundo dados do MEC<sup>58</sup>. Mais uma demonstração que o crescimento e expansão da instituição, estão ligado ao processo de desenvolvimento regional.

Constatamos que as etapas executadas durante o processo de construção da visão estratégica para o quinquênio 2008-2012 possibilitaram a explicitação de um conjunto de aprendizagens estratégicas, entre as quais se destacaram:

- Necessidade de definição de objetivos, metas e projetos para ressaltar a percepção de papel da Universidade para os públicos estratégicos da Universidade;

---

<sup>58</sup> Para conhecer o desempenho das instituições de ensino superior do país, os estudantes podem consultar, entre outros indicadores, o Índice Geral de Cursos (IGC). O instrumento é construído com base numa média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição. Assim, sintetiza num único indicador a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado da mesma instituição de ensino. O IGC é divulgado anualmente pelo Inep/MEC, imediatamente após a divulgação dos resultados do Enade. Fonte: [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=613&id=12305&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=613&id=12305&option=com_content&view=article)

•Carência de monitoramento continuado das oportunidades de geração de conhecimento para a sociedade;

• Necessidade de práticas que permitam identificar, segmentar e avaliar o perfil do público da Universidade e suas necessidades;

• Busca de aplicação de práticas que condizam com as reais necessidades da Universidade, em conformidade com a disponibilidade de recursos orçamentários;

• Estabelecimento de uma lógica de oferecimento de produtos e serviços, voltados, preferencialmente, para o desenvolvimento regional, e em consonância com a visão e missão da Universidade;

• Definição de elementos que favoreçam a aproximação dos conceitos institucionais e que norteiem as decisões estratégicas e gerenciais da Universidade;

•Concretização da visão por meio do desenvolvimento regional, internalizando a preocupação da Universidade com indicadores globais da sociedade, que apontam para a necessidade de ações e iniciativas da Instituição integrarem-se as necessidades sociais e;

• Revisão do processo de construção e de desenvolvimento do plano estratégico e de ação da Universidade, substituindo a atitude reativa pelo processo reflexivo sistêmico, incluindo outras partes interessadas na discussão.

Reforçando nossa temática de pesquisa, observamos algumas ações estratégicas por parte da UFGD, que induzem o desenvolvimento regional. Estamos falando da lógica de oferecimento de produtos e serviços voltados, preferencialmente para o Desenvolvimento Regional, articulando para este objetivo visão e missão da Universidade.

Segundo UFGD (2008), os Pontos Estratégicos reafirmam as escolhas da Universidade, expressas nas soluções e projetos, compreendidos na perspectiva da sua missão. Essa perspectiva explicita os resultados que a UFGD quer atingir e traduz seu papel na sociedade. Na condição de instituição em busca contínua da excelência com sustentabilidade e promoção da justiça social, a UFGD recria-se ao posicionar-se pelo compromisso com o desenvolvimento regional e estabelece um processo marcado pela percepção do seu papel na sociedade, a partir do entendimento de necessidades identificadas e da concepção de ações convergentes com o atendimento destas necessidades.

Conforme apresentado, UFGD (2008) passa a apresentar as oportunidades e ameaças<sup>59</sup> para a UFGD considerando o ambiente externo, visando avaliar as tendências gerais relacionadas à educação superior.

---

<sup>59</sup> As oportunidades envolvem os fatores externos a Instituição que podem ser aproveitados no cumprimento da sua Missão. Já as ameaças são os fatores externos à Instituição, independentes de seu controle, que dificultam ou impedem o cumprimento da Missão.

Com esse escopo, após a consolidação dos trabalhos em plenária com os diversos representantes das Unidades Acadêmicas, foram selecionadas as principais oportunidades e ameaças somadas aos desafios inerentes à Universidade nos dias atuais e os cenários alternativos.

Feito em plenária, a análise de oportunidades e ameaças, destacou-se os seguintes pontos:

Oportunidades:

- Demanda por cursos de graduação e pós-graduação gratuitos e de qualidade;
- Reconfiguração da matriz produtiva com introdução de novos cultivares e tecnologias;
- Parcerias e convênios com Instituições Públicas e Privadas, nacionais e estrangeiras;
- Localização geográfica privilegiada na região de fronteira internacional;
- Diversidade Sócio-Cultural e Ambiental;
- Prestígio institucional da UFGD junto à sociedade;
- Política do Governo Federal em relação à expansão e reestruturação do ensino superior;
- Interação com a educação básica.

Neste cenário de oportunidades, observamos que para a construção do processo de desenvolvimento regional, a UFGD, se insere ao participar da reconfiguração da matriz produtiva com novos cultivares e, sobretudo por novas tecnologias. Um fator já evidenciado como justificativa para criação da instituição, e que também aparece no contexto como oportunidade é a localização geográfica privilegiada na região de fronteira internacional.

Ameaças:

- Mudanças de políticas governamentais, federal, estadual e municipal, que possam comprometer o projeto de expansão da universidade;
- Baixa qualidade da educação básica;
- Desvalorização salarial, com repercussão na contratação e permanência de servidores;
- Inadequação do sistema de transporte para a cidade universitária com o projeto de expansão da UFGD.

Portanto, ameaças externas expressas em possíveis mudanças na conjuntura política e outra de âmbito mais local.

Após UFGD (2008) apresentar este cenário de oportunidades e ameaças, traz a discussão a respeito dos pontos fortes e fracos<sup>60</sup> na instituição. Para tanto, fez-se necessário realizar uma análise do ambiente interno foi apoiada por dados e informações constantes em documentos, em resultados de pesquisas realizadas e com base nas percepções de gestores, colaboradores e de representantes das unidades acadêmicas, representativamente.

Após esta consideração sobre o ambiente intra-muro institucional apontou-se documentalmente os pontos fortes e fracos da UFGD, naquele momento.

Foram elencados os seguintes pontos fortes: corpo docente e técnico-administrativo jovem, dedicado e qualificado; expansão e reformulação do ensino na Instituição; envolvimento institucional de discentes e servidores em ações integradas com bom relacionamento interpessoal; infraestrutura implantada e em expansão; ensino, pesquisa e extensão comprometidos com temáticas sociais (populações indígenas, afro-descendentes, meio-ambiente, movimentos sociais); gestão participativa e democrática; políticas de permanência de discentes na universidade.

Quanto aos pontos fracos, destacaram-se os seguintes: sistemas de informação e comunicação precários; insuficiência de pessoal técnico-administrativo; edificação e estrutura ainda insuficiente para a UFGD; regime acadêmico seriado; indefinição de gestão do Hospital Universitário.

Após as considerações sobre os pontos fortes e fracos da instituição, o documento UFGD (2008) apresenta o cenário proposto para UFGD:

- Consolidação da UFGD, no contexto da expansão e reestruturação do Ensino Superior;
- Desenvolvimento social, econômico e cultural da região;
- Reconfiguração do sistema agroindustrial, com mudanças nas relações de trabalho e na gestão ambiental.

Chamamos a atenção mais uma vez, para a preocupação da IFE com o desenvolvimento social, econômico e cultural da região, preocupação esta externalizada pela IFE neste documento ao considerar os seus pontos fortes e pontos fracos. Logo, como a UFGD demonstra esta inquietação, podemos concluir que a mesma também está interessada no desenvolvimento regional.

Ainda sobre a consolidação e expansão da IFE em questão, UFGD (2008) destaca pontos estratégicos que serão aplicados visando o crescimento da instituição. Dentre estes postos enfatizamos os seguintes:

---

<sup>60</sup> Os pontos fracos são os fatores negativos que, caso não sejam superados, impedirão o cumprimento da Missão. Já os pontos fortes são os elementos mais poderosos, nos quais a Instituição deve apoiar-se para cumprir sua Missão.

- a) Criação de um novo curso de graduação por unidade acadêmica, no contexto do projeto de expansão das Ifes.

Para o cumprimento deste ponto, UFGD (2008) justifica esta ação da seguinte maneira:

- Suprir necessidade de atendimento da realidade sócio-econômica da região e formação de profissionais;
- Existência de demanda para novas áreas de formação, na região e no país;
- Articulação possível e necessária entre verticalização e horizontalização da universidade;
- Perspectiva de criação de novas empresas industriais em Dourados e entorno, demandando profissionais qualificados nas diversas áreas;
- Tornar a Instituição referencial de desenvolvimento social, cultural e científico, aproveitando as oportunidades de mercado e as expectativas por novas áreas do conhecimento.

Como estratégia para o cumprimento deste objetivo evidenciamos a proposição de: criação dos cursos de Artes Cênicas, Economia, Educação Física, Engenharia de Energia, Biotecnologia, Relações Internacionais, Nutrição, Engenharia Agrícola, Psicologia; adesão ao Programa governamental REUNI; diversificar e ampliar a atuação institucional, aproveitando o seu potencial e as oportunidades propiciadas pelo REUNI; implantação dos Laboratórios específicos e multidisciplinares para os Cursos e; contratação de docentes e técnicos administrativos e a complementação da estrutura física e equipamentos.

Portanto, constatamos que para a criação destes cursos, foram observados os anseios da sociedade, bem como as lacunas possíveis de desenvolvimento da região, pois segundo a instituição, a formação de novos profissionais nestes cursos servirá como facilitador no processo de construção do desenvolvimento regional.

O documento apresentado passa a apresentar ações para o desenvolvimento institucional que acreditamos estarem relacionados ao desenvolvimento regional. Seguem alguma destas ações com suas respectivas justificativas.

A ação, estudos de criação de novos cursos e habilitações de graduação e de pós-graduação lato sensu, a partir do projeto de criação da UFGD e/ou novas demandas, justifica-se para suprir necessidade de atendimento da realidade socioeconômica da região e formação de profissionais; existência de demanda; articulação possível e necessária entre a graduação e a pós-graduação da universidade; conjuntura nacional e perfil regional são condições que atraem novas indústrias para Dourados e seu entorno, demandando profissionais qualificados nas diversas áreas; necessidade de ampliação de vagas e diversificação de cursos; necessidade

de oferecer maior flexibilidade e condições de formação na universidade; pesquisa de demanda social nas escolas de nível médio; avaliação Institucional e elaboração de questionários para identificar a demanda social; diversificar e ampliar a atuação institucional, aproveitando o seu potencial e as oportunidades propiciadas pelo REUNI.

A preocupação com o desenvolvimento regional, mais uma vez evidencia-se considerando que a UFGD acolheu demandas e justificativas para suprir a necessidade de atendimento da realidade socioeconômica da região para formação de profissionais. Outro ponto a ser destacada, é a conjuntura nacional e perfil regional que são condições que atraem novas indústrias para Dourados e seu entorno, demandando de profissionais qualificados; para isso a UFGD ao formar seus profissionais contribui de forma direta no desenvolvimento regional.

Outra ação apresentada é o Programa de atuação junto às escolas de educação básica, visando à formação de professores e aplicação de projetos das diferentes áreas do conhecimento. Como justificativa para o cumprimento desta ação, o documento UFGD (2008) apresenta o seguinte: apoio a escola básica pública com vistas a qualificar a formação do educando;

As estratégias que viabilizaram esta ação, segundo UFGD (2008) são: criar um sistema de formação integrada para as Licenciaturas, racionalizar recursos e aumentar a oferta de vagas; implantar sistema de entrada misto e o estabelecimento de reserva de vagas (25% do total de vagas da UFGD) para alunos de escola pública; diversificar e ampliar a atuação institucional, aproveitando o seu potencial e as oportunidades propiciadas pelo REUNI.

Mais uma ação apontada no documento UFGD (2008) é o fortalecimento dos programas de pós-graduação já existentes e criação de no mínimo um novo programa de pós-graduação, por unidade acadêmica. Tendo em vista a existência de demanda e carência de cursos públicos de pós-graduação;

E por fim, o Projeto de Incorporação, com definição do modelo de gestão, do HU pela UFGD. A justificativa para esta ação foi melhorar a qualidade de ensino da graduação e permitir a implantação de residência médica, pois são etapas da formação médica interligadas, tendo como estratégia principal a incorporação do Hospital Universitário pela UFGD, fato que aconteceu em janeiro de 2009.

Com tais pressupostos, o documento (UFGD, 2008) aponta que:

A partir disso, a expansão do ensino universitário público em Dourados poderá assumir dentre outras, a função, no contexto regional, de laboratório difusor de experiências de alta produtividade no País em termos agropecuários e agroindustriais, em busca de mercados nacionais e internacionais. (UFGD – 2008, p.26)

Podemos observar o destaque da questão regional, conforme se vê nas considerações de UFGD (2008).

Nossa primeira linha mestra diz respeito a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerando a multidisciplinaridade no desenvolvimento das ciências e na sua operacionalização. Dado que o conhecimento é a principal fonte de crescimento e desenvolvimento social, econômico e tecnológico de uma região, o mesmo não pode e não deve estar ligado somente a Universidade, mas também tem de ser levado à comunidade em geral. Sendo assim, um dos princípios da Universidade Federal da Grande Dourados é a universalidade do conhecimento, assim como a busca de fomento à interdisciplinaridade aos seus acadêmicos.

A UFGD ministrará o ensino visando à formação de pessoas para o atendimento de necessidades de desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico regional, do mundo do trabalho e do campo, além de contribuir para o desenvolvimento de atividades que promovam a difusão do conhecimento.

A gestão democrática é o foco da segunda linha filosófica da Instituição, pois há um posicionamento claro e contrário quanto ao exercício abusivo de poder interno ou externo à Instituição, de modo que, a UFGD busca assegurar e propagar o respeito à diversidade de idéias; crenças; culturas; à liberdade de ensinar e pesquisar; de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; para que não haja discriminação de qualquer natureza.

A nossa terceira linha diz respeito ao compromisso social, isto é, a UFGD busca formar pessoas que se preocupam e valorizam o ser humano, através da solidariedade, do respeito à vida, com o intuito de não permitir que o homem seja apenas um mero “objeto”, e sim um ser que é dotado de sentimentos, anseios, perspectivas e desejos, de maneira que a procura da incessante maximização de lucros deve levar em consideração os fatores humanos.

Além disso, busca-se difundir a conscientização em relação à preservação do meio em que se vive, procurando a racionalização e a utilização plena dos recursos materiais, naturais e humanos. Portanto, os alunos, técnicos administrativos e professores devem assumir a missão da universidade com compromisso social.

A garantia de ensino gratuito é quarta linha mestra da UFGD, e está ligada à responsabilidade social, dado que a busca de propiciar a gratuidade ao acesso à Universidade, também se dá através dos avanços no apoio e incentivo a permanência dos alunos, contribuindo para a sua inserção no direito de aprender, que é direito de todos os cidadãos. Grifo nosso. (UFGD – 2008, p.27)

Temos evidenciado no decorrer da pesquisa os pontos que relacionam a documentação da UFGD, com a concepção de desenvolvimento regional. Isto fica muito mais claro na citação anterior, principalmente no trecho que grifamos, na qual demonstra que o objetivo da IFE é formar pessoas para o desenvolvimento social, econômico, científico, tecnológico regional, pois segundo a concepção da instituição, somente desta maneira será possível uma transformação da sociedade.

UFGD (2008) traz ainda a caracterização das políticas de extensão da UFGD. De caráter regional destacamos as seguintes:

- Desenvolver e implementar serviços permanentes de avaliação, bem como ações especiais de acompanhamentos de programas e projetos, especialmente os dirigidos à implementação de políticas públicas e de atendimento às necessidades básicas da população e de melhoramento das suas condições de vida;
- Buscar convênios com os poderes públicos para estudos e assessoramento no desenvolvimento de projetos sociais: habitação popular, zoneamento urbano, saúde, educação básica e outros de interesse comunitário;
- Organizar reuniões temáticas de caráter regional e nacional, propondo ações para desenvolvimento de políticas públicas na área de extensão;
- Estabelecer possibilidade e mecanismos de trabalho cooperativo inter-universitário (níveis estadual, regional, nacional e internacional) e interinstitucional.

Na caracterização da política de extensão da UFGD, fica evidenciada em todas elas, a preocupação da IFE com o processo de desenvolvimento regional, pois em praticamente todos os tópicos anteriormente elencados temos o termo “regional”. Mais um argumento que reforça a nossa temática de pesquisa.

Temos ainda a seguinte afirmação que se relaciona com o processo de desenvolvimento regional:

O maior compromisso social da UFGD é a construção de uma sociedade mais justa, enfatizando a contribuição para a inclusão social e o desenvolvimento da região. (UFGD – 2008, p.30)

Uma outra questão que aparece no documento UFGD (2008) é a justificativa da não criação de campus em outras cidades. Segundo o documento a UFGD é uma universidade que se encontra num período *sui generis* e nesse sentido ainda caminha nas discussões sobre as possibilidades de abertura de cursos fora da sua sede na cidade de Dourados. Concebe-se que é preciso consolidar os cursos existentes em nossas unidades e ampliar políticas afirmativas de graduação para que seja possível vislumbrar a programação de abertura de cursos fora da sede da Universidade.

Sobre os cursos de graduação, UFGD (2008) afirma que estes passaram por um processo de reelaboração de seus projetos pedagógicos, bem como de suas estruturas curriculares. Para tanto, é *mister* que os conteúdos de ensino sejam construídos para atender a

integração com a realidade local, regional e nacional<sup>61</sup>. Tal integração poderá contribuir com o processo de desenvolvimento regional.

Ainda UFGD (2008) afirma que na pós-graduação e pesquisa, os conteúdos programáticos dos diversos programas contemplam a realidade regional, local e nacional, seguindo o proposto nos projetos apresentados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e cada programa inclui mais de uma linha de pesquisa de tal forma que o discente possa se encaixar numa linha que se enquadre melhor com suas aspirações e seu perfil.

Um exemplo desta alegação, é o Mestrado em Geografia. O curso possui duas linhas de pesquisa sendo: Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza e; Espaço e reprodução social: práticas e representações. A primeira linha, segundo o programa, a produção do espaço regional e a fronteira (também uma produção-reprodução) são marcadas pela relação dialética entre dinâmicas políticas, econômico-produtivas e físico-geográficas. Analisados conjunta ou separadamente, os movimentos dessa dialética pressupõem a compreensão tanto das formações sócio-políticas regionais (da escala da “Grande Dourados” às escala sul-americana e global), das formações econômicas, e de como a produção material e simbólica da Natureza (como recurso, imagem ou representação) participa tanto de práticas de intervenção como de movimentos próprios de redefinição físico-geográficos.

Especificamente, as pesquisas dessa linha permeiam discussões sobre Políticas Públicas através dos seguintes vetores: Normas de uso do território, Ações de planejamento regional pela intervenção do Estado através de investimentos diretos, Discussão sobre integração regional sul-americana, Apropriação dos espaços de fronteira e Planejamento socioambiental do Território.

Os temas e as problemáticas sobre Dinâmicas Produtivas aglutinam estudos sobre configurações territoriais produtivas determinadas pelas atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços. Suas pesquisas relacionam-se à Industrialização, Produção agroindustrial, Comércio exterior e integração regional sul-americana, Economia de serviços, Fluxos, circulação e logística e Atividade turística na produção do espaço.

Enquanto que Dinâmicas da Natureza agrupa as pesquisas direcionadas ao campo e temáticas da Geografia Física. Esses estudos analisam, diagnosticam e elaboram prognósticos sobre as condições ambientais resultantes das dinâmicas produtivas e ações públicas nas bacias do Paraná e do Paraguai, em especial na porção sul mato-grossense destas bacias.

---

<sup>61</sup> Procura-se também atentar para a necessidade de instauração de um projeto que venha ao encontro das expectativas das novas tecnologias educacionais e que, sobretudo, apresentem características que acompanhem as modificações propostas pelas novas diretrizes curriculares e as especificidades dos cursos de graduação.

Acredita-se que nesse âmbito poder-se-á compreender as condicionantes que contribuíram para as modificações e os impactos socioambientais. O foco é o desenvolvimento de pesquisas que incluam: Análise de bacias hidrográficas, Estudos da dinâmica atmosférica, Identificação e análise de geossistemas, Geração e aperfeiçoamento de técnicas de análise socioambiental, Geotecnologias para análise do espaço geográfico, Metodologias de análise e planejamento ambiental e A Natureza nos espaços de fronteira.

Já a segunda linha de pesquisa do programa de pós graduação em Geografia, temos que a produção do espaço regional e a fronteira têm suas relações pautadas sobre movimentos de produção e reprodução espacial que são, eles mesmos, movimentos de produção e reprodução social, em dialéticas de produção-reprodução, construção-reconstrução, invenção-reinvenção, imaginações-“re-imaginações”, experiências e vivências que redefinem a todo o momento rearranjos “socioespaciais” múltiplos, por vezes contrastantes, tensos e conflitantes, por vezes solidários e desestabilizadores de processos espaciais heterônomos.

Em geral, no atual modelo econômico, as transformações técnico-produtivas e organizacionais se reestruturam em moldes industriais, que pautados por uma lógica de mercado, têm imprimido novas configurações territoriais com a aparente consumação da separação entre as áreas urbanas e rurais, exprimindo uma lógica contraditória em que campo e cidade se unem dialeticamente. No contexto de região de fronteira internacional Brasil-Paraguai, em que se tem o predomínio do agronegócio nas relações econômicas, bem como a produção de territorialidades alternativas ao modelo dominante por meio da organização de camponeses e de indígenas, essa dinâmica apresenta particularidades, o que leva a considerar a relevância de estudos relacionados às relações “socioespaciais” do campo sem, evidentemente, deixar de compreendê-las em aproximação tanto com as dinâmicas urbanas como extra-regionais.

Da mesma forma, o aumento do interesse pela produção dos espaços urbanos não metropolitanos (em decorrência, dentre outros, de sua maior participação no total populacional do país), torna premente o desenvolvimento de pesquisas que possam contribuir para a construção da conceituação de “cidades médias”, buscando determinantes para a compreensão da realidade dessas cidades e ampliando o escopo da análise das dinâmicas que configuram sua complexidade e singularidade “socioespacial”, sobretudo em área de fronteira (fronteira e fronteiras que fazem parte do processo de reprodução social e, sendo inerentes à reprodução social dos homens, possuem territorialidade, sendo, portanto, também vividas). Ademais, torna-se importante pontuar alguns determinantes do universo social dos que,

devido às formas diferenciadas de apropriação do espaço, vivem comprimidos pela condição de fronteira imposta pela instituição jurídica da propriedade privada da terra.

A pluralidade cultural presente nas relações de vivência cotidiana na fronteira também se expressa no âmbito da educação formal. Faz-se necessária uma nova compreensão das relações entre educação e cultura(s) que se relaciona a uma concepção de escola como um espaço de cruzamento de culturas, fluído e complexo, atravessado por tensões e conflitos. É fundamental que os currículos escolares incorporem referentes de diferentes universos culturais, coerentes com a perspectiva intercultural. Neste caso, a interculturalidade é o referencial para a reflexão sobre processos educativos, metodologia, ensino de Geografia, identidade e práticas pedagógicas.

Especificamente sobre os estudos relacionados à fronteira ou às fronteiras, as contribuições e principais questões abordadas nas pesquisas em torno da linha de pesquisa Espaço e Reprodução Social, tangenciam questões relacionadas à interculturalidade, aos processos de ocupação, uso e apropriação concretos e simbólicos do espaço como em processos de identificação/diferenciação, em práticas pedagógicas e performativas escolares e não escolares, como também as relações entre fronteiras e mobilidades e mobilidades das fronteiras.

Mais uma vez, portanto, temos argumentos que reforçam a concepção de desenvolvimento regional.

Ainda segundo UFGD (2008), a Universidade Federal da Grande Dourados vem firmando parcerias com Prefeitura Municipal de Dourados e da região, Universidades, Governo do Estado através das suas Secretarias, empresas públicas e privadas, dentre outros.

A idéia é viabilizar parcerias que possibilitam a participação da UFGD em empreendimentos, bem como criar a parceria com sistema da rede de “Incubadoras” tecnológicas e de serviços.

Fundada desde 2006, a Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias ITESS/UFGD, é um programa de extensão universitária que desenvolve ações com Empreendimentos de Economia Solidária (EES) nos âmbitos sociais, econômicos e políticos, pautadas em um processo educativo dialógico estruturado nos princípios da economia solidária.

O programa se desenvolve por meio de um núcleo interdisciplinar e multidisciplinar organizado pela atuação de um quadro formado por docentes, acadêmicos/as, técnicos/as, movimentos sociais e outras instituições, buscando assim, socializar o conhecimento e ampliá-lo para rumos mais solidários objetivando a transformação da sociedade e da própria universidade. Desse modo, a Incubadora prima pela geração de trabalho e renda, com

princípios de formação política, ampliação e troca de saberes, enfim, desenvolve reflexões acerca da conquista de cidadania e direitos humanos.

A ITESS/UFGD está interligada a uma rede de experiências coletivas pautadas em alternativas solidárias para a geração de trabalho e renda envolvendo instituições, governos e movimentos sociais no Brasil e em outros países do mundo.

As ações da Incubadora se concretizam por meio de atividades que envolvam grupos em situação social e economicamente vulneráveis, mediadas por princípios cooperativos, solidários na busca de constituir mecanismos de melhoria de vida e inclusão social.

Atualmente, os beneficiários ou grupos incubados pela ITESS/UFGD é composto por 10 grupos de empreendimentos sociais sendo 9 grupos rurais e 1 grupo urbano.

Logo, o programa de incubadoras, é considerado mais um instrumento de construção do processo de desenvolvimento regional.

A atuação se reflete nos atendimentos médico-hospitalares, assistenciais oferecidos para a comunidade, através do Hospital Universitário, na transferência de conhecimentos mediante atividades de pesquisa e de extensão vinculadas a programas e atividades interdisciplinares de cunho sociais, econômicos, administrativos e ambientais.

Já sobre a estrutura física da UFGD, o documento apresenta as seguintes instalações:

## Unidade 1

**Foto 1 – Unidade I da UFGD**



Fonte: [www.ufgd.edu.br](http://www.ufgd.edu.br).

A Unidade 1, localizada na Rua João Rosa Góes, nº 1.761, ocupa uma quadra de 10.000,00 m<sup>2</sup>, com área construída, de 3.974,85 m<sup>2</sup>, que representa aproximadamente 30% do terreno. Encontra-se dividida em oito edifícios, designados como blocos, todos com pavimento único. Esta Unidade encontra-se hoje inserida no espaço urbano, próxima a outras instituições de ensino, parque público, centro cultural com teatro e salas de exposições, residências de alto padrão - comércio e serviços. Serviço de transporte coletivo, água, esgoto pluvial e sanitário, além de coleta regular de lixo.

**Foto2 – Unidade II da UFGD**



Fonte: [www.reuni.mec.gov.br](http://www.reuni.mec.gov.br)

A Unidade 2 localiza-se a 12 km do centro da cidade de Dourados, próximo à rodovia estadual MS 270, que liga Dourados ao distrito de Itahum. Constitui-se em uma gleba de 90,00 ha, de topografia que se apresenta com suave declividade, de cerca de 1%. A área possui uma pequena reserva florestal. Esta área se distribui em edifícios – que também recebem, na Unidade 2, a designação de blocos – com diferentes dimensões e tipologias construtivas. A maioria dos blocos possui dois pavimentos, outros possuem dois pavimentos e uma biblioteca, que possui três pavimentos.

A área é dotada de subestação de energia elétrica exclusiva. O abastecimento de água é garantido por poços, o esgoto se esvai em fossas e sumidouros e a destinação final do lixo é precária, existindo um pequeno aterro sanitário à margem de rodovia.

**Foto 3 – FAECA**



Fonte: [www.ufgd.edu.br](http://www.ufgd.edu.br)

A Unidade 3, denominada FAECA – Fazenda Experimental de Ciências Agrárias, localiza-se a 07 km da Unidade 2, próximo à rodovia que liga Dourados ao distrito de Itahum. Constitui-se em uma gleba de 294,0634 ha, com topografia que se apresenta, a semelhança da Unidade 2, suave declividade de cerca de 1%. A área possui uma reserva de mata ciliar, às margens dos Córregos São José (a leste) e do Córrego Paradoiro (a oeste) e uma área de inundação (várzea) preservada, onde podem ser feitas pesquisas ligadas à geografia, biologia, agronomia, entre outras áreas.

Sua infraestrutura (edifícios e instalações elétricas, de abastecimento de água e esgoto sanitário e pluvial) estão sendo avaliados, e algumas ações, como a regularização do fornecimento e distribuição de energia elétrica, estão implementadas.

**Foto 4 – FADIR**



Fonte: [www.ufgd.edu.br](http://www.ufgd.edu.br)

A exemplo da Unidade 1, a Unidade 4 encontra-se hoje inserida no espaço urbano, próxima a outras instituições de ensino, ainda que o crescimento da densidade de ocupação das quadras ao redor esteja ainda em andamento. Nas proximidades há estabelecimentos de comércio e serviços. Há serviços de transporte coletivo, água, esgoto pluvial e sanitário, além de coleta regular de lixo.

O terreno possui declividade de cerca de 5%, um pouco maior do que a que encontramos na Unidade 1, em virtude de estar situada mais próxima ao fundo de vale do Córrego Laranja Doce.

O terreno destina-se especificamente para construção da Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR), com área construída de 2.414, 29 m<sup>2</sup>. Nesse prédio funcionam os cursos de Direito e de Relações Internacionais.

#### 4.7 – Plano de Ocupação Física da Unidade II – 2008-2012

O oitavo documento analisado neste trabalho é o Plano de Ocupação Física da Unidade II – 2008-2012<sup>62</sup>.

Apesar de num primeiro momento pensarmos que seria um documento apenas técnico sobre o planejamento de ocupação do espaço na Unidade II da UFGD, foram apresentadas considerações importantes para a pesquisa.

UFGD (2008b) afirma que a Universidade Federal da Grande Dourados, no período de três anos (2005-2008), passou por um processo de implantação e consolidação de sua estruturação e funcionamento, dentro do Projeto de Expansão do Governo Federal (2003-2006), além de lançar as bases sobre as quais crescerá nas próximas décadas, em vigoroso processo de planejamento. O documento apresenta ainda aspectos históricos importantes que demonstram a preocupação dos gestores sobre os rumos da Universidade, bem como sua articulação com as demandas sociais, de desenvolvimento regional e com as políticas públicas do ensino superior no Brasil.

Ainda sobre a UFGD, o documento UFGD (2008b) afirma que:

A Universidade Federal da Grande Dourados, fruto de lutas em busca de um Ensino Superior gratuito e de qualidade, ao se desmembrar da UFMS, cresce em seu processo de planejamento, gestão e decisão, através da participação dos diversos agentes, quer internos, quer externos à UFGD. Isto pôde ser acompanhado em diversas instâncias da Universidade que, juntas, construíram proposta estatutária, regimentos, Planos de Ações, vem elegendo prioridades, formando e capacitando seus agentes; enfim, formam um ente comum, amparado nos princípios que regem a Ética e o compromisso com o bem-estar da sociedade. (UFGD – 2008b, p.4).

A concepção apresentada no documento em análise é de que planejar se constitui como ato imprescindível no processo de desenvolvimento de qualquer Universidade e deve ser considerado um instrumento fundamental para a atuação administrativa. Sua elaboração precisa atender a curto e médio prazo as expectativas de crescimento e desenvolvimento da instituição, prever a distribuição lógica, no tempo e no espaço, dos recursos disponíveis, visando construir um processo capaz de conduzir à realização de um Projeto, estabelecendo prioridades e, fundamentalmente, ser um referencial, mas que permita mudanças, adaptações e (re) direcionamentos.

Já tecendo considerações sobre a ocupação da Unidade II no período de 2008 a 2012, UFGD (2008b) apresenta que as perspectivas de crescimento da Instituição nos próximos anos são palpáveis, principalmente porque recursos estão definidos e liberados para a sua implantação e consolidação, desde o ano de 2005, e os orçamentos de 2006 e 2007 permitiram

---

<sup>62</sup> Plano de Ocupação Física da Unidade II – 2008-2012, disponível em <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/plano-de-ocupacao>.

a continuidade destas medidas. Novos cursos foram implantados no segundo semestre de 2006<sup>63</sup> e com o REUNI<sup>64</sup> outros nove cursos de graduação foram implantados a partir de 2009, bem como 16 Cursos de Mestrado e Doutorado.

Recursos de mais de R\$ 45 milhões foram previstos no Plano Plurianual (2005-2008), pelo Governo Federal, para a implantação da UFGD, envolvendo a ampliação e adequação da área construída, aquisição de livros, laboratórios, materiais e equipamentos e demais despesas de custeio. No PPA (2009-2012) estavam previstos recursos de investimento para fechamento da Expansão Fase 1 e do REUNI.

Contextualizando o espaço físico, UFGD da Unidade II, de acordo com o Plano Diretor do Município, esta área está classificada como Zona de Interesse Urbanístico 2 (ZEIU 2), área cujo entorno necessita de readequações urbanísticas ou diretrizes para a implantação de novas vias urbanas.

Apesar da distância do centro de Dourados, a Avenida Guaicurus – que dá acesso - tem importantes estruturas urbanas: ligação com o Hospital Universitário, um Centro de Convenções da Prefeitura Municipal, em construção, a 4ª Brigada de Cavalaria do Exército, sede do 28º Batalhão Logístico do Exército; o Centro de Tradições Gaúchas, Aeroporto de Dourados, dentre outras.

Tais instalações devem interferir no processo de expansão territorial urbana em direção (leste) àquela região da cidade. Tal condição já vem ocorrendo em decorrência da instalação do Hospital Universitário.

UFGD (2008b) ressalta que as novas edificações destinadas às atividades acadêmicas têm sido construídas na forma de edifícios-padrão, similares em dimensões, diferenciando-se uns em relação aos outros na distribuição interna de ambientes. Ademais os prédios novos da FAED, FCA e FADIR foram projetados com área maior, pois se constatou que as salas de aula dos blocos da FCH, FACE e FCBA ficaram limitadas a 50 carteiras, condição que não atende a meta de ampliação de vagas de ensino superior público do Governo Federal e também as metas da UFGD.

Outro ponto destacado por UFGD (2008b) é o fator de que não apenas as atividades acadêmicas deverão ter sua área física ampliada, mas as atividades para-acadêmicas merecerão serem alojadas em instalações apropriadas. Além disso, as necessidades de serviços apontadas que se agravaram com a maior demanda de alunos e funcionários deverá ser amenizada com a construção de um Centro de Convivência, com serviços como

---

<sup>63</sup> Zootecnia, Gestão Ambiental, Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Química, Ciências Sociais e o curso de Licenciatura indígena para as comunidades Guaranis e Kaiowás.

<sup>64</sup> Psicologia, Nutrição, Artes Cênicas, Relações Internacionais, Educação Física, Biotecnologia, Química, Engenharia de Energia e Economia.

lanchonetes, posto bancário, reprografia, livraria, papelaria, farmácia, salão de jogos, cafeteria e internet. Tal obra facilitará a permanência dos usuários em um campus que ainda se encontra distante da cidade.

Sobre as principais preocupações apresentadas para a distribuição espaço-temporal na Unidade II, UFGD (2008b) elencou as seguintes:

- 1) a proximidade com estruturas já existentes, que diminui custos;
- 2) a garantia de funcionamento dos diferentes setores e unidades da UFGD, que exige ações administrativas e
- 3) facilidades e dificuldades de (re)instalação em outra área. (UFGD, 2008b).

Outros pontos reforçados por UFGD (2008b) foram os aspectos que ratificam a preocupação temporal da instituição que tinha como obrigação apresentar a proposta de ocupação da propriedade da Unidade II, como já referido, mas não seria possível fazê-lo sem considerar a temporalidade necessária para a instalação de edificações em terreno atualmente ocupado com atividade de ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto foram estabelecidos critérios com base nos princípios de:

- 1) Respeito ao planejamento da organização espacial já aprovada e conhecida pela comunidade;
- 2) Distribuição de infra-estrutura básica instalada e/ou programada;
- 3) Tipologia da construção e objetivo da edificação respeitando sua função e condições exigidas para funcionamento;

Concebe-se que a organização espacial proposta e em execução deverá servir de objeto para futuras e importantes discussões a respeito dos caminhos a seguir para a ampliação da área construída da Universidade. Todavia, entende-se que qualquer que seja a decisão futura sobre usos projetados dessas áreas de expansão, respeitados os princípios e preocupações definidas, permitirá expressivos avanços e revisões deste “zoneamento”, bem como ampliação das vias internas propostas.

Ainda considerando as novas edificações, UFGD (2008b) apresenta que partes significativas das edificações existentes na Unidade II foram instaladas pela UFMS, de modo que o crescimento da UFGD tem sido impactado pela necessidade de constantes reformas em edifícios antigos e que não tem, atualmente, condições para suportar o crescimento da própria universidade, necessitando de reformas, readequações e até a destinação para outros usos.

Algumas reformas remontam a instalação da UFGD e vem atendendo basicamente estruturas voltadas para interesses acadêmicos. Foi o caso da reforma de espaço de antigos laboratórios para a ampliação do atual restaurante; do Bloco C, para instalação da Biblioteca

da UFGD, além de estruturas da jardinocultura, da entomologia, o bloco Pereira Lins, o Bloco A, o aviário, entre outros.

Por fim, UFGD (2008b) argumenta que em qualquer processo decisório e este estabelecimento de política (neste o caso da ocupação espacial da Unidade II), há prejuízo para algum aspecto ou interesse. Cabe estabelecer, de antemão, quais aspectos ou ações deverão ser privilegiados, tendo em mente que a natureza das atividades, a dinâmica das ações e o conflito de interesses incapacitam a elaboração de soluções perfeitas e/ou definitivas.

#### **4.8 – Diretrizes da UFGD no REUNI 2008-2012**

O nono documento analisado são as Diretrizes da UFGD no REUNI 2008-2012<sup>65</sup>, elaborado pela UFGD (2007).

UFGD (2007) apresenta os principais pilares que formam o atual perfil da UFGD são: Crescimento e formação profissional; Desenvolvimento regional, social e ambientalmente comprometido; formação profissional humanista e transdisciplinar; Universidade com maior inclusão social; Ensino superior articulado com o ensino básico e, qualidade institucional.

O documento apresenta ainda várias metas de desenvolvimento institucional, bem como estratégias para o alcance destas metas e as etapas de implementação das mesmas.

Segundo UFGD (2007), a Universidade Federal da Grande Dourados encontra-se em um momento privilegiado, no sentido de oferecer condições para consolidar, ampliar e aprofundar um processo de transformação em curso, o que poderá viabilizar uma proposta de renovação pedagógica no ensino superior.

Para alcançar um desafio dessa natureza, há necessidade de avançar na mobilização de todos os professores para o diálogo e processo de reflexão sobre a melhoria da qualidade da proposta pedagógica nesta universidade.

Com esse pressuposto, torna-se imprescindível, realizar um amplo debate sobre a reestruturação curricular para a superação da fragmentação e dicotomização dos saberes acadêmico; sobre a revisão das práticas pedagógicas para o combate à evasão e repetência nas diferentes Unidades Acadêmicas (Faculdades).

Neste contexto, as diretrizes apontam que a renovação pedagógica na educação superior compreende: a flexibilização e articulação curriculares; organização curricular por ciclo de formação, geral e específico<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> REUNI – UFGD 2008-2012, disponível em <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/reuni>.

<sup>66</sup> O ciclo de formação geral consiste em oferta ampla de disciplinas voltadas para uma formação sólida nas áreas das ciências humanas, sociais, política e cultural, essenciais para a formação profissional e ética do cidadão. O ciclo de formação profissional inicia-se na segunda etapa da graduação e aprofunda-se na pós-graduação.

Essa proposta pedagógica relacionada a construção do conhecimento de forma compartilhada, exige dos docentes posturas reflexivas sobre os discursos, eliminação das barreiras atitudinais, instrucionais, de comunicação e, principalmente, a adoção de práticas pedagógicas diversificadas para a eficaz promoção da aprendizagem.

Nesse contexto, o documento “diretrizes” enfatiza que a UFGD vem implementando ações no sentido de garantir a qualidade da graduação e pós-graduação na educação pública, têm buscado reafirmar o compromisso social dos educadores e a articulação de seus cursos, programas e projetos com as demandas dos diferentes segmentos sociais nas escalas local e regional.

Destaca que a articulação entre a UFGD e a educação básica tem ocorrido por meio de estágios supervisionados, projetos de pesquisa, e projetos de extensão institucionais<sup>67</sup>.

UFGD (2007) afirma ainda que a Universidade buscará alternativas que possibilitem a melhoria da qualidade do ensino e oferecer aos professores da própria universidade e de outras da região, projetos de capacitação que viabilizem apoio pedagógico e, de uma forma geral, promover seu aperfeiçoamento profissional, científico e pedagógico.

Sobre políticas de inclusão, UFGD (2007) afirma que esta instituição prioriza ações comunitárias centradas na discussão dos direitos humanos e sociais; na formação contínua de

---

<sup>67</sup> Entre outros destacamos os seguintes: PRODOCENCIA: constitui-se em uma iniciativa da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação que visa à elevação da qualidade da Graduação, tendo como prioridade a melhoria do ensino dos cursos de licenciatura e a formação de professores. Entre os principais objetivos estão o de formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior no país; ampliar e dinamizar as ações voltadas à formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos cursos de licenciatura das Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores - com ênfase no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; PROLICEN: O PROLICEN/UFGD tem como objetivos incentivar a participação de discentes da UFGD, por meio de concessão de bolsas, em projetos de pesquisa de natureza institucional, que: a) invistam na qualidade dos cursos, para aprimorar e incentivar a formação de profissionais capacitados para desenvolverem ações pedagógicas apoiadas no trabalho coletivo e que busquem a interdisciplinaridade; b) promovam a permanência e a conclusão do curso pelos acadêmicos, propiciando uma formação docente inicial de qualidade que vise superar problemas durante o processo ensino-aprendizagem; c) proporcionem uma efetiva articulação das licenciaturas com a educação básica, tendo no princípio da unidade entre teoria e prática a busca de uma sólida formação docente; d) favoreçam a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão na formação de profissionais para a Educação Básica ou na formação continuada de professores; PIBID: tem como objetivos: a) incentivar a formação de professores para a educação básica, especialmente para o ensino médio; b) valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente; c) promover a melhoria da qualidade da educação básica; d) promover a articulação integrada da educação superior do sistema federal com a educação básica do sistema público, em proveito de uma sólida formação docente inicial; e) elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciaturas das instituições federais de educação superior; f) estimular a integração da educação superior com a educação básica no ensino fundamental e médio, de modo a estabelecer projetos de cooperação que elevem a qualidade do ensino nas escolas da rede pública; g) fomentar experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, que utilizem recursos de tecnologia da informação e da comunicação, e que se orientem para a superação de problemas identificados no processo ensino-aprendizagem; h) valorização do espaço da escola pública como campo de experiência para a construção do conhecimento na formação de professores para a educação básica; i) proporcionar aos futuros professores participação em ações, experiências metodológicas e práticas docentes inovadoras, articuladas com a realidade local da escola.

profissionais e técnicos da comunidade na prestação de serviços, na realização de cursos e na assistência à saúde.

São propostas baseadas em demandas da sociedade, e na participação, caracterizadas, portanto, como “extensão popular”. Atendem às multiplicidades de perspectivas nas áreas da ciência, da arte, educação e tecnologia em consonância com as prioridades regionais.

Esses projetos tendem a se fortalecer no espaço institucional, na medida em que as ações transpõem os muros da Universidade e abrangem ações educativas junto aos movimentos sociais. Assim, professores e estudantes insatisfeitos com o modelo de formação e das práticas profissionais opressoras procuram, no contato com os movimentos sociais e organizações comunitárias, constroem uma linha de educação inclusiva na Universidade.

Uma consideração importante é a seguinte:

Nesse sentido, cabe ressaltar que a UFGD comprometida com o projeto de transformação social, busca inovar com a estruturação curricular aberta e flexível que acolha a diversidade e expectativa dos diferentes segmentos sociais, tendo em vista superar o modelo dominante de ensino elitista e homogêneo. Nessa linha de ação aponta caminhos, na atual estrutura universitária, para uma reforma curricular mais ampla. (UFGD – 2008, p.56)

Dentre essas propostas para a implementação da política de inclusão o documento UFGD (2007) destaca os seguintes cursos e programas:

**LICENCIATURA INDÍGENA-** Este curso emerge da reivindicação do movimento de professores Guarani e Kaiowá e das comunidades destas etnias, num esforço para construir um diálogo intercultural na definição de novos conhecimentos e de novas áreas de estudo.

A instalação deste curso é um passo significativo para a continuidade da formação de professores indígenas dessas etnias e implantação de escolas indígenas específicas, bilíngües e interculturais. Este curso funciona desde 2006, tendo formado até 2011, 1 turma com 39 formandos. A partir do seu funcionamento passou-se a discussão da necessidade de criação de uma Faculdade específica. Constatamos que em 2012, a criação e implantação da Faculdade de Estudos Indígenas. Portanto, uma efetiva institucionalização dessa política de inclusão.

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS– LICENCIATURA/BACHARELADO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS -** A UFGD com apoio do MEC/SEAD/UFSC implantará um Pólo de formação de professores para o ensino da Língua Brasileira de Sinais e tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais na modalidade à distância. Pretende-se consolidar uma rede de ensino à distância que contribua para o oferecimento dos cursos de graduação em Letras, consolidando assim, a sua política de inclusão.

PRONERA – PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA - O Pronera é uma política de educação do campo executadas em assentamentos rurais implementados através da Reforma Agrária. Seu objetivo declarado é fortalecer o espaço rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e étnicas. São realizadas ações práticas e reflexões teóricas da Educação do Campo, tendo como fundamento a formação humana como condição primordial. O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA, criado na UFGD em 2008, organizado sob a Metodologia da Alternância (aulas presenciais no Tempo Universidade e aulas no Tempo Comunidade), e fomentado pelo PRONERA/MDA, é oferecido a 56 pessoas oriundas de 17 municípios e de 33 assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul. Sua criação foi possível por meio da parceria entre a UFGD/MDA/PRONERA/INCRA e movimentos sociais rurais iniciado em 2008, e se estenderá até 2012.

É um curso fruto do comprometimento da UFGD com as reivindicações dos movimentos sociais, voltada a garantir condições para que pessoas provenientes dos espaços de reforma agrária tenham acesso à universidade, e a partir disso, possam complementar seus conhecimentos para atuarem como educadores/as político-sociais nos assentamentos de reforma agrária.

PROEXT – PROGRAMA DE APOIO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - O Programa de Extensão Educação e Diversidade Sociocultural da UFGD, implantado em 2010 articula um conjunto de quatro projetos integrados, com ações relacionadas às questões de educação, de produção de alimentos, de gestão ambiental e de formação continuada de professores, na Aldeia Indígena Panambizinho e na comunidade quilombola da Picadinha, ambas no município de Dourados. Trata-se de um programa interinstitucional, interdepartamental e interdisciplinar, visando a inclusão social desses grupos e o desenvolvimento de meios e processos de produção.

LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: atende a proposta Ministerial do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior.

Tem por objetivo implementar uma política de acessibilidade de pessoas com deficiência à educação superior, promovendo ações para garantia do acesso pleno nas UFGD.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Trata-se de grupo interdisciplinar que tem por eixo temáticas ligadas ao estudo e pesquisas sobre a diversidade, interculturalidade, educação especial e tecnologia da informação e comunicação.

Congrega professores e acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento e professores de escolas públicas da comunidade.

**PROGRAMA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** Este programa de pesquisa tem por objetivo desenvolver pesquisas sobre os fundamentos, políticas e práticas de educação inclusiva em escolas públicas do município de Dourados e Região.

**ALUNOS TRABALHADORES-** Dentre o corpo discente da UFGD existem muitos acadêmicos trabalhadores que conciliam os estudos com o labor e outros que necessitam ingressar no mercado de trabalho para custear sua permanência na Universidade. É por meio de concessão de bolsas e auxílios que a universidade reafirma seu compromisso social, dando subsídios para que seus acadêmicos carentes possam ter uma formação profissional e cidadã.

Outro ponto que merece destaque na análise da importância regional da UFGD é a política de acesso e permanência na UFGD. Iniciando esta discussão, UFGD (2007) apresenta dados do FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) em que este realizou e publicou uma pesquisa amostral do Perfil Sócio-econômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superiores (IFES) brasileiras. Os resultados obtidos serviram de apoio para que se conseguissem recursos de emendas parlamentares da Câmara e do Senado para investimento na assistência estudantil. Atualmente, 60% das IFES mantêm programas de bolsas de assistência, 58% possuem programas de alimentação e 50%, moradias universitárias.

A UFGD está aprimorando a política de assistência estudantil por meio de políticas e ações de apoio aos seus estudantes de baixa renda.

Tal política decorre do fato de que todos os anos milhares de estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior abandonam seus estudos. A renda familiar insuficiente impede que esses acadêmicos viabilizem os meios necessários para a permanência ou conclusão da graduação. Atualmente na UFGD, destacamos o Programa Bolsa-Permanência e a concessão de Bolsas de Alimentação.

Ainda segundo UFGD (2007) a extensão universitária deve ser compreendida como o processo educativo, cultural e científico que busca articular o ensino e a pesquisa, viabilizando a relação integradora e transformadora entre a universidade e a sociedade. Essa política potencializa uma relação com a produção e/ou sistematização do conhecimento, a partir das demandas sociais e produtivas, tendo em vista a inovação tecnológica, a serviço do desenvolvimento regional e bem estar social.

Nesse sentido, argumenta-se institucionalmente que a política de extensão da UFGD tem como eixo referencial ações voltadas para o compromisso de inclusão social e

educacional, desenvolvimento local e regional; agronegócio, questões ambientais, inovação tecnológica, prevenção e assistência à saúde comunitária e atividades sócio-culturais.

Os principais programas em execução têm por objetivo a inclusão social e educacional, compreendem:

**PROGRAMA TRANSDISCIPLINAR DE DIREITO E CIDADANIA:** composto por três projetos interinstitucionais e interdisciplinares voltados a congressos, encontros científicos para a discussão dos direitos humanos, sociais e da cidadania no Mato Grosso do Sul. Ocorre desde 2006.

**PROEXT NACIONAL/2007-2008 - IDENTIFICAÇÃO E PREVENÇÃO DA DEFICIÊNCIA VISUAL NAS ALDEIAS INDÍGENAS DE DOURADOS E REGIÃO, MS -** Esse projeto interdisciplinar entre a Faculdade de Educação e Faculdade de Ciência da Saúde tem por objetivos: desenvolver programa de prevenção das deficiências, ações de avaliação para identificação das alterações visuais entre crianças e adolescentes das aldeias indígenas de Dourados e região; realizar encaminhamento oftalmológico; capacitar coordenadores e professores das escolas indígenas, acadêmicos do curso de Licenciatura Indígena TekoArandu e do curso de Formação de Professores em Nível Médio, Ara Verá e agentes comunitários de saúde para a detecção das alterações visuais e atendimentos às necessidades específicas dessa população.

**UNIVERSIDADE DE PORTAS ABERTAS:** Este programa busca oferecer a oportunidade aos estudantes de escolas públicas e privadas de conhecer a instituição na sua integridade, suas faculdades e seus cursos, proporcionando-lhes condições de fazer a melhor escolha da carreira a seguir.

**DIVERSIDADE E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA E SOCIEDADE INCLUSIVA:** Programa destinado a formação contínua de professores para a implementação da política e da prática de educação inclusiva nas escolas da rede estadual e municipal de ensino de Dourados.

**QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS:** Busca oferecer por meio de ações interdisciplinares oportunidades para o desenvolvimento pessoal e familiar de comunidades com necessidades especiais e em situação de vulnerabilidade social.

**EDUCAÇÃO SOBRE ENTEROPARASIToses E PEDICULOSE NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE DOURADOS.** O programa visa analisar a prevalência das parasitoses intestinais e pediculose entre crianças de 05-14 anos e seus familiares; orientações e medidas educativas para as comunidades em situação de risco socioeconômico na região de Dourados.

**PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS INTEGRADOS:** tem como meta colaborar no desenvolvimento de uma mentalidade voltada à qualidade ambiental

através de discussões e de ações práticas em torno dos resíduos sólidos, orgânicos e químicos gerados pela sociedade, implicando no desperdício de recursos naturais e a contínua degradação da qualidade do meio.

**PERSPECTIVA ZOOTÉCNICA DE RUMINANTES NO MATO GROSSO DO SUL (PREVENÇÃO DE DOENÇAS E VACINAÇÃO DO REBANHO):** Oportuniza ao homem do campo o conhecimento sobre o manejo sanitário e profilático do rebanho por meio de rádio e *folder*.

**PRODUÇÃO DE PEIXES NATIVOS DE ÁGUA DOCE:** Propõe a demonstração de métodos aplicados à análise de qualidade de água, assim como informações sobre práticas de manejo sanitário e produtivo em tanques de piscicultura. Participação no 1 Congresso Brasileiro de Produção de Peixes, em 2007, realizado na região de Dourados e divulgação dos projetos e pesquisas da UFGD.

**CULTURA DA UFGD: FORMAÇÃO E CONHECIMENTO-** Programa voltado a promover o saber artístico e estimular as diferentes manifestações culturais por meio de cursos, palestras, oficinas, debates, encontros, eventos, espetáculos, mostras entre outros.

Ainda segundo UFGD (2007) a arte e a cultura têm também papel preponderante nas ações sociais, pois são ferramentas de saberes e inclusão sócio-cultural, contribuindo para a formação integral do sujeito. Com a implantação da Coordenadoria de Cultura na UFGD, em julho de 2006, foi elaborado um plano de ações culturais com dois eixos principais: Formação e Conhecimento.

Para tanto, foi realizado um “censo cultural” em toda a universidade, visando conhecer os aparelhos culturais que pudessem atender às expectativas da instituição e da comunidade externa, assim como as necessidades de ações continuadas na área da arte e da cultura.

UFGD (2007) orienta que foram implementadas, a realização de oficinas, cursos e workshops em artes cênicas, música instrumental, dança, história da arte e arte gráfica, hip-hop, canto coral, expressão corporal, literatura e figurino, ampliando o acesso da população aos meios de produção cultural; Realização de dois espetáculos de teatro com a soma das oficinas realizadas, fomentando e difundindo a produção cultural no Estado; viabilização de um estúdio para gravação de discos de grupos de bairros da periferia e para realização de documentários, difundindo os meios de produção artística, ampliando o acesso à arte e aos bens culturais a diversos segmentos da população; adolescentes e jovens adultos em vulnerabilidade social, jovens em conflitos com a lei e comunidade indígena; fomento a produção cultural através da realização e fusão das diversas oficinas, incentivando a continuidade dos processos de criação.

UFGD (2007) afirma que considerando o processo de expansão decorrente do REUNI, a UFGD tornar-se-á uma importante instituição de ensino superior do país, sobretudo para o Estado de Mato Grosso do Sul e a Região da Grande Dourados. Tanto a graduação quanto a pós-graduação possibilitarão amplas oportunidades de formação profissional de qualidade.

Sobre o desenvolvimento regional, social e ambientalmente comprometido UFGD (2007) considera que:

O Projeto de criação da UFGD surgiu com o propósito de suprirmos às necessidades da região da Grande Dourados. Nessa perspectiva, acredita-se que a Instituição tornar-se-á um agente importante do desenvolvimento local e nacional. Os cursos de graduação, pós-graduação, já existentes, e os demais propostos possuem a capacidade de fortalecer a intervenção em favor do crescimento educacional, social, econômico e tecnológico na observância dos compromissos com a responsabilidade social e ambiental. (UFGD – 2007, p.77)

Constatamos mais uma vez, o reforço da compreensão da UFGD como órgão que possibilita o desenvolvimento regional, sempre observando seu compromisso social e ambiental. A UFGD desde sua gênese possui este propósito.

Afirma-se ainda que com as alterações na estrutura acadêmica, a UFGD formará profissionais dentro de uma visão humanista revestida de valores de igualdade, justiça, liberdade e participativos.

Segundo a concepção apresentada a UFGD já possui um programa de inclusão social em operacionalização (UFGD – 2007). Em decorrência das proposições implantadas de ampliação do número de cursos e de vagas; do estabelecimento de cotas para alunos da escola pública e das políticas e programas de extensão universitária busca-se a da classe social que historicamente esteve à margem da vida universitária. Assim, para incluir a classe trabalhadora e grupos étnicos, destaca-se o fortalecimento e a ampliação da política de assistência estudantil por meio do REUNI e outros programas.

#### **4.9 – CARTA DE SERVIÇOS DA UFGD 2010**

O décimo e último documento oficial analisado nesta pesquisa é a Carta de Serviços UFGD 2010<sup>68</sup>. Este Projeto foi o resultado de um trabalho voltado ao esclarecimento do cidadão sobre seus direitos e oportunidades. O que se buscou foi dar informações para que todos possam procurar a Universidade Federal da Grande Dourados em busca dos serviços à sua disposição.

---

<sup>68</sup> Carta de Serviços da UFGD – 2010, disponível em <http://www.ufgd.edu.br/comunicacao/downloads/carta-de-servicos-2010/view?searchterm=carta%20de%20servi%C3%A7os>.

Segundo UFGD (2010) procurou-se reunir neste documento, conforme metodologia disponibilizada pelo GesPública (Decreto n.º 6.932/09), as principais informações que o cidadão precisa saber sobre as possibilidades de acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, dirimindo as dúvidas mais comuns a respeito do funcionamento da Instituição e do modo pelo qual os serviços se são operacionalizados.

Destacamos o seguinte deste documento:

A intenção, assim, é fazer com que a atuação da UFGD em seus diferentes trabalhos que disponibiliza à população da região da Grande Dourados e de todo o Brasil, inclusive mundo através dos diversos convênios que têm firmado com Instituições de outros países, realmente seja de qualidade e voltado para o atendimento e formação de cada cidadão que busca os serviços desta Instituição seja a mais adequada para a criação de uma sociedade justa e humanamente pró-ativa. (UFGD – 2010, p.5)

Segundo UFGD (2010) desde a sua criação, a UFGD tem buscado construir uma universidade que possa contribuir para a estruturação de uma sociedade mais justa, oferecendo profissionais e serviços que possam corresponder às aspirações populares a qual se dispõe a servir.

A UFGD estabeleceu, como um de seus compromissos, formar pessoas que se preocupam e valorizam o ser humano, através da solidariedade, do respeito à vida, com o intuito de não permitir que o Homem seja apenas um mero “objeto”, e sim um ser que é dotado de sentimentos, anseios, perspectivas e desejos, de maneira que a procura da incessante maximização de lucros deve levar em consideração os aspectos humanos.

Com tais pressupostos, conclui-se que o intuito do documento é apresentar a UFGD, esperando que a IFE se aproxime mais da sociedade regional, brasileira e do mundo, com informações fáceis através de um conhecimento sistemático e simples dos serviços que são oferecidos.

Argumenta-se que a partir da sua criação, a UFGD continuou sua trajetória de ampliação, já havendo quadruplicado em 2010 a sua capacidade de atuação e conquistando, por quatro anos consecutivos o título de melhor universidade do Estado de MS. A UFGD, desde a sua origem embrionária em outra instituição, sempre buscou cumprir seu papel social, através da manutenção do ensino, com embasamento na pesquisa e a sua multiplicação, através dos projetos de extensão.

Textualmente, se afirma que:

Uma universidade pública deve servir à sociedade da melhor maneira e do modo mais acessíveis possíveis. A UFGD tem buscado manter-se fiel a este princípio ético e moral, valorizando e destacando o direito do cidadão ao ensino gratuito e de qualidade, investindo constantemente na

criação de novas oportunidades de acesso, seja abrindo mais vagas, mais cursos ou criando oportunidades que possibilitem o acesso e permanência do cidadão na Universidade, e todos os demais desafios da produção intelectual e do conhecimento, num período em que se processa cada vez mais, a ênfase ao 'ter', deixando em planos diversos o 'saber' e o 'ser'. Ou seja, num período em que o consumo do conhecimento está acima do valor da própria 'produção' do conhecimento.

Uma universidade é uma instituição de formação dos quadros de profissionais de nível de graduação e de pós-graduação, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. (UFGD – 2010, p.8)

Constatamos que neste documento, é enfatizado o papel da UFGD como produtora do conhecimento, no qual a instituição reconhece sua participação no processo de ensino da sociedade, com vistas inclusive à abertura de vagas, cursos e conhecimentos que são necessários para o desenvolvimento regional.

Outra consideração importante sobre o contexto regional e a UFGD foi a incorporação do Hospital Universitário (HU). Segundo UFGD (2010) o HU, agregado à UFGD em 2008, conforme Escritura Pública de Doação do Município de Dourados/MS para a UFGD, constantes no livro nº 412, folha nº 0089 do Tabelionato Aguiar, Comarca de Dourados, por meio do qual passa a dar atendimento hospitalar, pelo Sistema Único de Saúde (SUS) à população em geral como Hospital Geral e Hospital Escola, servindo desde então como mais um pólo para o atendimento da população da Região e para as atividades de ensino e pesquisa, diretamente voltados para a formação de profissionais da saúde. O atendimento do HU pela UFGD passa pelos mesmos sistemas administrativos e financeiros provenientes do Orçamento Geral de União, tendo, porém, todos os serviços de saúde cobertos com orçamento oriundo do Sistema Único da Saúde, do Ministério da Saúde.

Concebe-se que a conquista do HU pela UFGD é mais um exemplo de luta histórica da sociedade organizada de Dourados.

Conforme preconiza UFGD (2010) a história da UFGD evidencia um empenho institucional na construção de projetos que mantivessem a qualificação dos seus serviços prestados.

Sobre a Educação à Distância, UFGD (2010) afirma que por meio do Curso de Formação/Capacitação de Educação à Distância/EaD, a UFGD compõe o quadro das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) partícipes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A UAB visa à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público gratuito e de qualidade<sup>69</sup>. A UFGD, em resposta à implantação do I Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), vê nessa vertente a possibilidade

---

<sup>69</sup> O acesso ao curso oferecido pela EAD é feito através de processo seletivo, devidamente divulgado em edital.

da inovação do processo pedagógico e do fortalecimento do desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Ainda com as contribuições de UFGD (2010), o documento afirma que é função também da Universidade resgatar a escola no seu papel socializador, na perspectiva da ampliação dos princípios da democracia, da cidadania e da identidade cultural regional e da compreensão, respeito e convivência pacífica em relação às diferenças étnicas e de gênero, operacionalizando a relação entre teoria e prática.

Ainda em termos de espaços materiais institucionais a UFGD possui o Centro de Documentação Regional (CDR). Trata-se de uma biblioteca documental na UFGD, mantida e administrada pela Faculdade de Ciências Humanas e que tem por finalidade promover o arquivo documental, histórico da Região da Grande Dourados e da UFGD, assim como, constatamos, toda a produção científica da antiga SUDECO a respeito da Região Centro-Oeste encontra-se em seu acervo.

Ademais, compreendemos que uma importante ferramenta para analisarmos a integração regional da UFGD com a sociedade é análise dos convênios celebrados entre a instituição e os órgãos externos.

Para isso, UFGD (2010) institucionalizou Divisão de Convênios, vinculada à Coordenação Especial de Administração Universitária (CAD/UFGD), tendo como função prestar assessoria à comunidade acadêmica em relação à formalização e tramitação dos convênios, de forma a assegurar o cumprimento do objeto proposto e a aplicação devida dos recursos alocados em conformidade com a legislação vigente.

Apresentamos a tabela 4 com os convênios vigentes da UFGD no ano de 2009:

**TABELA 4 – Convênios UFGD**

CONVÊNIO UFGD – 2009	
Participantes	Objetivo/Objeto
Convênio entre a UFGD e o Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN	Termo de cooperação para intercâmbio e cooperação técnico-científico e cultural
Convênio entre a UFGD e o Instituto Euvaldo Lodi – IEL	Estabelecer uma cooperação entre as partes para execução de programas de estágio curricular e extracurricular
Convênio entre a UFGD e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	Propiciar oportunidades de estágio de complementação educacional
Convênio entre a UFGD e o Ministério Público Federal	Proporcionar estágio a alunos regularmente matriculados na UFGD
Convênio entre a UFGD e a Empresa COAMO	Concessão de estágio aos acadêmicos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFGD

Convênio entre a UFGD e a Empresa HERBIOESTE	Concessão de estágio aos acadêmicos regularmente matriculados no curso de graduação em Agronomia
Convênio entre a UFGD e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	Estabelecer uma cooperação recíproca entre as partes visando o desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho, através da operacionalização de programas de estágio
Acordo de Cooperação entre a UFGD e a Empresa BASF	Concessão de estágio aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFGD
Convênio entre a UFGD e a Agrícola Carandá	Concessão de estágio curricular aos acadêmicos regularmente matriculados no curso de Graduação em Agronomia
Protocolo de Parceria entre a UFGD e a Empresa Universia Brasil	Integrar a rede do Portal Universia, que reúne conteúdos e serviços de alta qualidade, a partir das necessidades e propostas das instituições de ensino parceiras
Convênio entre a UFGD e o Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento	Estabelecer condições básicas de cooperação entre as partes para o desenvolvimento de ações conjuntas nas áreas de interesse comum
Convênio entre a UFGD e a BIREME	Permissão à Biblioteca da UFGD para utilização dos serviços disponíveis na Rede Brasileira de informação em ciências da saúde disponíveis na biblioteca virtual em saúde da Bireme
Convênio entre a UFGD e a EMBRAPA	Convênio para concessão de estágio aos acadêmicos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFGD
Convênio entre a UFGD e o Aquário de Ubatuba	Estabelecer condições básicas para realização de estágios de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFGD
Convênio entre a UFGD e a Prefeitura de Dourados	Implementar uma colaboração mútua, intercâmbio técnico, científico, cultural, inclusive de pessoal, segundo critérios por elas estabelecidos e de acordo com a conveniência administrativa
Convênio entre a UFGD e a Prefeitura de Dourados (NPAJ)	Cessão de uso de uma sala a ser destinada ao funcionamento provisório do Núcleo de Prática e Assistência Jurídica
Convênio entre a UFGD e o Segundo Grupamento de Bombeiros de Dourados-MS	Conjunção de esforços visando atender aos acadêmicos do curso de medicina em atividade de estágios e ações mútuas, em campanhas de interesse mútuo, bem como disponibilização de ambas as partes, de espaço físico
Convênio entre a UFGD e a	Estabelecer uma cooperação mútua entre

AGRICENTER Comércio e Representações	as partes na execução de projetos de pesquisas acadêmicas e de ensino com vistas ao aprofundamento e à produção de conhecimentos técnicos científicos no âmbito da agricultura
Convênio entre a UFGD e a Universidade Federal de Uberlândia - UFU	Estabelecer uma mútua cooperação visando, reciprocamente, o oferecimento de estágio aos acadêmicos regularmente matriculados nos cursos por elas ofertados
Convênio entre a UFGD e a Universidade Federal de Lavras	Propiciar a oportunidade de concessão de estágios aos estudantes regularmente matriculados em ambas as instituições de ensino
Convênio entre a UFGD e ORGANOESTE Indústria e Comércio de Adubos e Fertilizantes	Proporcionar estágio aos acadêmicos regularmente matriculados no curso de graduação em Agronomia
Protocolo de Intenções entre a UFGD e a Faculdade T. B Ana Wollerman	Conjunção de esforços visando a realização conjunta de atividade de ensino, pesquisa e extensão
Convênio entre a UFGD e a UFMS	Estabelecer e regulamentar um programa de cooperação acadêmica nas áreas de atuação e interesse comuns
Convênio entre a UFGD e a UNAH-CUBA	Estabelecer uma cooperação internacional para realização de pesquisas, intercâmbios culturais acadêmicos e outras atividades de interesse comum
Convênio entre a UFGD e a Usina USACIGA	Concessão de estágio aos acadêmicos regularmente matriculados nos cursos de graduação oferecidos pela UFGD
Convênio entre a UFGD e a Empresa GERDAU	Formalizar condições básicas para a realização de estágios de estudantes regularmente matriculados na UFGD
Convênio entre a UFGD e a Secretaria de Estado de Educação	Proporcionar estágio curricular supervisionado aos acadêmicos regularmente matriculados nos cursos de formação de professores da educação básica em nível superior, cursos de licenciatura e de graduação plena
Convênio entre a UFGD e a Usina COSAN	Concessão de estágio profissional a alunos regularmente matriculados no curso de Agronomia
Convênio entre a UFGD e a Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT	Estabelecer e regulamentar um programa de cooperação técnica e científica em ações de interesse comum
Convênio de Cooperação Técnica entre a UFGD e John Deere Brasil Ltda	Estabelecer um programa de ampla cooperação e intercâmbio científico e tecnológico
Convênio entre a UFGD e a EMBRAPA	Acordo de cooperação para transferência de material e protocolo de intenções para avaliação de cultivares de guandu

Acordo de Cooperação entre a UFGD e a Universidade Mayor - Chile	Estabelecer uma cooperação internacional visando desenvolver atividades de cooperação e interesses recíprocos
Convênio entre a UFGD e a Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT - formação de professores indígenas	Estabelecer uma cooperação técnica entre as instituições em ações relacionadas com a formação de professores indígenas em nível superior
Acordo de Cooperação entre a UFGD e a Universidade Estadual de Campinas	Formalizar condições básicas para realização de estágios de estudantes da UFGD junto aos projetos desenvolvidos e administrados pela UNICAMP
Convênio entre a UFGD e a UCDB	Implementar ações e estruturas necessárias para habilitar professores Guarani e Kaiowá do Curso Superior de Licenciatura Indígena – TekoArandu
Convênio entre a UFGD e a Prefeitura Municipal de Laguna Carapã	Implementar ações e estruturas necessárias para habilitar professores Guarani e Kaiowá do Curso Superior de Licenciatura Indígena – TekoArandu
Convênio entre a UFGD e a Prefeitura Municipal de Juti	Implementar ações e estruturas necessárias para habilitar professores Guarani e Kaiowá do Curso Superior de Licenciatura Indígena – TekoArandu
Convênio entre a UFGD e a Prefeitura Municipal de Ponta Porã	Implementar ações e estruturas necessárias para habilitar professores Guarani e Kaiowá do Curso Superior de Licenciatura Indígena – TekoArandu
Convênio entre a UFGD e a Prefeitura Municipal de Amambai	Implementar ações e estruturas necessárias para habilitar professores Guarani e Kaiowá do Curso Superior de Licenciatura Indígena – TekoArandu
Convênio entre a UFGD e a Prefeitura Municipal de Caarapó	Implementar ações e estruturas necessárias para habilitar professores Guarani e Kaiowá do Curso Superior de Licenciatura Indígena – TekoArandu
Convênio entre a UFGD e a Prefeitura Municipal de Dourados	Implementar ações e estruturas necessárias para habilitar professores Guarani e Kaiowá do Curso Superior de Licenciatura Indígena – TekoArandu
Convênio entre a UFGD e a Prefeitura Municipal de Antonio João	Implementar ações e estruturas necessárias para habilitar professores Guarani e Kaiowá do Curso Superior de Licenciatura Indígena – TekoArandu
Convênio entre a UFGD e a FUNAI	Desenvolver ações e estruturas necessárias a implementação do Curso Superior de Licenciatura Indígena – Teko Arandu, para atender o conjunto de necessidades específicas da formação de professores das etnias Guarani e Kaiowá
Convênio entre a UFGD e a Secretaria de Estado de Educação	Desenvolvimento de ações necessárias a implementação do Curso de Licenciatura

	Indígenacom duração de 4 (quatro) anos para professoresIndígenas Guarani e Kaiowá, e da continuidade do Curso em Nível Médio de Formação de Professores Indígenas Guarani e Kaiowá, com duração de 3 (três) anos e meio
Convênio UFGD x Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Estabelecer e regulamentar um programa de cooperação acadêmica nas áreas de atuação e interesse comum
Convênio entre a UFGD e a Defensoria Pública Geral da União	Estimular e realizar programas de cooperação em assuntos técnicos, científicos, educacionais, sociais e culturais com o propósito de assegurar a melhoria da qualidade de vida da coletividade carente da região de MS, em especial da comunidade indígena
Convênio entre a UFGD e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Estabelecer e possibilitar a realização de estágios curriculares supervisionados obrigatórios e não-obrigatórios por alunos matriculados e freqüentes nos cursos de graduação de ambas instituições
Convênio entre a UFGD e a UNIDERP	Estabelecer e regulamentar um programa de cooperação técnica, acadêmica, científica e cultural nas áreas de interesse comum
Convênio entre a UFGD e a Agência Brasileira de Estágios – ABRE	Desenvolvimento de atividades de assistência na promoção da integração ao mercado de trabalho e de educação na formação para o trabalho
Contrato de Permissão entre a UFGD e 4ª Brigada Cavalaria Mecanizada "Brigada Guaicurus	Conceder a permissão de uso de equipamentos de propriedade da UFGD à 4ª Brigada de Cavalaria
Convênio entre a UFGD e o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL	Proporcionar o estágio aos acadêmicos regularmente matriculados nos Cursos de Graduação oferecidos pela UFGD.
Convênio de cooperação entre a UFGD e a Universidade Católica "NuestraSeñora de la Asunción"	Estabelecer uma cooperação internacional visando realizar atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, intercâmbio e outras de interesse comum
Acordo de Cooperação entre a UFGD e o Núcleo Brasileiro de Estágios Ltda	Desenvolver ações conjuntas para implementar programas de estágio de estudante
Convênio de cooperação mútua entre a UFGD e a ECOPLAN Pantanal Engenharia & Meio Ambiente Ltda	Promover o intercâmbio e a cooperação técnica, didática, científica e cultural nas áreas de interessescomum
Convênio entre a UFGD a Prefeitura Municipal de Dourados através da Secretaria Municipal de Saúde	Propiciar estágio supervisionado e aulas práticas curriculares aos alunos dos cursos da FCS na SeMS e nas unidades de saúde do município de Dourados.
Convênio entre a UFGD e a	Conjugar esforços com a finalidade de

Secretaria de Estado de Educação	implementar a operacionalização do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)
Convênio entre a UFGD e FURNAS Centrais Elétricas S.A.	Concessão de estágios visando a complementação do ensino e da aprendizagem
Acordo de Cooperação entre a UFGD e a Universidade do Porto	Estabelecer uma cooperação acadêmico-científico-cultural entre as duas instituições
Convênio entre a UFGD e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Estabelecer e regulamentar um programa de cooperação acadêmica nas áreas de atuação e interesse comum
Termo de Cooperação entre a UFGD e a Universidade Estadual de Maringá	Propiciar estágio aos acadêmicos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFGD.
Convênio entre a UFGD e a Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS	Concessão de estágios aos acadêmicos regularmente matriculados nos cursos da UNIFENAS.
Convênio de Cooperação entre a UFGD e a VIACAMPUS Comércio e Representações Ltda	Proporcionar estágio curricular aos acadêmicos regularmente matriculados e frequentes no curso de graduação em Agronomia
Convênio de Cooperação entre a UFGD e a Brazil Business Consultoria - BBC	Proporcionar estágio curricular aos acadêmicos regularmente matriculados e frequentes no curso de graduação em Agronomia
Termo de Cooperação entre a UFGD e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá	Estabelecer e regulamentar um programa de cooperação acadêmica nas áreas de atuação e interesse comum

FONTE: UFGD, 2010.

A tabela de convênios entre a UFGD e demais organismos da sociedade nos demonstra claramente a sua inclusão no processo de desenvolvimento regional. Observamos que existem convênios na escala local, regional, estadual, nacional e internacional. Porém o que vemos mais presentes são os convênios a nível regional, ressaltando ainda mais o compromisso da UFGD com o desenvolvimento regional.

Outra constatação são os diferentes objetivos dos convênios. A maior parte é para estágio dos alunos matriculados regularmente na instituição. Mas temos também convênios que visam o intercâmbio e outros que possibilitam a formação indígena através dos convênios com as prefeituras da região.

Portanto, acreditamos que com esta tabela de convênios fica evidente o relacionamento da UFGD com os demais sujeitos regionais, e o objetivo para qual existem estas parcerias: formação de novos profissionais, visando a construção do processo de desenvolvimento regional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos debruçamos ao longo deste trabalho buscando identificar e caracterizar a concepção de desenvolvimento regional manifesta no processo de criação e implantação da Universidade Federal da Grande Dourados. Para tanto, tomamos como instrumento de análise a documentação institucional interna relativa à esse período. Vale destacar que esta foi uma contribuição advinda da banca de exame do relatório de qualificação.

É possível arguimos que a criação da Universidade Federal da Grande Dourados, em 2005, é um desdobramento histórico da luta da sociedade douradense, originada e consolidada no interior do antigo CEUD, então Centro Universitário de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Movimento que teve conforme constatamos suas primeiras discussões no início da década de 1980. Naquela oportunidade tal movimento teve seu ápice na elaboração de um projeto de lei (PL, em anexo) dispendo sobre a criação de uma universidade em Dourados. Portanto, como um desdobramento deste processo, a UFGD surge para atender a região, denominada “Grande Dourados”, carente de uma instituição de ensino superior que atenda suas necessidades relativas ao ensino, pesquisa e extensão, que fosse capaz de potencializar o seu desenvolvimento regional.

Constatamos, a partir de ABREU (2005) que a Região da Grande Dourados tem sua gênese como construção teórico-metodológica, oficialmente, como uma “área-programa” definida pelo Governo Federal, através da então Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), no contexto do nacional desenvolvimentismo. Portanto, já existia por parte do governo um histórico de intervenção, via planejamento regional, denotando um reconhecimento da importância desta região, notadamente da cidade de Dourados, concebida como cidade-pólo, condição que lhe assegurou prioridade para receber investimentos públicos.

Sabemos que o Estado é constituído por diferentes classes sociais e suas frações e que possuem diferentes interesses materiais. Com esse pressuposto, acreditamos que a luta da sociedade, com seus diferentes interesses materiais e imateriais, embates políticos, disputas de projetos foram determinantes no processo de criação da UFGD. E mais, para além da criação e implementação tais embates influenciam no próprio processo de expansão e consolidação da UFGD, no contexto regional.

Nesse sentido, constatamos um conjunto de manifestações sociais ao longo desse processo histórico: assembléias das categorias docente, discente e técnico-administrativos, disputas por concepção de projeto, tensões, avanços, recuos, abaixo-assinado e conversações

junto ao Governo de Mato Grosso do Sul, Governo Federal e com deputados e senadores foram realizadas no decorrer deste período.

Evidenciamos que no interior dessa luta pela implantação da universidade, em 2004, que o projeto de criação da UFGD revigora suas forças, pois há neste momento histórico um alinhamento político nas três esferas de governos: municipal, estadual e federal. Na Prefeitura de Dourados, temos um professor universitário aposentado e um dos idealizadores da criação de uma universidade em Dourados, Laerte Tetila; no Governo de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca; e no Governo Federal, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; todos estes integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, concebemos que a disposição política foi facilitada por esse alinhamento partidário, constituindo-se, desse modo, em fator determinante, para que a luta para a criação da UFGD se materializasse na sua efetiva implantação, em 2005.

Outra variável determinante nesse processo foi que no Governo Lula, a demanda por uma universidade pública na Região da Grande Dourados, inseriu-se no pacote de Universidades Federais, que o então Presidente da República pretendia criar. Em outras palavras, havia uma política nacional de expansão da rede federal de ensino superior. Constatamos, dessa maneira, que a política de educação superior para o País implementada durante o governo Lula é diferente daquela vigente nos governos anteriores.

Com tais pressupostos, em 2005, através da Lei nº 11.153, criou-se a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que inicia suas atividades em janeiro de 2006, sob a tutoria da UFG. Constatamos que tal tutoria envolveu um embate político: por que a UFMS não foi designada como tutora da UFGD? Acreditamos que pelo fato de que muitos sujeitos pertencentes à administração da UFMS eram contrários a criação da UFGD, logo talvez não tivessem interesse efetivo em colaborar no processo de construção de sua materialidade institucional, naquele momento embrionária. Ademais, era um processo de criação e instalação, mas, ao mesmo tempo, implicava numa separação institucional, portanto, um processo carregado de tensões, conflitos políticos e, possivelmente, até de caráter pessoal. Nesse contexto, o MEC designou a UFG como tutora, justificando ser uma instituição do Centro-Oeste com características semelhantes ao que se almejava para a UFGD.

Assim, foi criada e implantada a UFGD - no contexto geográfico da Grande Dourados - uma instituição que, além de produzir conhecimentos, incube-lhe formar profissionais socialmente críticos e tecnicamente capacitados a atuar como agentes da transformação social e sujeitos do processo de desenvolvimento regional.

Constatamos que a questão do desenvolvimento regional justificou a criação da UFGD. E mais, entendemos que esse papel a instituição assume logo após a sua criação,

chamando para si a responsabilidade de agente indutora do processo de desenvolvimento regional. Como essa responsabilidade ganhou materialidade? Com a criação de sete (07) novos cursos de graduação, ainda em 2006. No bojo desse processo entendemos como mais significativo a implantação do curso intercultural de Licenciatura Indígena – Teko Arandu. Essa manifestação parece indicar uma outra relação da universidade com a sociedade, sobretudo com a classe social dominada. Fazemos tal assertiva, porque entendemos que não foi a elite douradense que venceu a disputa na construção da concepção de universidade e, por conseguinte, da concepção de desenvolvimento regional. Um outro exemplo: a criação do curso de Ciências Sociais, oferecido exclusivamente, através de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, aos assentados rurais de Mato Grosso do Sul.

Além disso, a UFGD passou a contar com quatorze (14) mestrados, número quatro vezes maior que em sua criação em 2006. Já implantou mais dois doutorados (História e Entomologia), totalizando três e constatamos que outros projetos serão encaminhados como proposta à CAPES.

Em termos de conjuntura nacional relativa à educação superior, constatamos que neste momento, passou-se a questionar reformulação curricular, a começar pela inclusão de um Núcleo Comum de conteúdos que seriam compartilhados por todas as áreas de conhecimento e formação. Em um segundo momento, viria a Formação Específica que, sendo subsidiada por aquele Núcleo Comum, poderia conferir maior efetividade à sua aplicação em contextos sociais muitas vezes inflexíveis até mesmo à atuação de profissionais qualificados tecnicamente, dado o grau de esfacelamento social. Com este discurso que o Governo Federal, através do MEC criou o Programa REUNI, no qual a UFGD insere-se. Este Programa contemplou a UFGD com investimentos financeiros, a criação de nove cursos de graduação, contratação de pessoal técnico-administrativo e docente. Vale lembrar que segundo a documentação oficial da instituição, para criação de novos cursos foram levados em conta à demanda da sociedade e a necessidade de profissionais. Portanto, os cursos foram criados visando o preenchimento destas demandas.

Realizamos a análise dos documentos oficiais da instituição. Evidenciamos nesta análise um discurso institucional dando relevo a participação da instituição no processo de desenvolvimento regional. Praticamente, a totalidade das ações é pensada visando o desenvolvimento regional com o compromisso social e ambiental. É uma abordagem recorrente nos documentos analisados e vai ao encontro ao pensamento de SEN (2005), o qual argumenta que é possível o indivíduo conquistar a liberdade, através do desenvolvimento, desde que lhe sejam oferecidas oportunidades sociais. Estas oportunidades são basicamente

educação e saúde. Logo a educação pode ser considerada um mecanismo para o alcance da liberdade nesta perspectiva.

Acreditamos que esta preocupação é válida, pois beneficia algumas pessoas historicamente excluídas do acesso e permanência na universidade. Com a política de acesso e permanência na universidade, observamos que cada vez mais jovens tem ingressado no ensino superior. Com a admissão de mais de mil servidores entre docentes e técnico-administrativos podemos observar mudanças significativas na paisagem da cidade de Dourados, neste período. Por exemplo, na questão imobiliária é perceptível uma sobrevalorização dos imóveis urbanos, assim como um número expressivo de construções de mini-prédios voltados diretamente para alunos; também no setor de prestação de serviços, além de eventos culturais que se multiplicam na cidade, dentre outros. Acreditamos que a UFGD vem, efetivamente, atendendo o objetivo pelo qual a mesma foi idealizada: atuar como agente dinamizador do processo de desenvolvimento regional. Outra situação constatada foi a importância que a IFE em questão reservou à diversidade cultural (licenciatura indígena, negros, assentados rurais) e também sobre a problemática da fronteira.

Sabemos que o tema da criação, implantação e expansão da UFGD vislumbra outras possibilidades de pesquisas, como por exemplo, sobre as interações socioespaciais decorrentes de sua implementação; a análise da implantação e desdobramentos do REUNI, dentre outras.

## ***SITES CONSULTADOS***

[www.biasotto.com.br](http://www.biasotto.com.br)

[www.ifms.edu.br](http://www.ifms.edu.br)

[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

[www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)

[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)

[www.reuni.mec.gov.br](http://www.reuni.mec.gov.br)

[www.ufgd.edu.br](http://www.ufgd.edu.br)

[www.ufu.br](http://www.ufu.br)

[www.unicamp.br](http://www.unicamp.br)

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, S. “Região da Grande Dourados: planejamento e (des)construção de uma região” In: *ANAIS X EGAL*. São Paulo : USP, 2005.
- ALMEIDA, M. “*Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal da Grande Dourados: uma leitura de suas características e Desdobramentos.*” Dourados – MS, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Monografia de Conclusão de Curso, 2009.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 1996
- BRASIL. Lei nº 11.153/2005 – *Criação da Universidade Federal da Grande Dourados*; Brasília : Presidência da República, 2005.
- BRASIL. “*Balanco de Governo 2003-2010*” – Brasília : Presidência da República, 2010.
- BRASIL – “*Brasil 2022 / Secretaria de Assuntos Estratégicos*”. Brasília : Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2010.
- BRUM, A. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 20ed. Ijuí : Editora UNIJUÍ – 1999.
- CABREIRA, A. “*Horizontes verticais: meandros do meio-técnico-científico-informacional em Dourados/MS*” – Dourados : Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dissertação de Mestrado, 2009.
- CANO, W. “*Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento*” Texto para discussão nº 183. IE/UNICAMP, Campinas, 2010.
- CATAIA, M. “Fronteiras, sistema de movimento e vida de relações: proposições metodológicas” – *Anais*. XIII Encontro Internacional Humboldt, Dourados : UFGD, 2011.
- CORBUCCI, P. “Desafio da Educação Superior e Desenvolvimento no Brasil”. In: *IPEA – Textos para discussão*. Brasília, 2007.
- CUNHA, L. *O ensino superior no octênio FHC*. Campinas: Educ. Soc., vol. 24, n.82, p.37-61, 2003.
- DEDECA, C. “Desigualdade, mas de qual falamos?” *Texto para discussão* nº 169. Campinas: IE/UNICAMP, 2009.
- DI GIOVANNI, G. “As estruturas elementares das políticas públicas”. In: *Caderno de Pesquisa n 82/NEPP/UNICAMP*. Campinas, 2008.
- ERBER, F.S. “*As convenções de desenvolvimento no Brasil*”. Artigo apresentado no 5º Fórum de Economia da FGV-SP, Setembro 2008.
- FARIA, G. “*O governo Lula e o novo papel do Estado Brasileiro*”. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

LEFEBVRE, H. “*Estado do crescimento e Crescimento do Estado*”. Trad. Andrade, M. M. In: \_\_\_ De l'État, Tome I. Paris: UGE, Col. 10-18, 1976, (mimeo), p. 1- 4.

IPEA “*Brasil em Desenvolvimento – Estado, planejamento e políticas públicas*” – Volumes 2 e 4. Brasília, 2009.

MELAZZO, E. *Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio. A agenda das políticas públicas em disputa*. Presidente Prudente : UNESP, Tese de Doutorado, 2006.

MONTEIRO NETO, A. “Intervenção Estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo.” In: *IPEA – Textos para discussão*. Brasília, 2006.

OLIVEIRA, B. C. & JUSTINO, V. “O processo colonizador na região da Grande Dourados: encontros e desencontros na malha fundiária.” In *Revista de Geografia* nº5, Campo Grande: EDUFMS/AGB, 1997, p. 1-14.

POCHMANN, M. “*O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro*” Artigo publicado no Portal Carta Maior, São Paulo, 2010.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRIETO, E. “*Os desafios institucionais e municipais para implantação de uma cidade universitária: o campus Glória da Universidade Federal de Uberlândia*”. Uberlândia :UFU, Dissertação de Mestrado, 2005.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. *Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: O REUNI em Mato Grosso do Sul*. Dourados : UFGD, Dissertação de Mestrado, 2011.

SILVA, M. “*Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*”. São Paulo : Universidade de São Paulo (USP), Tese de Doutorado, 2000.

SOUZA, A. *Distrito Industrial de Dourados: intenções, resultados e perspectivas*. Presidente Prudente : Dissertação de Mestrado, UNESP, 1995.

SOUZA, A. *A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul*. São Paulo: USP. Tese de Doutorado, 2002.

SOUZA, A. “A inserção do Atual Mato Grosso do Sul no Programa Nacional de Cidades de Porte Médio” In: *Anais do I Simpósio Internacional sobre Cidades Médias*. Presidente Prudente, 2005.

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados – “*Projeto de Criação e Projeto de Lei da UFGD*”. Dourados – MS, CPDO-UFMS, 2004.

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados – “*Projeto de Lei e Criação da UFGD – versão final*”. Dourados – MS, UFGD, 2005a.

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados – “*Plano de Ação de Implantação da UFGD*”. Dourados – MS, UFGD, 2005b.

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados – “*Estatuto da UFGD*”. Dourados – MS, UFGD 2006a.

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados – “*Regimento Geral da UFGD*”. Dourados – MS, UFGD, 2006b.

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados – “*Plano de Ação da UFGD 2007-2011*”. Dourados – MS, UFGD, 2007.

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados. “*PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2008-2012*”. Dourados – MS, UFGD, 2008a

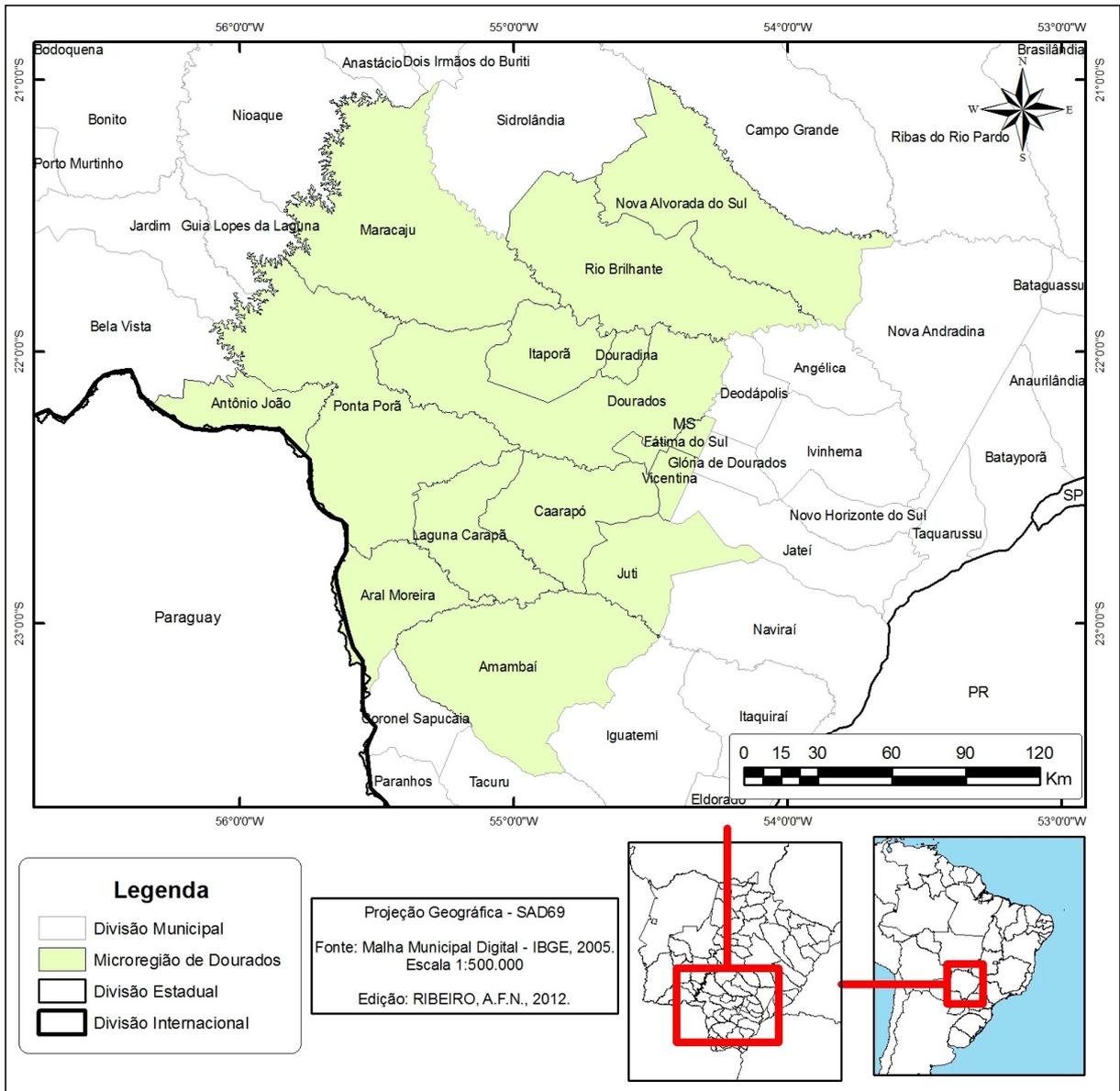
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados. “*Plano de Ocupação Física da Unidade II da UFGD*”. Dourados – MS, UFGD, 2008b

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados. “*Diretrizes do REUNI para a UFGD*”. Dourados – MS, UFGD, 2008c

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados. “*Carta de Serviços da UFGD*”. Dourados – MS, UFGD, 2010

## **ANEXOS**

# ANEXO 1 – MAPA DA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS – 13 MUNICÍPIOS



**Foto 1 – Reitoria da UFGD**



**Foto 2 – Unidade II da UFGD (1)**



**Foto 3 – Faixa de Agradecimento ao Presidente Lula, durante a sua visita à UFGD – Avenida Weimar Gonçalves Torres**



**Foto 4 – *Outdoor* do Sindicato dos Técnicos Administrativos da UFGD, agradecendo o Presidente Lula pelos investimentos na UFGD**



**Foto 5 – Outdoor da UFGD, em agradecimento aos investimentos do Governo Federal**



**Foto 6 – Presidente Lula na UFGD, Ministro da Educação Fernando Haddad e o Reitor da UFGD Damião Duque de Farias**



**Foto 7 – Senador Delcídio do Amaral (PT-MS), Reitor da UFGD Damião Duque de Farias, Professora Ceres Moraes (Coordenadora Especial de Assuntos Estudantis), Vice-Prefeita de Dourados Dinaci Ranzi e universitários em visita às obras da Casa do Estudante.**



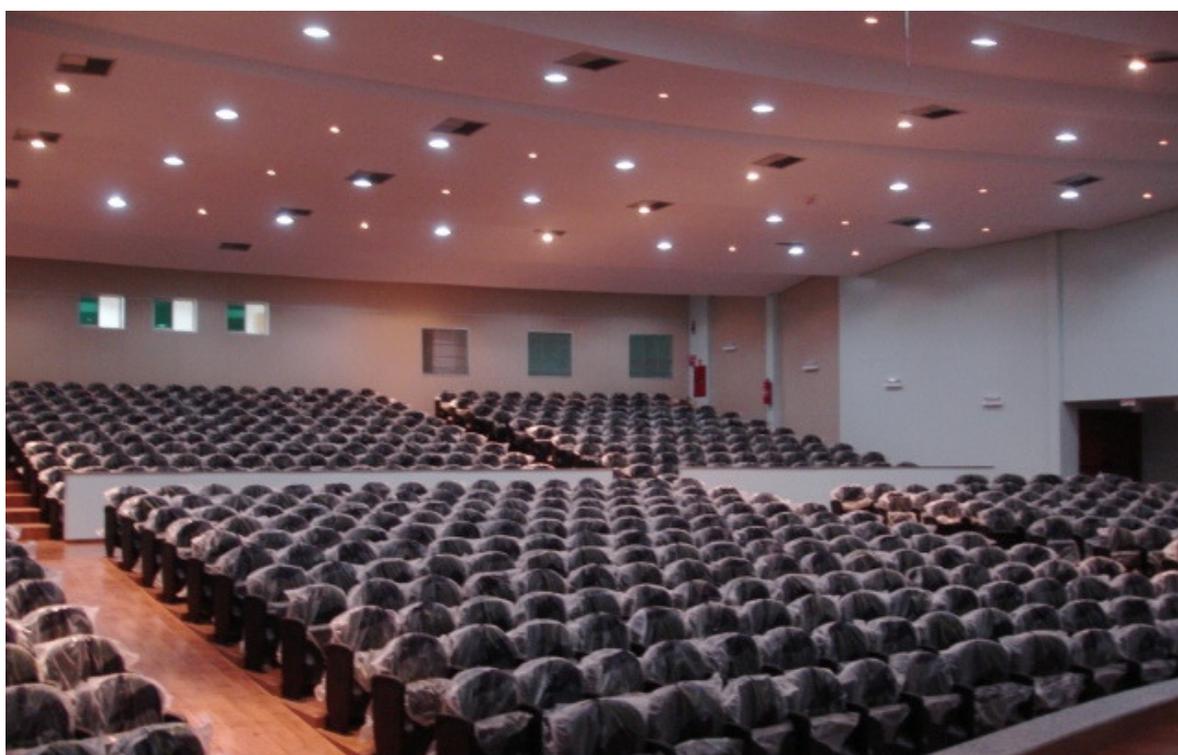
**Foto 8 – Unidade II da UFGD (2)**



**Foto 9 – Unidade II da UFGD (3)**



**Foto 10 – Auditório da UFGD**



**Foto 11 – Base de Estudos no Pantanal**



**Foto 12 – Fazenda Experimental de Ciências Agrárias da UFGD**



**Foto 13 – Obra do CEIN/UFGD**



**Foto 14 – Mesa de Autoridades do XIII Encontro Internacional Humboldt, realizado na UFGD em 2011**



**Foto 15 – Unidade II da UFGD (4) – Construção dos Blocos da FACE, FCBA e FCH**



**Foto 16 - Fachada da Reitoria, logo após a implantação da UFGD, ainda sob a tutoria da UFG**



**Foto 17 – Fachada da Reitoria UFGD**



**Foto 18 – Obras na Reitoria UFGD (1)**



**Foto 19 – Obras na Reitoria UFGD (2)**



**Foto 20 – Obras na Reitoria UFGD (3)**





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI N.º 1.320, de 1983

(Do Sr. Sérgio Cruz)

**Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul.**

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, com sede na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2.º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade Federal da Grande Dourados, instituição de ensino superior, destinada à pesquisa e estudos científicos, técnicos e culturais.

Art. 3.º Constituirá o patrimônio da Fundação:

I — doações, auxílios e subvenções da União, do Estado e dos municípios da região da Grande Dourados;

II — dotações orçamentárias da União;

III — dotações de bens móveis e imóveis do Estado de Mato Grosso do Sul e dos municípios da região, autorizados por lei; e

IV — Retorno dos rendimentos resultantes de aplicações.

Art. 4.º A organização administrativa e financeira, curricular didática e científica da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados será definida no seu re-

gimento interno, sujeito à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Art. 5.º A Universidade Federal da Grande Dourados deverá conferir ênfase especial às peculiaridades das áreas de sua influência.

Art. 6.º Compõe-se a Universidade Federal da Grande Dourados dos seguintes Departamentos:

I — Departamento de Biologia e Saúde;  
II — Departamento de Ciências Agrárias;

III — Departamento de Tecnologia;

IV — Departamento de Ciências Humanas; e

V — Departamento de Comunicações Sociais.

Parágrafo único. As unidades da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul atualmente funcionando em Dourados, passam a integrar a Universidade Federal da Grande Dourados.

Art. 7.º O disposto nesta Lei subordina-se à prévia consignação orçamentária e dotações específicas, destinadas por Lei, na forma dos itens I e IV do art. 57 da Constituição Federal.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

A Universidade Federal da Grande Dourados será a instituição de ensino superior

de todo o sul do Estado, compreendendo a região de Mato Grosso do Sul mais próspera em todos os setores de desenvolvimento. Com 25 municípios e uma população estimada em cerca de hum milhão de habitantes, a Grande Dourados, a ser atendida pela Universidade em questão é responsável por mais de 50% (cinquenta por cento) da produção do Estado.

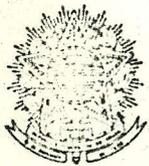
A distância entre Campo Grande, onde funciona atualmente a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e Dourados, onde será instalado o Campus da Universidade Federal da Grande Dourados, de aproximadamente 250 quilômetros, bem como o escasso número de vagas disponíveis na Universidade, em funcionamento, por si, justificam a proposição podendo acrescentar à conveniência da sua criação, o que representa atualmente a cidade de Dourados como polo de atração direta ao

oeste de São Paulo e ao norte do Paraná, possibilitando a sua transformação em grande centro cultural do país.

Considere-se, por outro lado, a carência de centros de pesquisas e estudos científicos, técnicos e culturais, no Brasil, cujo desenvolvimento nesta área, a mais importante para o futuro, tem tornado à Nação cada vez mais dependente, colocando-a a reboque da tecnologia transnacional.

A FUFGD — Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, transcende a uma simples questão regional. Está acima de qualquer interesse imediatista. A sua implantação, positivamente, será um passo decisivo na expansão do ensino superior no País.

Sala das Sessões, 6 de junho de 1983. —  
Sérgio Cruz.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 1.320, DE 1983

"Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul."

AUTOR: Deputado SÉRGIO CRUZ

RELATOR: Deputado WALMOR DE LUCA

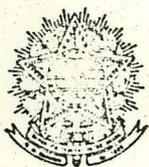
RELATÓRIO

Intenta o nobre Deputado SÉRGIO CRUZ, através do projeto de lei supra-ementado, autorizar o Poder Executivo a promover a instituição da Universidade Federal da Grande Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, sob a forma jurídica de uma fundação.

A Fundação em apreço será constituída, quer mediante doações, quer por meio de auxílios e subvenções da União, do Estado de Mato Grosso do Sul e dos municípios situados na área de influência da cidade de Dourados.

Tendo por base o campo do conhecimento humano, a Universidade dividir-se-á em cinco departamentos. Passarão a integrá-la, ainda, as unidades da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que ora funcionam em Dourados.

Estabelece a proposição, outrossim, que sua



implementação subordina-se à prévia consignação orçamentária e de dotações específicas.

Em sua justificação o Autor ressalta a importância que o novo centro de ensino superior terá para a área de influência, suprimindo carências de centros de pesquisas e estudos científicos, técnicos e culturais.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta. A Comissão de Educação e Cultura votou por sua aprovação.

Incumbe a esta Comissão examinar as repercussões financeiras do Projeto de Lei nº 1.320, de 1983.

É o relatório.

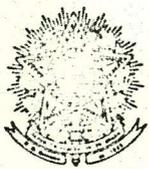
V O T O

D O

R E L A T O R

De início, vale registrar a nossa inconformidade com o caminho exclusivo que tem restado a esta Casa para exercer a sua função legislativa precípua, com respeito a determinadas matérias. Trata-se do recurso às "leis autorizativas", que, na sua essência, subvertem a forma de legislar, transferindo-a para o Poder Executivo. É inequívoco o comprometimento da função legislativa que tal transferência logra operar.

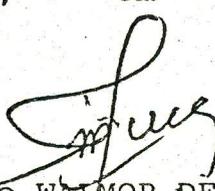
No que toca especificamente à proposição e tendo em vista o seu caráter autorizativo, não cremos poder opor restrições ao curso previsto nesta Casa. Com efeito, en



tendemos inteiramente descabidas quaisquer restrições a projetos de lei como o que ora nos incumbe examinar, porquanto os seus efeitos somente ocorrerão se a proposta aperfeiçoar-se. Tal aperfeiçoamento, na verdade, não se restringe, evidentemente, à aprovação no Congresso Nacional e à sanção presidencial, mas alcança também o pleno exercício da autorização; no caso em espécie, referimo-nos à instituição da Fundação Universidade da Grande Dourados.

Como, pois, avaliar as repercussões financeiras da proposta? Em não as havendo, pelos motivos aqui expostos, nosso voto somente pode ser um, e agora o proferimos. Votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.320, de 1983, no que concerne à competência desta Comissão de Finanças.

Sala da Comissão, em de de 1984

  
Deputado WAIMOR DE LUCA  
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER DA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.320/83

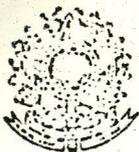
A comissão de Finanças, em reunião ordinária realizada no dia 29 de agosto de 1984, opinou, unanimemente, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.320/83 - do Sr. Sérgio Cruz - nos termos do parecer do relator, Deputado Walmor de Luca.

Estiveram presentes os senhores Deputados Luiz Leal, Presidente, Agnaldo Timóteo e Aécio de Borba, Vice-Presidentes, Ibsen de Castro, Nyder Barbosa, Vicente Guabiroba, Luiz Sefair, José Carlos Fagundes, Irajá Rodrigues, Luiz Baccarini e Moysés Pimentel.

Sala da Comissão, em 29 de agosto de 1984

Deputado LUIZ LEAL  
Presidente

Deputado WALMOR DE LUCA  
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 1.320, DE 1983.

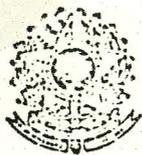
Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul.

AUTOR : DEPUTADO SÉRGIO CRUZ

RELATOR: DEPUTADO GERSON PERES

RELATÓRIO

Através deste Projeto de Lei, o nobre Deputado Sérgio Cruz autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, com sede na cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de criar e manter a Universidade Federal da Grande Dourados, instituição destinada à pesquisa e estudos científicos, técnicos e culturais.



Proclama a justificativa:

"A UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS será a instituição de ensino superior de todo o sul do Estado, compreendendo a região de Mato Grosso do Sul mais próspera em todos os setores de desenvolvimento. Com 25 municípios e uma população estimada em cerca de hum milhão de habitantes, a Grande Dourados, a ser atendida pela Universidade em questão, é responsável por mais de 50% (cinquenta por cento) da produção do Estado.

A distância entre Campo Grande, onde funciona atualmente a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e Dourados, onde será instalado o "Campus" da Universidade Federal da Grande Dourados, de aproximadamente 250 quilômetros, bem como o escasso número de vagas disponíveis na Universidade, em funcionamento, por si, justificam a proposição, podendo acrescentar à conveniência da sua criação, o que representa atualmente a cidade de Dourados como polo de a



tração direta ao oeste de São Paulo e ao norte do Paraná, possibilitando a sua transformação em grande centro cultural do país".

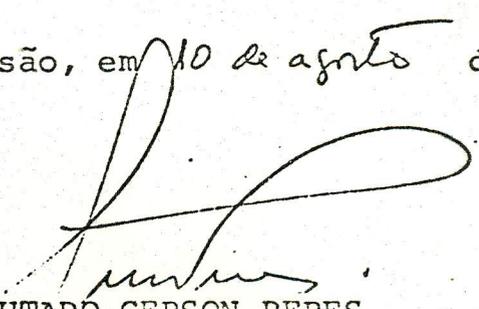
É o relatório.

V O T O   D O   R E L A T O R

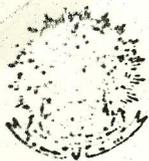
A presente proposição é meramente autorizativa e este Colegiado tem entendido ser possível a tramitação legislativa de projetos desta natureza.

Faço ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste Projeto de Lei nº 1.332, de 1983.

Sala da Comissão, em 10 de agosto de 1983.

  
DEPUTADO GERSON PERES

Relator.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 1.320, DE 1983

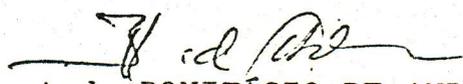
PARECER DA COMISSÃO

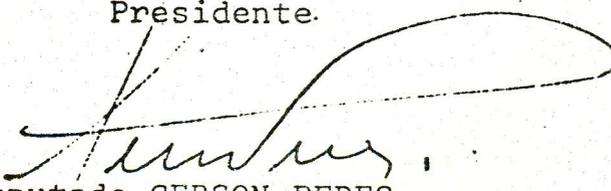
A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.320/83, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Bonifácio de Andrada - Presidente, Brabo de Carvalho - Vice-Presidente, Hamilton Xavier, Guido Moesch, Ernani Sátiro, Plínio Martins, Osvaldo Melo, Nilson Gibson, Brandão Monteiro, João Gilberto, Armando Pinheiro, Leorne Belém, Darçílio Ayres, Gomes da Silva, Gorgônio Neto, José Genoino, Egídio Ferreira Lima, Otávio Cesário, Jorge Arbage, Gerson Peres, Valmor Giavarina, Mário Assad, Jorge Uequed, Djalma Bessa, Joacil Pereira, José Tavares, Theodoro Mendes, Júlio Martins, Sérgio Murilo, Gastone Righi, Raymundo Asfôra, Elquisson Soares e Rondon Pacheco.

Sala da Comissão, em 10 de agosto de 1983

  
Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA  
Presidente.

  
Deputado GERSON PERES  
Relator